PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

1 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
2 - Presença Norte-rio-grandense na Alçada Pernambucana - *Raimundo Nonato*
3 - Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte - *Manoel Ferreira Nobre* (Anotações de M. Rodrigues de Melo)
4 - Luís da Câmara Cascudo - Sua Vida e sua Obra
5 - Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte - *Enélio Lima Petrovich*
6 - O Livro das Velhas Figuras (vols. I,II,III,IV,V e VI), *Luís da Câmara Cascudo*
7 - Visões e Abusões Nordestinas (I e II) - *Raimundo Nonato*
8 - Índice Geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1903 a 1963) - *Hélio Dantas*
9 - Os Franceses no Rio Grande do Norte - *Bernard Alléguède*
10 - A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte - *Augusto Tavares de Lyra*
11 - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte - II Volume - *Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros*
12 - Titulados do Assu - *Francisco Amorim*
13 - Naufrágios no Litoral Potiguar - *Olavo de Medeiros Filho*
14 - Magdalena dona Magdalena - *Oriano de Almeida*
15 - Antologia do Padre Monte - Vol. 7 - *Jurandyr Navarro*
16 - Aconteceu na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
17 - Disfarçados - *Joaquim Lucas da Costa*
18 - Paris... nos tempos de Debussy - *Oriano de Almeida*
19 - História de Nísia Floresta - *Adauto da Câmara*
20 - Os Holandeses na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*

PRÓXIMAS EDIÇÕES

1 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (anos 1994-1995-1996-1997-1998)
2 - Caminhos de Natal - *Jeanne Fonseca Leite Nesi*
3 - História do Rio Grande do Norte - *Augusto Tavares de Lyra*
4 - O Livro das Velhas Figuras - (vols. VII,VIII,IX e X) - *Luís da Câmara Cascudo*
5 - No correr do Tempo - *Enélio Lima Petrovich*
6 - Índice Geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1964 a 1993) - *Fernando Hippólyto da Costa*
7 - História da Cidade do Natal - *Luís da Câmara Cascudo*
8 - Estudos de História do Rio Grande do Norte - *Tarcísio Medeiros*
9 - A Cidade e o Trampolim - *João Wilson Mendes Melo*
10 - Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte - *Isabel Gondim* (Anotações de Paulo de Albuquerque Maranhão)
11 - História de Santos Reis: A Capela e o Bairro - *José Melquíades*
12 - Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio Grande do Norte - *Luiz Carlos Lins Wanderley* (Introdução de Nilo Pereira)
13 - Mossoró - *Vingt-Un Rosado*
14 - Os Rodrigões do Império - *Almino Álvares Afonso*
15 - Memória de Macau - *Hélio Dantas*

FLUVIUS GRA

OS HOLANDESES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

Olavo de Medeiros Filho

Leonardo Rolim
Natal / RN
out / 2019

OLAVO DE MEDEIROS FILHO

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do R.G. do Norte
Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras

OS HOLANDESES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

CAPA: O brasão holandês da Capitania do Rio Grande, criado pelo Conde João Maurício de Nassau, em 1637

Natal - RN
1998

Coleção CULTURA - 06

Edição comemorativa do Centenário de nascimento de Luís da Câmara Cascudo (1998), do IV Centenário da construção da Fortaleza dos Reis Magos (1998) e da fundação da Cidade do Natal (1999)

M488h

Medeiros Filho, Olavo
Os holandeses na capitania do Rio Grande / Olavo de Medeiros Filho. - Natal (RN) : Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998.
133 p. : il. - (Coleção Cultura, nº. 06)

1. Invasão Holandesa, 1633-1654, Brasil, Rio Grande do Norte. 2. Rio Grande do Norte, História. I. Título.

CDD 981.3
cdfs

FJA/BPCC 98 - 03

Capa: Emanoel Amaral

******

******

Iniciativa: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Apoio: Confederação Nacional da Indústria - **CNI**

Impressão
Departamento Estadual de Imprensa,

NATAL - RN - BRASIL
1998

ÍNDICE

PALAVRAS INICIAIS

O presente trabalho focaliza aspectos da presença holandesa na Capitania do Rio Grande, que se estendeu de dezembro de 1633 a janeiro de 1654.

O trabalho, de cunho revisionista, ocupa-se das múltiplas facetas daquela ocupação flamenga, utilizando-se das mais variadas fontes, procurando sempre a verdade dos fatos, alguns deles muito mal interpretados pelos nossos historiadores.

Somos da opinião de que os holandeses tinham planos de desenvolvimento econômico para a capitania conquistada, voltados principalmente para a exploração das nossas lagoas, como Guajiru e Guaraíras, bem como a pecuária e agricultura nas ribeiras compreendidas entre os rios Ceará-Mirim e Curimataú. Diversos holandeses se fixaram com estabelecimentos rurais, naquelas regiões melhor indicadas para o trabalho campestre. Além da busca de minérios (ouro e prata), os holandeses também se voltaram para a exploração das salinas naturais, existentes no litoral setentrional da capitania conquistada.

A incompatibilidade religiosa, sempre presente entre católicos portugueses e protestantes holandeses, foi um obstáculo à fusão das duas correntes, o que culminou com os morticínios em que foram vítimas centenas de luso-brasileiros, principalmente depois da irrupção da Insurreição Pernambucana.

Não nos cabe julgar e condenar a presença holandesa na nossa antiga Capitania do Rio Grande. Procuremos compreender a mentalidade da época, muito dominada pelo espírito de religião, e a visão européia dos conquistadores flamengos, incapazes de aceitar o ponto de vista dos povos conquistados.

Enfim, não pretendemos anatematizar a memória da presença holandesa no Rio Grande. De qualquer maneira, os vinte anos de sua ocorrência acham-se irreversivelmente incorporados à própria história do Rio Grande do Norte.

Natal (RN) - dezembro de 1997
- 364º da chegada dos holandeses
na Capitania do Rio Grande -

OLAVO DE MEDEIROS FILHO

A CAPITANIA DO RIO GRANDE SOB O DOMÍNIO HOLANDÊS - *SÍNTESE HISTÓRICA*

O período de vinte anos - dezembro de 1633 a janeiro de 1654-, em que a Capitania do Rio Grande esteve sob o domínio holandês, tem recebido por parte dos historiadores conterrâneos, julgamento e condenação implacáveis. Contribuíram para tal juízo, os lamentáveis episódios ocorridos no Engenho Cunhaú e Porto de Uruaçu, em que dezenas de luso-brasileiros foram traiçoeiramente trucidados por tapuias e brasilianos, indígenas aliados dos conquistadores holandeses.

Senhores de Pernambuco desde 1630, os holandeses ambicionavam a posse do Rio Grande. À época, Adriano Verdonck, espião a serviço do invasores, assim descreveu a capitania, cujas riquezas naturais eram representadas pela cana de açúcar, a criação de gado e as salinas do litoral setentrional, sem contar a pesca e a agricultura:

> " *Três milhas acima de Camaratuba existe ainda um engenho, no lugar chamado Cunhaú, o qual faz anualmente de 6 a 7.000 arrobas de açúcar; este lugar está sob a jurisdição do Rio Grande e ali moram bem 60 a 70 homens com as suas famílias ... há ali também muito gado, farinha e milho que ordinariamente é trazido para Pernambuco com o açúcar.*
>
> *De Cunhaú à cidade do Rio Grande, chamada cidade de Natal, há 17 milhas contadas ao longo da costa; para o interior e em muitos lugares é desabitado; a gente que ali vive não mora a mais de 4 ou 5 milhas da costa; nesta região do Rio Grande há em quantidade e abundância gado, em muitos lugares alguns porcos e em geral muitas galinhas. As pastagens são ali excelentes e os habitantes não têm outra riqueza senão o gado com o que fazem muito dinheiro; entretanto a maioria do povo é miserável mal tendo do que viver; pegam ali muito peixe, plantam grande quantidade de mandioca para fazer farinha e também muito milho, o que tudo é trazido aqui para Pernambuco; há igualmente abundância de caça e de frutas silvestres.*
>
> *... a cidade [do Rio Grande] tem cerca de 35 a 40 casas de palha e barro; mas, os habitantes mais abastados dos arredores vivem habitualmente nos seus sítios e vêm apenas à cidade nos domingos e dias santificados para ouvir missa; os habitantes de toda esta jurisdição, num raio de 6 a 9 milhas, não excedem de 120 ou 130 homens, na maioria camponeses ignorantes e grosseiros; ali se encontra freqüentemente muito âmbar na praia.*

... Quando ali há falta de sal, o capitão-mor do dito forte [Reis Magos] manda uma ou duas barcas, de 45 a 50 toneladas, a um lugar 60 milhas mais para o norte onde há grandes e extensas salinas que a natureza criou por si; ali podem carregar , segundo muitas vezes ouvi de barqueiros que dali vinham com carregamentos de sal, mais de 1.000 navios com sal, que é mais forte do que o espanhol e alvo como a neve".

Muito animou à pretensão holandesa de apossar-se da capitania do Rio Grande, a proposta feita pelos chefes tapuias do Sertão, Janduí e seu irmão Oquenaçu, que se ofereciam para prestar ajuda aos holandeses, na hipótese de estes se decidirem pela conquista do território.

Finalmente, na manhã de 8 de dezembro de 1633 ocorreu o desembarque das tropas holandesas, conduzidas em navios desde o Recife e vindas com o objetivo de conquistar a capitania. Uma parte daquelas tropas desembarcou na Ponta Negra (que correspondia à atual praia de Areia Preta, em Natal), dali se deslocando por terra, em demanda a pequena povoação. Após enfrentarem um rápido tiroteio isolado, na ladeira hoje correspondente à rua Santo Antônio, os holandeses passaram por Natal, cujos moradores haviam abandonado a cidade, refugiando-se no engenho Potengi, de Francisco Coelho, ao sul da atual cidade de São Gonçalo do Amarante, na ribeira do Potengi.

Dirigindo-se às proximidades da Fortaleza dos Santos Reis Magos, os holandeses ali se reuniram ao restante da tropa vinda do Recife, a qual havia se alojado nas dunas fronteiras àquela fortificação. O segundo grupo atacante desembarcara dos navios no Potengi, no porto hoje denominado de Canto do Mangue.

Após quatro dias de contínuo assédio, finalmente a guarnição defensora da fortaleza rendeu-se aos invasores. As tropas vitoriosas trocaram a denominação da fortaleza para Castelo Keulen, em homenagem ao general Mathias van Keulen, conselheiro e diretor da Companhia das Índias Ocidentais, que comandara aquela expedição vitoriosa. Foi então nomeado comandante da fortificação Joris Gardtzman, que depois contrairía núpcias com uma filha do navarrês João Lostão Navarro, pessoa de destaque na capitania.

Deixando de lado as tristes lembranças bélicas, como os massacres do Engenho Cunhaú, da Casa-Forte de Lostão Navarro, do Porto de Uruaçu, lamentáveis episódios ocorridos durante a Insurreição Pernambucana, trataremos de outros aspectos mais amenos, também relacionados com a presença holandesa na antiga Capitania do Potengi, ou do Rio Grande.

Logo em seguida à conquista da fortaleza, os holandeses providenciaram o levantamento sobre a muralha de frente contra o parapeito de pedra, de um outro de terra à prova de tiros de canhão.

Em 1638 foram contratados um engenheiro português, Cristovão Álvares, e dois mestres-pedreiros do Recife, João Rodrigues e Antônio Pires, que

executaram obras no Castelo Keulen, inclusive restaurando-lhe o sopé de pedra e cal. Em 1640 foram construídos travessões ao longo da muralha da fortificação. Dois anos depois, novamente Cristovão Pires comparecia à fortaleza, já então carente de novos reparos.

Pelo final de 1637 a janeiro de 1638, hospedou-se no Castelo Keulen o conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandês, que aqui veio convalescer de uma febre tropical, por ele contraída. Na ocasião, os moradores de Natal solicitaram a Nassau a necessária licença para edificarem uma nova cidade, que substituiria àquela, então muito decadente. Concedida a licença, deram os luso-brasileiros início a uma nova povoação, distanciada quatro léguas do Castelo Keulen, a qual tomou a denominação de Amsterdam, Nova Amsterdam ou também, Cidade Nova.

Historiadores conterrâneos têm confundido Amsterdam com Natal. Informações constantes dos relatórios de Nassau (1638), Van der Dussen (1639), Hamel, Bullestrate e Bas (1646), e também o livro de Joan Nieuhof, atestam o fato de Natal e Amsterdam serem localidades distintas. Amsterdam ficava situada no rio Jundiaí, cerca de um quilômetro ao sul da atual cidade de Macaíba RN, ocupando terreno hoje pertencente ao Colégio Agrícola de Jundiaí. Segundo o Relatório de Hamel, Bullestrate e Bas, em Amsterdam existiram apenas uma capela e alguns casebres...

As notícias coevas indicam o estado de abandono a que ficou votada a Cidade do Rio Grande. Assim, em 1638, o conde Maurício de Nassau informava encontrar-se Natal "agora mui decaída". O relatório de Adriano van der Dussen, de 1639, esclarecia encontrar-se a cidade "totalmente arruinada", o que é confirmado por Barléu, que indica o fato de apresentar Natal um "aspecto triste e acabrunhador pelas ruínas, vestígios da guerra"...

Os flamengos também providenciaram a edificação de uma vila - Keysers Croon (Coroa Imperial) -, que nos parece ter sido a mesma Aldeia Orange das crônicas coevas. Keysers Croon ocupava um terreno nas imediações do atual Curtume J.Motta, no bairro do Bom Pastor, nesta Capital.

Em 1637 foi introduzido um sistema de justiça no Brasil Holandês, criado pelo conde João Maurício e o Conselho Supremo e Secreto, semelhante àquele que vigorava nas Províncias Unidas Neerlandesas. Foram criadas as Câmaras dos Escabinos, presididas por um Esculteto (Schout) ou Bailio.

Eram escolhidos dentre os habitantes mais qualificados, assim portugueses como neerlandeses, um certo número de pessoas que servissem de eleitores. Estes, por sua vez, elegiam em número tríplice os indivíduos "mais religiosos, capazes e qualificados", dos quais a terça parte era escolhida pelo conde Maurício e o Conselho Supremo e Secreto para serem escabinos.

Aos escabinos competia administrar justiça durante um ano, quando então eram nomeados dois novos titulares, havendo a exclusão do mais novo deles. Os escabinos tomavam conhecimento de todas as causas para a administração da justiça de primeira instância. Suas sentenças poderiam ser objeto de apelação

para o Conselho Político de Pernambuco, única instância a ser invocada.

Na capitania do Rio Grande, tem-se conhecimento de apenas dois escabinos de origem portuguesa: Manuel Rodrigues Pimentel, genro de João Lostão Navarro e concunhado do coronel Joris Gardtzman; e Estêvão Machado de Miranda, que pereceria no massacre de Uruaçu. Os dois escabinos exerciam a sua função, no ano de 1639.

Segundo o autor Francisco de Brito Freyre (Nova Lusitânia-História da Guerra Brasílica), em 1637 o conde João Maurício desenhou, pessoalmente, os brasões destinados às diversas províncias que compunham o Brasil Holandês. As informações de Brito Freyre, combinadas com as de Gaspar Brarléu, dão conta de que aquelas armas concedidas ao Rio Grande eram representadas por um grande rio, em cuja margem pisava uma ema, ou avestruz, espécie animal ali existente em grande quantidade.

Sempre visando a exploração econômica da capitania conquistada, o invasor holandês voltou-se, inclusive, para a atividade agropecuária, aproveitando as condições favoráveis oferecidas por alguns vales da região. O famoso engenho Cunhaú, fundado pelos Albuquerque Maranhão, foi confiscado pela Companhia das Índias Ocidentais e vendido em 1637, ao próprio comandante do Castelo Keulen, tenente-coronel Joris Gardtzman, para cuja aquisição associou-se ele ao conselheiro Baltazar Wijntges. Gardtzman também adquiriu propriedade rural na ribeira do Potengi.

Através de um mapa elaborado em 1638, por C.B.Golijath, incluído no Atlas de Johannes Vingboons, poderemos identificar dezenas de sítios e currais, distribuidos nas ribeiras do Ceará-Mirim, Potengi, Jundiaí, Pirangi, Trairi, Cunhaú, e nas lagoas de Guajiru, Papari, Papeba e Guaraíras. Tais propriedades rurais pertenciam a portugueses e a holandeses, notando-se um equilíbrio numérico entre os membros dos dois partidos. Muitos soldados holandeses, ao darem baixa das fileiras, optavam pela profissão de proprietário rural. Até o famoso alemão Jacob Rabbi, que de si deixou triste lembrança na capitania, tornou-se proprietário de terras, gados e escravos na ribeira do Ceará-Mirim ...

Os holandeses tentaram a utilização racional de duas lagoas existentes na capitania. Procuraram abrir uma passagem, na lagoa de Guaraíras, para que as águas da mesma despejassem diretamente no mar, o que facilitaria o trânsito das embarcações. Guaraíras era grande produtora de peixes e farinha de mandioca, conduzidos para as tropas holandesas do Recife. O canal preconizado pelos holandeses, somente viria a ser concretizado em 1923 ...

Na lagoa de Guajiru, ou Itijuru, hoje Estremoz, os holandeses deram início à construção de um imenso aterro, cortando a lagoa, obra que visava à adoção de um novo caminho que ligaria Guajiru a Natal, economizando-se algumas léguas de percurso. A obra foi interrompida com o início da Insurreição Pernambucana de 1645. Extranhavelmente, a ponta artificial construida pelos holandeses recebe a denominação de Ponta Francesa ...

Os holandeses também se dedicaram à exploração do sal marinho, formado nas salinas naturais existentes a partir do rio Guamaré e que também atingiam as barras dos rios Açu e Upanema (hoje Mossoró).

À época do seu domínio sobre a capitania, os holandeses tentaram sofregamente descobrir minas de ouro e prata. Antigos relatos por eles deixados, fornecem informações sobre expedições realizadas às ribeiras do Cunhaú, Camaragibe e Potengi, nos anos de 1645 e 1650, em busca das minas do Sertão do Cunhaú, do Camaragibe e do Iporé.

As minas do Cunhaú ficavam no rio Calabouço, afluente do Curimataú, entre as atuais cidades de Nova Cruz e Passa e Fica, neste Estado. A mina do Camaragibe, em local próximo à foz do dito rio, vizinhanças da atual localidade de Igreja Nova, no município de São Gonçalo do Amarante. Iporé ficava localizada na serra da Tapuia, município de Sítio Novo RN. A eclosão da Insurreição Pernambucana, em 1645, prejudicou os esforços holandeses em busca das minas de outro e prata, provavelmente existentes no Rio Grande.

Um aspecto muito cuidado pelos holandeses, durante o período em que senhorearam o Nordeste, foi aquele que diz respeito ao relacionamento mantido com os indígenas. Os holandeses promoveram o fim da escravidão dos índios, livrando-os do julgo que lhes havia sido imposto pelos portugueses. Em 1645 realizou-se na aldeia de Tapisserica, em Pernambuco, uma assembléia de índios, à qual compareceram diversos representantes de aldeias da nossa capitania. Na ocasião foi escolhido como governador dos indígenas brasilianos (tupis) no Rio Grande, Antônio Paraupaba. A 3ª Câmara Indígena, correspondente ao Rio Grande, teria a sua sede na Aldeia Orange, que nos parece ter sido a mesma vila Keysers Croon (Coroa Imperial), edificada em Natal, no bairro do Bom Pastor.

Além da amizade promovida com os potiguares, os holandeses também mantiveram estreito contato com os tapuias do interior da capitania, os chamados Tarairiús, cuja tribo mais famosa foi a dos Janduís, cujo "rei" chamava-se Janduí. Os tapuias habitavam sobre as montanhas da capitania, ocupando as ribeiras de Upanema, Mossoró, Apodi, Açu, Piranhas, Seridó, Espinharas, Quipauá, Picuí. etc.

Depois da expulsão dos aliados holandeses, os tapuias ainda causaram muito dano aos portugueses. Foram eles os principais protagonistas da Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia, episódio bélico que avassalou o Rio Grande, no período de 1683 a 1725.

No campo da Etnografia, o alemão Jacob Rabbi, delegado holandês junto aos tapuias do "rei" Janduí, elaborou um alentado relatório, cobrindo o período de quatro anos em que privou com aqueles indígenas. Tal relatório foi ofertado ao conde Mauricio, tendo servido de roteiro para os escritos, posteriores, de Barléu, Marcgrave, Nieuhof, Piso, Morisot e outros autores do partido holandês. Outra importante contribuição, foi o relato de Roulox Baro, referente à sua viagem ao País dos Tapuias (1647).

No terreno da História Natural, Jorge Marcgrave realizou importantes estudos sobre a climatologia do Rio Grande. No Castelo Keulen, Marcgrave implantou um serviço de coleta de dados a respeito das correntes aéreas, nevoeiros, trovoadas e precipitações pluviométricas. Tal estudo perdurou pelo espaço de três anos, sendo publicado no livro de Marcgrave, "História Natural do Brasil".

Julgamos que Jorge Marcgrave esteve também no cume do Pico do Cabugi, que seria o mesmo Itapuãmuru, local onde o cientista alemão realizou observações climatológicas.

Documentando aspectos humanos e paisagísticos do Rio Grande, destacaram-se os artistas Albert Eckhout e Frans Post. Um dos pintores nassovianos, Albert Eckhout executou alguns quadros que versam sobre temas da capitania, inclusive a "Dança dos Tarairiú", "Índio Tarairiú" e "Índia Tarairiú". Ao que tudo indica, o chefe indígena retratado no quadro "'Índio Tarairiú, seria o famoso "rei" Janduí, que tanta amizade dedicou ao conde João Maurício de Nassau.

Frans Post desenhou o Castelo Keulen (ex-Fortaleza dos Santos Reis Magos), pelo final de 1637 ou janeiro de 1638, quando acompanhou o conde ao Rio Grande. Post também desenhou o Engenho Cunhaú. Ambas as gravuras acham-se incluídas no livro de Gaspar Barléu, de 1647, cujo título em edição nacional é "História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil".

No terreno dos estudos geográficos e cartográficos, os holandeses nos deixaram o afamado mapa de C.B.Golijath c. 1638, também chamado de mapa de J.Vingboons, e o de Jorge Marcgrave, de 1643. São estudos cartográficos importantíssimos, indispensáveis aos estudiosos do período holandês na capitania do Rio Grande.

Roulox Baro, delegado holandês junto aos tapuias do "rei" Janduí, sucessor de Jacob Rabi no cargo, realizou uma travessia do Rio Grande, do rio Camaragibe à mina do Cunhaú, e daí até a aldeia principal do "rei" Janduí, situada no local hoje ocupado pela cidade do Açu RN. De tal viagem Baro deixou um relatório, publicado sob o título de "Viagem ao País dos Tapuias".

No tocante à descrição da presença holandesa no Rio Grande, os invasores contribuíram intensamente, a exemplo dos cronistas do partido português. Lembraremos os nomes dos escritores Casparis Barlaeus, Adriano van der Dussen, Joannes de Laet, Joan Nieuhof, Adriano Verdonck, Jorge Marcgrave, Willem Piso e tantos outros.

Com a capitulação ocorrida no dia 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda em Pernambuco, encerrou-se o capítulo da dominação holandesa na nossa capitania.

Quando os emissários do mestre-de-campo Francisco de Figueiroa chegaram à Fortaleza dos Reis Magos, para receberem a fortificação,

encontraram-na abandonada, por terem os soldados holandeses, prevenidos a tempo, fugido em uma caravela e em uma barcaça.

"Ficaram no dito Rio Grande todos os moradores flamengos, mulheres e meninos, que ali havia, e os portugueses, que estavam prisioneiros na dita Força, a qual já fica guarnecida com infantaria portuguesa". Os holandeses foram evacuados para o Recife.

E, assim, retornou a capitania do Rio Grande ao domínio português... Todavia, ainda sobrevivem lembranças daqueles tempos idos. Cabe-nos, nesta oportunidade, relembrar as palavras de autoria do escritor pernambucano Alfredo de Carvalho:

> "Quem quer que jornadeando pelo interior... ao deparar com vetusta ruína de considerável edifício, inquirir dos moradores próximos a sua origem, quais os seus construtores, terá sempre como resposta:
> - É obra do tempo dos **framengos...**"

DESCRIÇÃO DO LITORAL NORTE-RIO-GRANDENSE POR NAVEGANTES HOLANDESES EM 1626-1627

No **Manuscrito de Gerritsz** foi incluída uma descrição do nosso litoral, fundamentada em informações prestadas por DIRCK SYMONSEN e por JONG JANSEN; este, capitão do iate **De Ruyter**. O primeiro informante perlustrou o litoral potiguar no ano de 1626, e o outro, em fevereiro do ano seguinte.

Ali também figura uma informação de BOUWEN HEYNSEN, comandante de uma frota holandesa, segundo a qual o Rio Grande (Potengi) encontrava-se a 5 graus e 42 minutos sul, uma indicação muito próxima à corrente, pois recentes medições apontam a localização de Natal, como sendo de 5º 46' 41" S.

Quanto à longitude em que se achava o Rio Grande, Bouwen Heysen apontava a referência de 358/34, usando a convenção adotada à época. Jong Jansen esclarecia o fato de o Rio Grande encontrar-se um pouco ao poente da extremidade oriental do País, o que também é correto.

O Rio Grande é descrito como um pequeno rio, que lembrava o canal de Viana em Portugal. À margem direita do rio, elevava-se um castelo (fortaleza) sobre um arrecife que avançava no sentido norte-oeste-quarto-norte. Sobre aquele arrecife existia um canhão de pequeno calibre, destinado à defesa da barra do rio.

Segundo os flamengos, a partir do Rio Grande a rota era livre para a navegação. Na direção norte-oeste-quarto-norte, encontravam-se os Baixos de São Roque, os quais continuavam depois da inflexão litorânea, à latitude de 5 graus, quando corriam no sentido leste e oeste, acompanhando a costa.

Naquela latitude de 5 graus, a profundidade do mar era de apenas 7 braças, à distância de 10 léguas da praia. Aos navegantes que viessem do mar, era recomendado contornar aqueles baixos, ocasião em que deveriam se valer de uma sonda, pois a profundidade marítima era muito variável - de 30 braças até o nível do próprio mar.

A coloração branca apresentada pelo oceano naqueles baixos, deveria servir de sinal de advertência aos navegantes (1).

---

(1) GERRITSZ, Hessel • **Jornaux et Nouvelles**, &, p.151.

O LITORAL POTIGUAR EM 1628, SEGUNDO GASPAR PARAUPABA E OUTROS INDÍGENAS

Aos 20 de março de 1628, cinco indígenas brasileiros compareceram perante o notário Kilian van Renselaer, com a finalidade de prestarem informações detalhadas da costa nordestina brasileira, aos seus amigos neerlandeses. No tocante ao litoral da Capitania do Rio Grande, aqueles silvícolas assim o descreveram (1):

Oratapyca Guartapicaba, sem rio, tem boa água à margem, e pau brasil, a uma pequena légua da margem. Encontra-se a uma jornada de Camaratuba, o que corresponde a 6 léguas.

No mapa de Marcgrave, relativo à nossa Capitania, tal acidente geográfico - Oratapyca - é denominado de Guaratapeiuba, correspondendo à atual Baía Formosa.

Curemataú, um grande rio que se pode subir até longe com um iate, tem um engenho de açúcar, a três léguas do mar. A uma légua de Guartapô.

Tal rio ainda conserva a mesma designação original. O seu trecho final, hoje é chamado de Cunhaú. O engenho referido pelos silvícolas é o Cunhaú, pertencente, à época, à família Albuquerque Maranhão.

Guirayre, uma praia a 4 léguas de Curimataú e a 2 léguas de Pernambuco.

Guirayre era a praia ao norte da ponta da Pipa. O rio Pernambuco corresponde ao despejo da Lagoa de Guaraíras.

De Pernambuco a Tagerych 4 léguas.

Trairi era um rio, ao norte do rio Pernambuco, do qual trataremos mais adiante.

A uma meia légua de Guirayre existe Guanana, habitada por pescadores, portugueses, negros e brasilianos. Estes últimos não são muito numerosos.

Guanana correspondia à antiga Aldeia de Antônia (1605), origem da atual cidade de Goianinha-(RN). Brasilianos, eram os silvícolas da grande nação tupi.

Pirangu ou Porto de Bujios, um pequeno rio d'água doce, sem portugueses.

Era o porto de Búzios ou Piranhi de Marcgrave. Corresponde aquele porto, à barra do rio Pirangi.

Tareyrich, um pequeno rio. Ali há um francês, Juão Oroutau, que lá exerce a pesca e vende o peixe aos portugueses que habitam em Pernambuco e que o vêm procurar com os navios.

Tratava-se do rio Trairi, cuja barra ocorria no oceano, na atual praia de Barra de Camurupim. O francês João Lostão Navarro possuía um porto de pescaria, no local correspondente ao pontal de Tabatinga.

Potiug ou Rio Grande, um grande rio com um castelo sobre a costa leste, bem próximo da margem, provido de nove canhões de metal e 40 soldados. Um lugarejo com 8 casas e uma igreja, habitado por gente do engenho de açúcar, a saber: 5 portugueses e alguns negros. Os navios podem chegar muito perto do castelo. Isto está a 5 léguas de Pirangu.

O rio Potengi, em cuja barra fora construída a fortaleza dos Santos Reis Magos. O lugarejo correspondia a Natal. A narrativa indica a existência, nas proximidades de Natal, de um engenho de açúcar, ao que tudo indica o Engenho Potengi, em São Gonçalo do Amarante RN.

Siara, pequeno rio de água doce, sem portugueses. Os navios ali vão para pegar água. A 2 léguas de Potiug.

Trata-se do rio Ceará-Mirim, designado por Macgrave de Ciara-mirim.

Piracabuba, pequeno rio, sem portugueses, a uma légua do Siara.

Piracabuba corresponde ao Piracabu, duas léguas ao sul da enseada de Pititinga, e cinco e meia ao norte do rio Ceará-Mirim.

Pecutinga, uma praia com água doce, bom ancoradouro, sem portugueses, a 2 léguas de Piracabuba.

Tratava-se da praia de Pititinga. O rio doce é o atual Punaú.

Uguasu, um pequeno rio d'água doce, sem portugueses, a 6 léguas de Pecutinga.

É o rio Jiqui ou de Touros, que banha a presente cidade de Touros, neste Estado.

Raasay, praia, sem portugueses, a 3 dias de viagem de Uguasu.

Tomando-se por base os 3 dias de viagem, talvez a praia de Raasay ficasse nas proximidades da ponta de Três Irmãos.

Guamare, rio navegável, sem água fresca, a 2 léguas de Caalsa; Aritawa, meia légua mais distante.

O rio Guamaré ainda conserva a mesma denominação. Caalsa corresponde à ponta de Caiçara. Aritawa é o mesmo Aratuá, que banha a cidade de Guamaré RN, fazendo barra ao poente da foz do rio Guamaré.

Carwaretame, rio navegável, pouca água fresca; uma salina que produz sempre sal. A 3 léguas de Guamare.

Tratava-se do rio, hoje conhecido por Barra do Fernandes.

Barytuba, pequeno rio d'água salgada a meia légua de Carwaretame.

O Barytuba, ou Marytupa, tomou posteriormente a denominação de rio Madeira, ou Arrombado. Era um dos cinco braços do rio Açu, à altura da sua barra. Dista umas 5 léguas de Carwaretama.

Guararug, rio para navios, sem habitantes, a uma meia-jornada de marcha de Barituba. Os tapuias habitam as florestas do interior.

O Guararug corresponde ao terceiro braço do rio Açu, o rio Amargoso, ou Salgado. O rio Açu era chamado pelos tapuias de Otschunogh. Ali moravam os terríveis janduís, aliados dos neerlandeses.

Ugequageguarin, um pequeno rio, sem habitantes, a uma meia légua de Guararug.

Corresponde a um outro braço do rio Açu, o atual rio dos Cavalos.

Jandupatuba, pequeno rio de água salgada, desabitado, a uma jornada de marcha de Ugequagegarin.

Outro braço do rio Açu, o rio das Conchas.

Wupanem, rio desabitado, a uma jornada de marcha de Jandupatuba.

O antigo rio São Miguel, depois designado de Upanema, o qual compreendia os atuais rios Mossoró e Apodi.

Os cinco indígenas autores dessas informações, chamavam-se: Caspar Paraoupaba, do Ceará, 50 anos; Andreus Francisco, também do Ceará, 32 anos; Pieter Poty, Antony Francisco e Lauys Caspar, todos eles moradores em Baía da Traição, na Paraíba.

(1) GERRITSZ, Hessel • **Jornaux et Nouvelles, etc.**, pp. 171-173.

8 DE DEZEMBRO DE 1633: O DESEMBARQUE HOLANDÊS EM AREIA PRETA

Os cronistas portugueses e holandeses são unânimes em afirmar que o desembarque de parte das tropas invasoras, da Capitania do Rio Grande, foi efetivado em PONTA NEGRA, aos 8 de dezembro de 1633.

Com a finalidade de cercar o Forte dos Reis Magos, uma parte das tropas neerlandesas penetrou no rio Potengi, sob o comando de Jan Cornelissen Lichthart. Outros combatentes, em número de 600 homens comandados pelo tenente-coronel Balthasar Bymae e representando seis companhias, desembarcaram de suas naus para outras embarcações menores, dirigindo-se à terra firme, ou mais precisamente à Ponta Negra, de onde procurariam se reunir àquelas outras tropas já desembarcadas no Potengi.

O desembarque teve início às 7 horas da manhã, concluindo-se às 11. Os cronistas da época informam que o fato ocorreu, em "uma pequena angra ao norte da Ponta Negra (1)"; "na enseada atrás do lado norte do Ponto Negro (2)".

Os holandeses depararam-se com a angra, fortificada, pois "em volta de toda a angra estava levantada uma trincheira assente no topo dum renque do colinas muito íngremes, de dois piques de altura, que a circundavam (3)". Uma outra descrição é mais minuciosa:" a praia é cercada por uma terra elevada de dois piques de altura, íngreme para escalar-se e ascendendo dali para os montes mais altos (2)".

Antes de ocorrer o desembarque os holandeses divisaram dois ou três portugueses a cavalo, com alguns negros, os quais fugiram do local, tão logo viram desembarcar os inimigos flamengos. Os invasores flanquearam aquelas trincheiras, debaixo das quais haviam desembarcado, e sem nenhuma resistência marcharam para o seu objetivo (1 e 3).

Tem-se considerado a atual praia de Ponta Negra, distante uma 3 léguas do Forte dos Reis Magos, como tendo sido o local onde desembarcaram os flamengos. Todavia, analisando-se certos mapas holandeses, contemporâneos dos episódios a que nos referimos, verificamos que a Ponta Negra considerada à época, correspondia à nossa tradicional PONTA DO PINTO (2 e 4). O mapa de João Teixeira também nos fornece tal indicação (5).

De tal modo, o local onde o desembarque flamengo ocorreu foi na angra existente ao norte da referida Ponta, no trecho sul da atual praia de Areia Preta. Nesta encontram-se as barreiras íngremes descritas pelos cronistas, por detrás das quais existe o chamado Morro de Mãe Luiza. Aquelas barreiras já receberam a proteção representada por um muro de arrimo, construído de cimento, e medem aproximadamente 6 metros de altura.

À distância de dois tiros de mosquete do ponto de desembarque, os invasores foram informados de que a dita praia por onde caminhavam (Areia

Preta), "além de muito estreita, na preamar ficava alagada", de modo que se dirigiram "para o interior por um passo, que também estava entrincheirado (3)".

Quando se caminha cerca de 900 metros, vindo da praia de Areia Preta em direção à fortaleza, chaga-se ao início de uma ladeira, que possivelmente seria aquele mesmo passo mencionado pelo cronista, e que hoje corresponde ao trecho final da rua Pinto Martins. Através de tal passo, os neerlendeses alcançaram o planalto, possivelmente onde hoje acha-se a avenida Getúlio Vargas.

"O dia era extremamente cálido, caminho muito penoso, devido à areia solta, e na maior parte conduzindo através dum vale fechado de altas dunas de areia, que impediam fosse ventilado pela aragem marítima, de sorte que no decurso das duas primeiras horas de marcha em parte alguma encontramos água potável (6)".

Pela descrição ,verificamos que os flamengos estavam à procura do precioso líquido. Pelas nossas deduções, caminhavam eles em direção à atual lagoa de Manuel Filipe, talvez por um caminho correspondente às atuais avenidas Nilo Peçanha e Prudente de Morais. A referida lagoa dista cerca de 3,8 km daquela praia, onde ocorrera o desembarque das tropas. Como somente atingiram a lagoa após duas horas de marcha, constatamos a lentidão do seu deslocamento.

À época, a lagoa formava um riacho chamado TIURU, correspondente ao atual riacho do Baldo. Caminharam acompanhando o curso do riacho, em direção à cidadezinha do Natal. "Chegaram até próximo à pequena povoação, onde havia uma casa sobre uma eminência, da qual nos fizeram alguns tiros, para desgraça sua, pois se não nos houvessem agredido, teríamos passado avante sem atacá-la. À vista da ofensiva, porém, foi mandada atacar por um sargento à frente de 20 ou 30 soldados, que a tomaram e fizeram boa presa, não tendo os portugueses tido tempo de retirar os seus bens (7)".

O mapa de Marcgrave (1643) nos dá idéia de um certo caminho, ligando o riacho Tiuru à povoação, o qual passava também por detrás da matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande. Um trecho do caminho corresponde à nossa atual rua Santo Antônio, de percurso enladeirado. A casa atacada pelos flamengos deveria ficar localizada na dita ladeira.

"Em seguida, pelas três horas da tarde, chegamos à povoação ou aldeia de Natal (7)". O tiroteio ocorrido, a que já nos referimos, provocou um atraso na marcha dos invasores, que teriam dispendido cerca de duas horas, para caminharem da lagoa ao local da Cidade do Natal.

Depois as tropas invasoras marcharam em direção ao Forte, provavelmente nas proximidades das atuais Junqueira Aires, Dr. Barata e Hildebrando de Góis, percurso em que levariam uma hora. "Em caminho passamos uma ponte lançada sobre um riacho, a qual o Tenente-Coronel mandou ocupar (7)".

Duas gravuras de procedência holandesa, intituladas VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRASIL ANNO 1633 e AFBEELDINGHE VAN T'FORT OP RIO GRANDE ENDE BELEGERINGHE, nos mostram uma certa ponte, existente sobre um riacho provindo da atual Lagoa do Jacó. Tal riacho corta os trechos finais das

avenidas Januário Cicco e Engº Hildebrando de Góis, no bairro das Rocas.

Pouco depois as tropas se reuniram àquelas outras, desembarcadas, no mesmo dia, no Potengi e acampadas junto às dunas próximas ao Forte, no mesmo local hoje ocupado pelo Círculo Militar de Natal.

(1) CARVALHO, Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte - 1625-1654**, p.172.

(2) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, II, pp. 422-423.

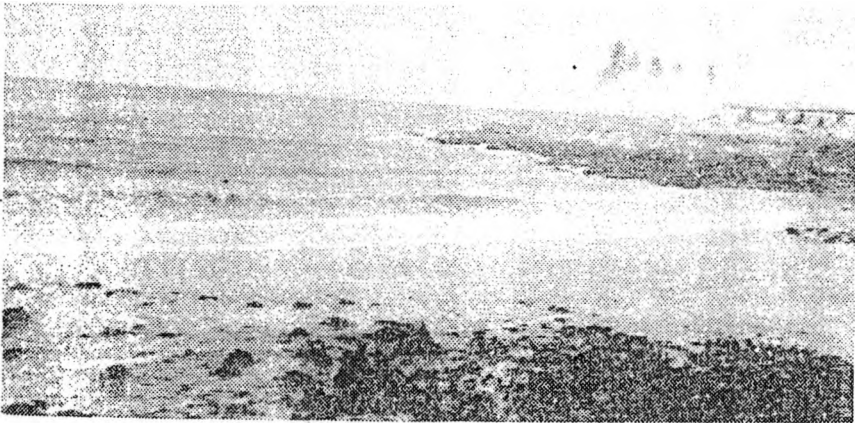
(3) CARVALHO, Alfredo de • **Obra citada**, p. 173.

(4) BARLAEI, Casparis • **Rerum per Octennium in Brasilia, etc.** (Mapa de Marcgrave relativo à Capitania do Rio Grande).

(5) CAMPOS MORENO, Diogo de • **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, p.81.

(6) CARVALHO, Alfredo de • **Obra citada**, pp.173-174.

(7) CARVALHO, Alfredo de • **Obra citada**, p.174.

Os holandeses se depararam ao desembarcar, com uma barreira de cerca de 6 m de altura, sobre a qual fora levantada uma trincheira em torno de toda a angra. Tal barreira acha-se nos dias atuais protegida por um muro de arrimo.

Os holandeses desembarcaram em uma angra, ao norte da antiga Ponta Negra, Ponto Negro ou Ponta da Lacha, onde hoje existe a praia de Areia Preta, em Natal.

O DESEMBARQUE HOLANDÊS NO RIO POTENGI

No mesmo dia em que ocorreu o desembarque holandês na antiga praia de Ponta Negra (hoje correspondente a Areia Preta) - 8 de dezembro de 1633, um dia de 5ª feira, cuja maré cheia verificou-se às 10 e meia da manhã -, parte das tropas dirigiu-se à barra do Rio Grande (Potengi), embarcada em diversos navios sob o comando de Jan Cornelissen Lichthart, conduzindo também os senhores Van Ceulen, ten. cel. Balthasar Bymae e Carpentier. A esquadra veio impusionada pelos ventos leste e norte, pretendendo a conquista do Forte dos Santos Reis, situado na barra daquele rio.

Quando os navios holandeses demonstraram a intenção de penetrar a barra do rio, a artilharia do Forte dos Santos Reis Magos passou prematuramente a atirar com os seus canhões, o que não impediu a manobra dos invasores. Chegados à distância conveniente do forte, os navios flamengos passaram a responder ao fogo português, com grande fúria e precisão.

Os holandeses encontraram junto ao forte duas caravelas fundeadas, cujos tripulantes portugueses as abandonaram, ante a aproximação da esquadra flamenga. O comandante Lichthart, já tendo penetrado no rio, determinou então fossem cortadas as amarras que retinham as duas caravelas abandonadas, tendo-as aprisionado e incorporado à esquadra flamenga.

Era plano dos invasores desembarcar a companhia que vinha a bordo, em certo local à margem esquerda do rio, com a finalidade de cortar o abastecimento d'água dos defensores do forte. Tal manancial de água potável correspondia ao rio da Redinha, cujas águas desembocavam na praia do mesmo nome, no Potengi. Todavia, verificaram ser desnecessária tal providência, pois os próprios botes dos navios poderiam impedir a aproximação dos portugueses, que pretendessem procurar aquele manancial d'água.

Ocorreu então o desembarque das tropas, que formavam uma única companhia, na margem direita do Potengi. Vieram-se-lhes juntar cerca de 150 marinheiros armados de mosquetes e sabres. Marcharam então em direção ao forte, chegando a uma duna de areia nas proximidades da fortificação, onde existia um poço d'água, que, à época, abastecia do precioso líquido as tropas aquarteladas no Santos Reis. Ali acampou o comandante, ficando no aguardo das outras tropas flamengas que haviam desembarcado naquele mesmo dia, na Ponta Negra.

Logo em seguida começaram os combates entre os invasores e as tropas da fortaleza, em que foram utilizados canhões e mosquetes. Pelas três horas da tarde, chegaram àquela duna as tropas vindas da Ponta Negra, as quais se aquartelaram por detrás do medão, devidamente protegidas do fogo proveniente do Santos Reis (1).

Deixaremos de lado os diversos episódios ocorridos entre os dias 8 a 12 de dezembro de 1633, período em que decorreu o assédio do forte, culminado

com a rendição do lado português e a vitória dos flamengos. Tal descrição fugiria ao nosso objetivo, ou seja, identificar a parte geográfica relacionada com o desembarque flamengo no rio Potengi.

Desenhos holandeses, um deles de Commelyn e o outro apresentado no livro de Laet (2), descrevem a paisagem e a conquista do Rio Grande, documentos de que nos utilizaremos para completar o quadro já descrito.

Em uma das gravuras vêem-se alguns alguns navios holandeses fundeados no oceano, ao nascente da fortaleza. À altura do rio da Redinha, então navegável (Versche Riever), aparecem duas caravelas portuguesas, aprisionadas, subindo o Potengi rebocadas por duas canoas flamengas movidas a remo. À frente das duas canoas, segue uma outra embarcação similar. O grosso da esquadra flamenga achava-se ancorada em um porto, à margem direita do Potengi, no local onde desembocava um certo riacho provindo da atual lagoa do Jacó, no porto hoje denominado de Canto do Mangue.

Ao sudoeste do forte havia um renque de dunas, aquelas mesmas em que os holandeses colocaram os seus canhões. Segundo informações coevas, as dunas tinham a altura de 60 pés (19,8 m), superando o nível do forte: "Este forte está sujeito às altas dunas que lhe ficam a tiro de arcabuz, e são tão elevadas que delas se pode ver pelas canhoneiras o terrapleno, e daí fuzilar os do castelo, que se dirigem para as muralhas (3)".

Na gravura intitulada **Verovinge van Rio Grande in Brasil Anno 1633** (Assédio do Rio Grande no Brasil Ano 1633), divisam-se os alojamentos flamengos, por detrás e ao sudoeste das dunas (2).

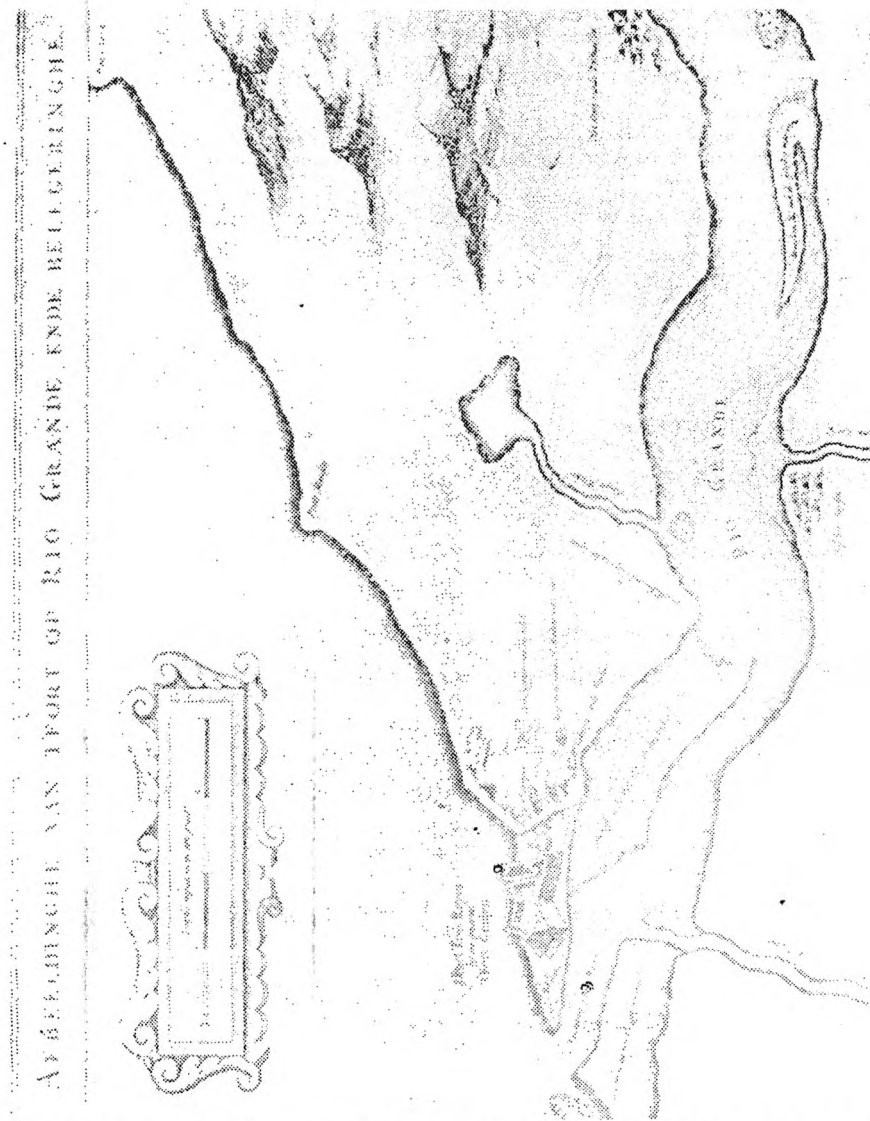
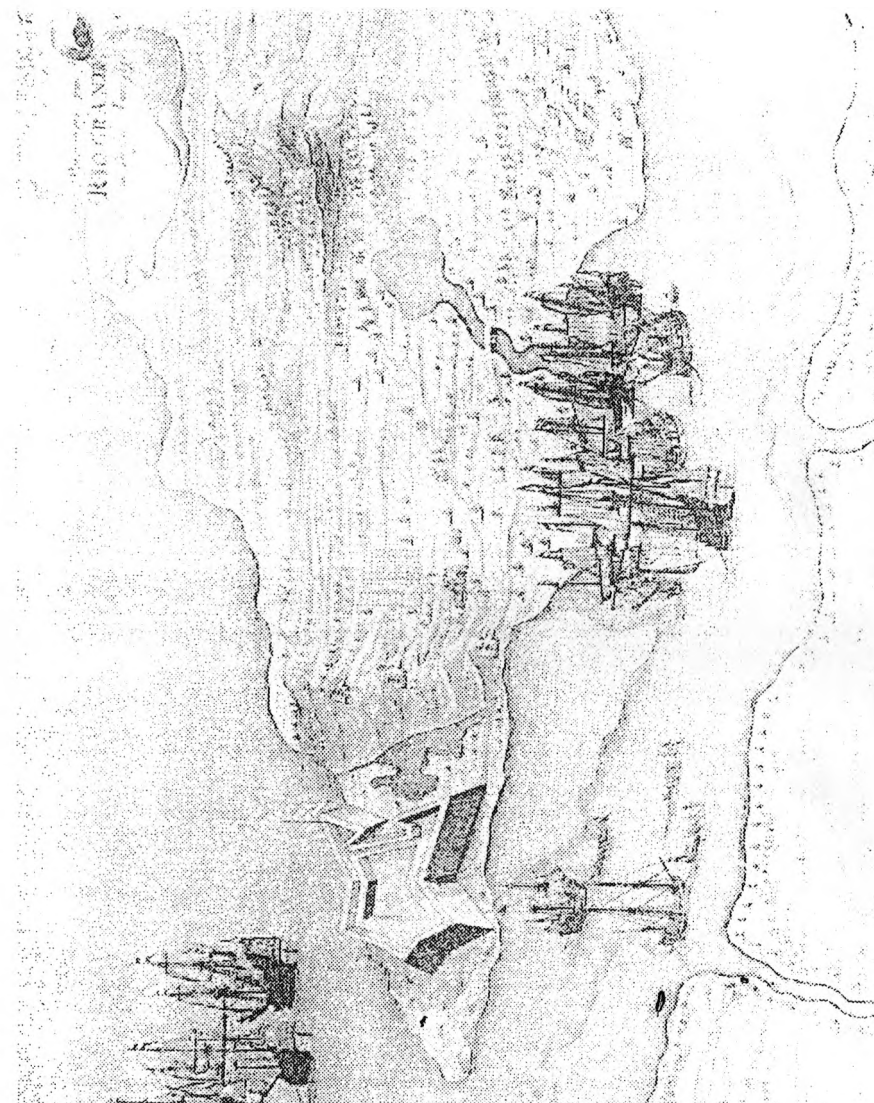
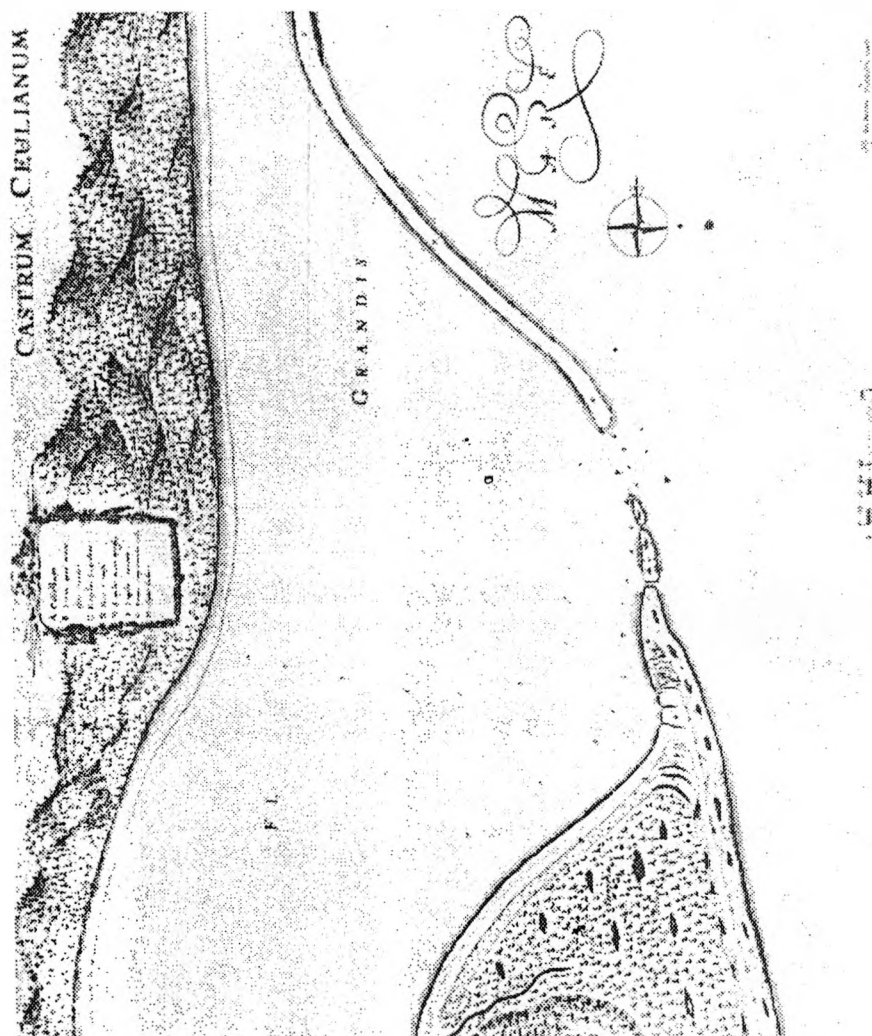
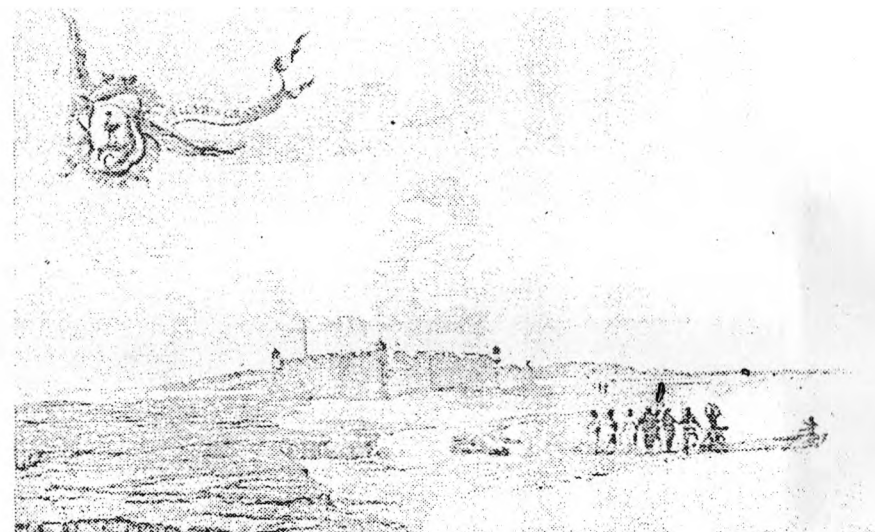
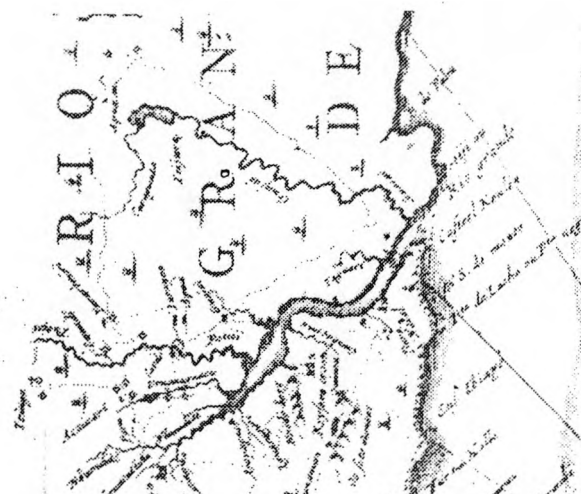
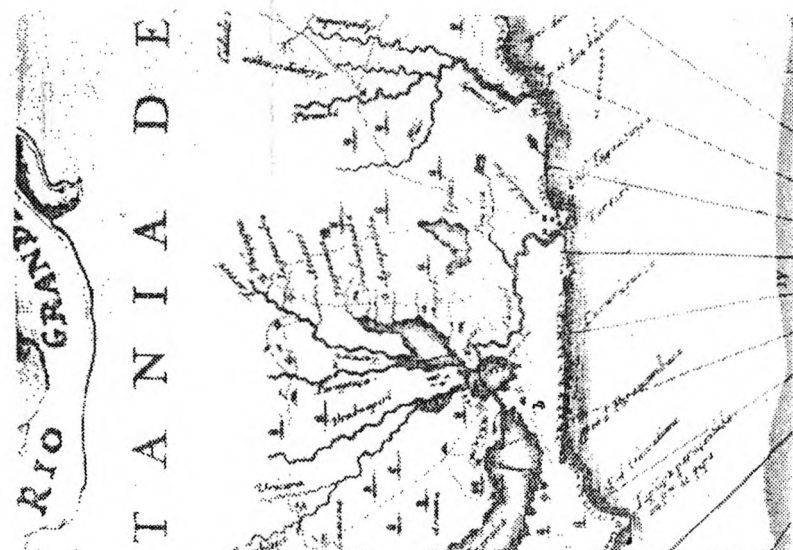
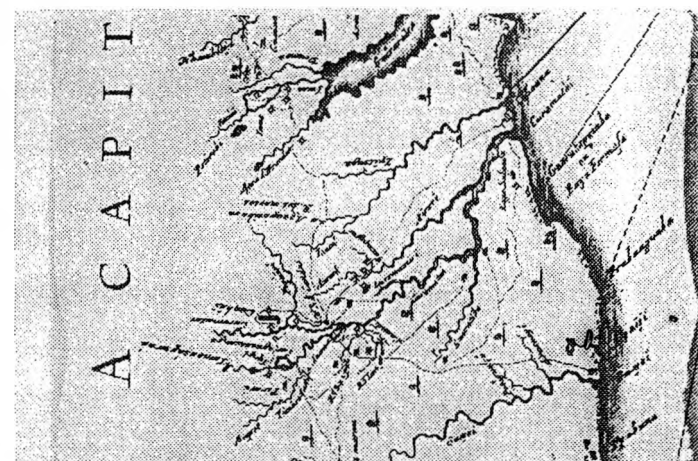
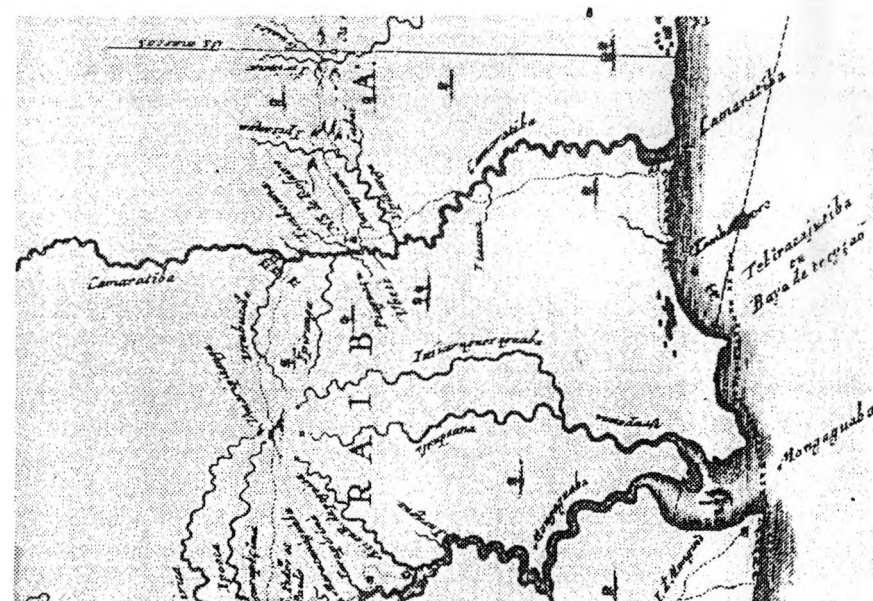
Na gravura holandesa executada por Commelyn, intitulada **Afbeeldinghe van T'Forte op Rio Grande ende Belegeringhe** (Planta do Forte do Rio Grande e arredores), já figura o **Fort Tres Reys** convertido no **Fort Ceulen.** Sobre as dunas três baterias, uma delas de morteiros.

Exatamente ao sudoeste do Forte Ceulen, existia o **Het Quartier van ous volck,** o quartel do nosso pessoal, vizinho e ao poente do qual, via-se o **Logement vande K. Mathias van Ceulen,** o alojamento do comandante Van Ceulen (2).

No livro de BARLÉU (4) figura um mapa, intitulado **Castrum Ceulanium,** de alto valor informativo: ali vêem-se o **Castellum** e as pedras que as marés altas inundam, os arrecifes, a típica vegetação do terreno arenoso, as pedras submersas junto à entrada da barra.

Também as instalações de uma indústria de cal, **Fornax conficiendae calcis,** no terreno hoje ocupado pelo 17º G.A.C. Ademais, o canal de navegação do rio Potengi, as indicações exatas sobre a profundidade da barra, e alguns poços d'água doce, **aquae dulces.**

Na parte correspondente à atual praia da Redinha, vêem-se algumas casinhas à beira do Potengi, pertencentes a pescadores. À esquerda da gravura, havia os **Montes Excelsi,** abaixo dos quais corria um riacho, antigamente chamado de riacho da Limpa, hoje desaparecido completamente.

(1) CARVALHO,Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte - 1625-1654.**
(2) LAET, Johannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais,** II, entre as pp. 420-421;
(3) BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS QUATRO CAPITANIAS CONQUISTADAS, etc., pp. 188-189.
(4) BARLAEI, Casparis • **Rerum per Octennium in Brasilia, &.**

Planta do Forte do Rio Grande e Arredores, gravura holandesa contemporânea da conquista da capitania (1633). Acha-se incluída no livro de LAET.

A estampa holandesa VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRASIL ANNO 1633, de autoria de Commelyn, representa o Assédio do Rio Grande no Brasil, no ano da conquista da capitania pelos flamengos.

Gravura flamenga incluída no livro de BARLAEI, representando a barra do Rio Grande a arredores.

O Castelo Keulen (Fortaleza dos Reis Magos), na barra do Rio Grande (Potengi), desenhado pelo artista FRANS POST, que acompanhou o conde Maurício de Nassau, quando da visita deste à capitania conquistada, em 1638.

Secção do estudo cartográfico de GEORGE MARCGRAVE (1643), incluído no livro de BARLÉU, focalizando a Capitania do Rio Grande, do rio Ceará-Mirim à enseada de Barreira do Inferno (Furna Holle).

Continuação do mapa anterior, apresentando a costa potiguar, do Porto dos Touros (hoje Cotovelo) à Ponta de Pipa.

Prosseguindo para o Sul, vemos o litoral norte-riograndense, da Ponta de Pipa até às proximidades dos limites com a Capitania da Paraíba.

O estudo cartográfico apresenta a linha dos Marcos, divisa das capitanias do Rio Grande e Paraíba; estendendo-se, para o sul, além do rio Mamanguape.

O PORTO DE PESCARIA DOS CAPITÃES-MORES NO RIO POTENGI

Desde 1579, o rio Potengi já figurava na cartografia descritiva do território nacional. Naquele ano, Jacques de Vaux, de Claye, em seu mapa publicado em Dieppe, referia-se ao Pottiou, o mesmo rio que viria a ser designado pelos portugueses de Rio Grande. Os cartógrafos e cronistas, dos dois primeiros séculos da nossa colonização, empregaram diversas designações, relativas ao citado rio: Poitiiou, Potegi, Potengi, Pottegie, Potigi, Potii, Potiou, Potingi, Potoxi, Potuxi, Pottigi...

Os antigos cronistas gabavam as riquezas naturais da região do Potengi, destacando o pau-brasil e a pesca. "Neste rio há muito pau de tinta, onde os franceses o vão carregar muitas vezes", informava o minucioso GABRIEL SOARES DE SOUZA (1). "É este rio o mais fértil de peixe que há na Bahia digo no Brasil, e nele se faz muito grandes pescarias", confirmava DOMINGOS DA VEIGA, por volta de 1627-1628 (2).

A beleza da região do Potengi também foi objeto da louvação dos cronistas: "(...) o rio chamado Rio Grande, um muito grande e belo lugar; por este motivo e porque os franceses e ingleses ali aportavam freqüentemente com seus navios, os reparavam e faziam provisões d'água, frutas, carnes e outros refrescos; (...) porquanto também iam ali traficar com os brasilienses e adquiriam muito pau-brasil, do que agora já não há tanto, e ainda outras mercadorias". Descrição de ADRIANO VERDONCK, de 1630 (3).

Sobre o comércio clandestino desenvolvido pelos franceses com os potiguares, Fr. VICENTE DO SALVADOR, em 1627, já se referia ao "(...) Rio Grande, onde os franceses iam comerciar com os potiguares e dali saiam também a roubar os navios que iam e vinham de Portugal, tomando-lhes não só as fazendas mas as pessoas, e vendendo-as aos gentios pera que as comessem (4)".

A riqueza piscosa do rio Potengi deu ensejo a que fosse instalado um porto de pescaria, destinado a suprir de peixes a guarnição portuguesa que defendia a fortaleza dos Reis Magos. Tal peixe achava-se armazenado sob a forma de peixe seco, em algumas casinhas de pescadores, "na margem esquerda do rio, junto à boca dum pequeno riacho ou cambôa (5)", na ocasião em que os holandeses atacaram aquela fortaleza, em dezembro de 1633.

O general holandês Van Ceulen, tomando conhecimento daquele estoque de peixes, mandou apreendê-lo, transportando-o para bordo do navio Overyssel. Ficou apurado que "este peixe pertencia ao capitão-mor que pretendia vendê-lo às caravelas e assim alcançar bom lucro (5)". Na oportunidade, o sargento-mor da fortaleza, que se achava prisioneiro dos holandeses, censurou acremente o procedimento do capitão-mor Pero Mendes de Gouveia, "que negociava com o

peixe e deixava os seus soldados sem víveres, e que cometera uma grande imprudência tendo deixado peixe naquele lugar em vez de recolhê-lo ao forte, onde agora estava cercado sem ter mais que farinha e água e um pouco de vinho (6)".

Continuou o sargento-mor, incriminando o capitão-mor Pero Mendes de Gouveia: "as pescarias deste rio rendiam muito ao capitão-mor, porquanto de todo o peixe apanhado quatro eram para ele e o quinto para o pescador; mas tal era a abundância de pescado que os pescadores se sujeitam de boa vontade à imposição (6)".

Pelo Governador-Geral Gaspar de Souza foi concedida a data nº 185, com muita probabilidade no ano de 1613, cujo favorecido foi Pero Vaz Pinto, escrivão da Fazenda Real da Capitania do Rio Grande. No histórico da referida doação, faz-se menção ao fato de que as terras localizavam-se em "hu porto de pescaria da outra banda do ryo defronte da fortaleza, o qual porto posuhirão atteguora todos os capitães que aquy seruirão, tem redes de pescar em que pesca (7)".

Por ocasião da doação da data e sesmaria nº 51, também relativa à Capitania do Rio Grande, há uma outra menção àquele porto de pescaria: "he ho melhor porto de pescaria que aquy ha e está de fronte da fortaleza (8)".

Verificando-se o chamado mapa de Marcgrave (1643), relativo à Capitania do Rio Grande, podemos constatar o grande trabalho de destruição ocasionado pelo mar, incidente sobre o território correspondente ao primitivo Porto dos Capitães-Mores, local hoje denominado de PRAIA DA REDINHA. Por aquele mapa holandês, o Rio da Redinha desaguava no Potengi, ao oeste do forte, o que ocorreu até, pelo menos, o ano de 1890.

(1) SOARES DE SOUZA, Gabriel • **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**, p. 25.
(2) VEIGA, Domingos da • **Descrição do Rio Grande**, p. 261.
(3) VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande**, p. 227.
(4) SALVADOR, Fr. Vicente do • **História do Brasil-1500-1627**, p. 267.
(5) CARVALHO, Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte - 1625-1654**, pp. 179-180.
(6) CARVALHO, Alfredo de • **Obra citada**, p.180.
(7) TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DA TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, &, p.75.
(8) IDEM, p.34.

O ÍNDIO JAGUARARI, UM EXEMPLO DE FIDELIDADE

Quando os holandeses conquistaram a Fortaleza dos Reis Magos, no dia 12 de dezembro de 1633, tomaram conhecimento de dois fatos ali ocorridos, envolvendo as pessoas de indígenas potiguares.

O Diretor Delegado e Alto Conselheiro Mathias van Keulen e o Comissário Carpentier, ao se aproximarem da fortaleza, encontraram ao pé da muralha do lado ocidental, o cadáver de um brasiliense todo coberto de sangue. Tratava-se da pessoa de um chefe potiguar, suspeito de simpatia pelo partido holandês.

Prevendo que o chefe indígena, após a entrega da fortaleza, seria útil aos holandeses, os portugueses o estrangularam e lançaram por cima da muralha (1).

Havia também um outro prisioneiro, que teve melhor destino. Chamava-se ele Jaguarari, um dos chefes dos potiguares que moravam na Baía da Traição, conhecido entre os portugueses pelo nome cristão de Simão Soares. Era ele tio de Antônio Filipe Camarão, o famoso aliado dos portugueses na guerra movida contra o partido flamengo.

No ano de 1625, quando ocorrera o ataque dos holandeses à Baía da Traição, com seus 34 navios, alguns indígenas potiguares ali residentes se comunicaram com os invasores. Entre eles Jaguarari, movido pelo fato de sua mulher e um filho terem ido com os holandeses, o que o levou a também imitá-los, porém com o fito de conduzí-los de volta ao lar. Jaguarari teve êxito no empreendimento, porém, com a volta dos portugueses foi colocado em ferros pelo capitão-mor do Rio Grande Francisco Gomes de Melo.

Por ocasião da rendição da Fortaleza dos Reis Magos, Simão já fazia oito anos que se encontrava em "duríssima prisão, e ferros". Segundo informa o escritor Francisco de Brito Freyre, em sua "Nova Lusitânia - História da Guerra Brasílica", Jaguarari foi libertado pelos holandeses, ao tomarem eles posse da fortificação.

Todavia o autor das "Memórias Diárias da Guerra do Brasil", Duarte de Albuquerque Coelho, fornece uma outra versão sobre o fato: segundo aquele autor, "parecendo a todos que se acaso o forte se perdesse, não convinha que o inimigo encontrasse ali este índio tão escandalizado, pelo que lhe poderia servir com os seus contra nós, em vingança do que sofrera, persuadiram por isso ao capitão Gouveia que o mandasse deitar pela muralha para a parte do mar".

Continua o cronista Albuquerque Coelho, descrevendo o que sucedeu com o chefe Jaguarari:

"Fez-se em um pau, para que pudesse sair para a banda do sul, que era da Paraíba; e tirando-se-lhe os ferros, o deitaram mais para afogar-se do que para chegar em terra. Porém pôde chegar até uma légua; e encaminhando-se à primeira aldeia de índios, deu-se-lhes a conhecer, e falou-lhes pouco mais ou menos desta forma:

"Aqui me vedes nu e com os sinais ainda frescos dos ferros que oito anos suportei, por ter comunicado com os holandeses na baía da Traição, no intento de tirar minha mulher e filho que lá estavam. Havendo-me vencido amor não me valeu ter provado bem minha fidelidade nos muitos anos que servi ao rei, e particularmente na conquista do Maranhão, com muita gente mais, quando Jerônimo de Albuquerque o ganhou dos franceses. Daquela prisão me soltaram agora, por estarem os holandeses sobre o forte do Rio Grande, que, a não ser isso, bem receava eu morrer nos ferros. Porém nada há de ser bastante para manchar minha antiga fidelidade com a qual sempre servi e servirei ao meu rei. Portanto, rogo-vos que vos sirva de exemplo,e não de escândalo, o tratamento que sofri; porque se o forte se perder, advirto-vos que todos vos retireis com vossas famílias para onde for ordenado pelos capitães del-rei, para que nunca venhais a cair no poder do inimigo. Escusareis assim a ver-vos em uma infame servidão. E se o nosso forte se defender, daqui o iremos socorrer com o que nos for possível. Entenda finalmente cada um de vós que se qualquer faltar à obrigação de bom e leal vassalo do nosso rei, eu lhe servirei de verdugo (2)".

O cronista Brito Freyre nos transmite o discurso pronunciado por Jaguarari, aos indígenas de sua nação:

"Que como a pena não desacredita, e só a culpa é que infama, suposto lhe estavam ainda vertendo sangue as chagas frescas das cadeias antigas, sem valer-lhe para o tratarem com menos severo rigor, ter procedido com perpétua fidelidade, haviam eles, e ele de mostrá-la muito avantajada, para manifestar melhor a fineza dos bárbaros, a ingratidão dos portugueses; que hoje quando a fortuna se obstinava tanto a molestá-los, se dispunha mais a seguí-los; em cuja resolução, de todo o que lhe não fosse leal companheiro, seria cruel algoz, porque, com estar à vista de suas mesmas vexações, esperava viver melhor entre a ira dos nossos, que na amizade dos holandeses (3)".

Os autores a quem devemos essas narrativas, informam mais que as palavras de Jaguarari provocaram o abandono de suas aldeias, por parte dos indígenas, "apenas souberam que o inimigo estava de posse do forte". Informa Albuquerque Coelho, que Simão Soares acompanhou seu sobrinho Antônio Filipe Camarão até a sua retirada para a Bahia. "Sua Majestade lhe fez mercê de 750 reais de soldo, com cláusula de que por sua morte passariam à sua mulher e filho".

Escrevendo em 1757, o cronista dom Domingos Loreto Couto, em "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", informa que "muito deve a igreja, e estado de Pernambuco a este ilustre índio" (Jaguarari). "Ele se fez

companheiro dos missionários, ele lhes fazia casas, levantava igrejas, e fazia que todos respeitassem os ministros de Deus, e seguissem o partido dos portugueses. Cheio de anos, e merecimentos acabou a vida temporal para lograr na eterna o fruto das obras (4)".

(1) CARVALHO, Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte 1625-1654**, pp.187-188.
(2) ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de • **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**, pp. 176-178.
(3) BRITO FREYRE, Francisco de • **Nova Lusitânia-História da Guerra Brasílica**, p.275;
(4) LORETO COUTO, Dom Domingos • **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, pp. 341, 451-452.

NOSSA DESPREZADA LAGOA DO JACÓ

Ao sopé do monte que separa os bairros de Petrópolis e Ribeira, próximo ao prédio correspondente ao Centro de Turismo, encontra-se a LAGOA DO JACÓ. Há anos, pessoas interessadas pessoas interessadas providenciam a descarga de material próprio para aterro, promovendo um lento e irreversível assoreamento da lagoa, já muito reduzida em relação às suas primitivas dimensões.

No período invernoso, as águas da lagoa se escoam através de um riacho que corre pelos bairros da Ribeira e das Rocas, desaguando à margem direita do Potengi. No seu curso final, aquele riacho corta as avenidas Januário Cicco e Engº Hildebrando de Góis, indo findar-se no terreno onde funciona o depósito distribuidor de gás, vizinho ao tradicional Canto do Mangue, nas Rocas.

O topônimo Lagoa do Jacó, já é encontrado em documento sesmarial de 1731. Os desenhos representando a lagoa vêm desde o século XVII. No livro de JOAHANNES DE LAET, intitulado **História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até ao fim do ano de 1636,** consta uma gravura da lavra de artista holandês, em que aparece a hoje denominada Lagoa do Jacó.

A referida estampa recebe a designação de **Afbeeldinghe van T'Forte op Rio Grande ende Belegeringhe** (Planta do Forte do Rio Grande e Arredores), onde se vê a atual Lagoa do Jacó, um tanto deslocada da proximidade do monte que lhe serve de arrimo. Proveniente da lagoa, aparece o **Krayes Rivier** (Riacho do Corvos, ou dos Urubus).

O curso do riacho formado pela lagoa ocorria no sentido sul-norte. Cortando o riacho, via-se uma ponte que era utilizada pelos transeuntes e veículos, que percorressem o caminho interligando **Het Dorp Vande Portuguesen** (A Aldeia dos Portugueses, a Cidade do Natal) ao **Fort Tres Reys**, ou **t' Fort Ceulen**.

Por aquela "ponte lançada sobre um riacho", passaram as tropas flamengas, na tarde do dia 8 de dezembro de 1633, comandadas pelo tenente-coronel Balthasar Bymae, em direção à fortaleza, objetivo visado pelas tropas invasoras.

Do outro lado do Potengi, à margem esquerda do rio aparece o atual riacho Jaguaribe, sob a referência de **Sout Rivier** (Riacho Salgado). Na confluência do Jaguaribe com o Potengi, no lado leste viam-se algumas casinhas, **Visschers Huysen** (casas de pescadores).

A outra gravura intitula-se **Verovinge van Rio Grande in Brasil Anno 1633** (Assédio do Rio Grande no Brasil Ano 1633). Na referida gravura, a lagoa figura com uma certa grandeza, formando um riacho em cuja foz via-se ancorada a esquadra holandesa, vencedora da Fortaleza dos Reis Magos. Tal como atualmente, a barra do riacho formado pela lagoa correspondia ao ponto hoje chamado de Canto do Mangue, porto onde ancoram os barcos pesqueiros, no bairro das Rocas.

Documentos arquivados no nosso Instituto Histórico e Geográfico, relativos a concessões de chãos na Cidade do Natal, fazem referências desde 1603, à **Lagoa da Campina,** onde o cidadão Jorge de Araújo possuía uma olaria. No ano seguinte, certo documento mencionava o Riacho da Ponte, a qual ainda perdurava no ano de 1747.

Como vemos, a agonizante Lagoa do Jacó e o seu riacho, o riacho dos Urubus, desempenharam importante papel na formação histórica da nossa Capital. Não os devemos esquecer!

A DESAPARECIDA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE

Na Natal seiscentista existiu uma capela denominada NOSSA SENHORA DO MONTE, da qual não deixaram referência os autores, tanto portugueses como holandeses, que escreveram sobre o período da ocupação da Capitania do Rio Grande, por parte das forças flamengas.

A única notícia que temos sobre a desaparecida capela, nos foi deixada através de um estudo cartográfico. George Marcgrave, autor de um mapa que inclui a Capitania do Rio Grande, de 1643, aponta a existência da Capela de Nossa Senhora do Monte. O referido mapa acha-se encartado no livro de BARLÉU.

As gravuras holandesas intituladas **Verovinge van Rio Grande in Brasil Anno 1633** e **Afbeeldinghe van T' Forte op Rio Grande ende Belegeringhe,** às quais já nos referimos anteriormente, não registram a Capela de Nossa Senhora do Monte.

Somente resta ao pesquisador tentar identificar o ponto geográfico aproximado, no qual foi construída aquela capela do século 17. Um meticuloso estudo do mapa de Marcgrave, levou-nos à conclusão de que o monte onde erguia-se a capela dedicada a Nossa Senhora do Monte, corresponde ao local representado pelo Centro de Turismo da capital potiguar.

Do pitoresco local descortina-se uma vista magnífica, abrangendo o Potengi, os bairros baixos, além de toda a orla marítima natalense. Foi realmente um ótimo ponto, aquele escolhido para nele erigir-se a capela mencionada.

Abaixo do monte onde achava-se construido o templo religioso, viam-se as águas da atual lagoa do Jacó, outrora também chamada de Lagoa da Campina, cujo desaguadouro formava um riacho, o **Krays Rivier** (Riacho dos Corvos, ou dos Urubus), citado pelos holandeses.

O mestre Câmara Cascudo supunha que a Nossa Senhora do Monte ficaria localizada no mesmo terreno, onde em 1893 foi construida a casa do cel. Joaquim Manoel Teixeira de Moura, na atual avenida Getúlio Vargas. Segundo Cascudo, quando da edificação daquela casa, o seu proprietário "encontrou alicerces possantes, tijolos fortíssimos, tinindo à percussão como se fossem de metal".

Tal hipótese não pode prevalecer, ante a indicação que nos é fornecida por Marcgrave, que aponta o local onde hoje funciona o Centro de Turismo, como o ponto exato em que existiu no século XVII, a Capela de Nossa Senhora do Monte...

O mapa de George Marcgrave indica que o local onde outrora erguia-se a Capela de Nossa Senhora do Monte, corresponde àquele em que atualmente existe o prédio do Centro de Turismo de Natal.

O ENGENHO POTENGI, DE FRANCISCO COELHO

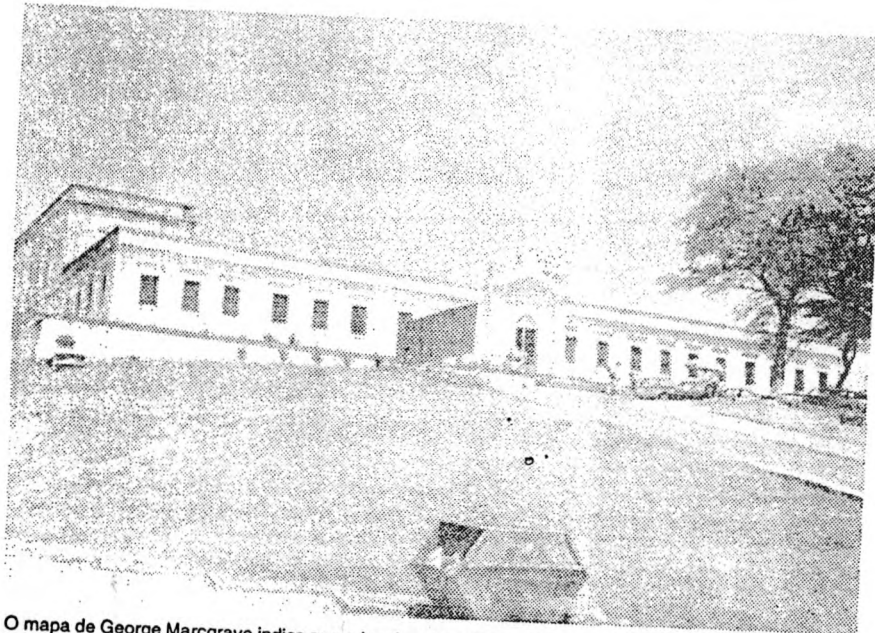
No dia 9 de janeiro de 1600, Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, que acumulava as funções de Capitão-Mor da Conquista do Rio Grande, concedeu a primeira data e sesmaria ocorrida em território potiguar. Foi beneficiário da doação o próprio capitão-mor do Rio Grande, João Rodrigues Colaço. A terra media 2.500 braças (5.500m) de extensão, pelo rio Potengi acima, principiando do riacho Upabuna, vizinhanças da atual povoação de Barreiros. A data de João Rodrigues Colaço estendia-se até à distância de meia légua (1.200 braças) aquém do riacho Guandu, pouco além da atual cidade de São Gonçalo do Amarante-RN. A data e sesmaria ocupava 1.000 braças (2.200m) para cada banda do Potengi (1).

Em 1614, a sesmaria do Potengi já se encontrava em poder do reverendo vigário do Rio Grande, padre Gaspar Gonçalves Rocha, que a adquirira do ex-capitão-mor João Rodrigues Colaço. Naquele ano o proprietário "ia roçando outra parte dela, para plantar canas, e ver se era capaz delas e de um trapiche (2)". Ao que tudo indica, o padre Gaspar logrou o seu intento, pois surgiu depois daquele ano, o Engenho Potengi.

Adriano Verdonck, espião holandês, ao descrever em 1630 o distrito da Cidade do Rio Grande, refere-se a dois engenhos "que fazem pouco açúcar (3)", respectivamente Potengi e Utinga. Laet menciona dois engenhos na capitania, em 1634: Cunhaú e Utinga. A 14 de janeiro de 1638, o conde João Maurício refere-se ao "Engenho Potingi, decaído há longos anos, e diz-se que não tem terras capazes (4)".

Após a conquista da Fortaleza dos Santos Reis pelos flamengos, o Potengi, já de fogo morto e pertencendo a Francisco Coelho, serviu de local de refúgio aos portugueses fugidos da presença holandesa na capitania. No dia 14 de dezembro de 1633, os holandeses enviaram uma companhia sob o comando do major Cloppenburch, ao "lugar onde constava possuir o inimigo um povoado ou pelo menos um engenho e roças, acometendo-o e dispersando-o; neste intúito seguiram hoje à tarde, em três grandes botes de vela e três botes dos navios, para o passo do Potigi, onde devem desembarcar (5)".

No dia seguinte, à tarde, regressou a expedição saída na véspera,

> *"referindo que, logo que ontem desembarcaram na passagem do Potigi, foram descobertos por alguns dos inimigos ali de vigia, dos quais mataram alguns e fizeram prisioneiro a um velho, que aliás não pertencia à referida guarda; avançando, por espaço de três léguas, para o interior do país, até chegarem a um estreito passo em cuja extremidade havia uma planície, onde os esperava o inimigo, derribando logo com a primeira descarga a quatro ou cinco dos nossos; mas, acometidos com resolução puseram-se em fuga, apesar de numerosos, constando principalmente dos soldados e*

moradores saídos do forte e de muitos brasilienses, que, porém, pouco os secundaram; prosseguindo na marcha por algum tempo chegaram a um pântano, que teriam de atravessar para alcançar o engenho, e como fossem diminutas as nossas forças e ignoradas as do inimigo, foi deliberado bater em retirada (6)".

O autor Duarte de Albuquerque Coelho também dá notícia dos episódios relacionados com a presença de moradores portugueses, acolhidos no Engenho Potengi de Francisco Coelho:

"Logo que o inimigo se empossou do forte do Rio Grande, embarcou 200 homens, e com eles Calabar. Foram rio acima até um engenho de Francisco Coelho, que estaria a duas léguas. Ali se havia acolhido a maior parte dos moradores que viviam na povoação, com o nome de cidade, ainda que bem pequena, a qual ficava a meia légua do forte. Chegando-lhes a notícia da aproximação do inimigo, um deles, chamado Pedro Vaz Pinto, escrivão da fazenda real daquela praça, e a quem todos respeitavam pelos rasgos da sua pena, persuadiu até 40 a tomarem as armas, levando por cabo a João Ferreira, que havia servido no Real. Emboscando-se em um lugar muito a propósito, por onde o inimigo tinha de passar, foi bastante para impedí-lo, ainda com morte de oito homens e alguns feridos; e parecendo-lhes que seríamos mais, houve de retirar-se (7)".

Ainda, segundo o relato de Albuquerque Coelho, o sargento-mor Antônio de Madureira, chegado da Paraíba com um socorro de 350 homens, promoveu a retirada de alguns moradores e muito gado, levando-os do Engenho Potengi para o Cunhaú (8).

O autor Brito Freyre nos dá conta de que os holandeses convidaram os tapuias do sertão, chamados Janduins, utilizando-os na obra de massacrar os remanescentes portugueses, que se achavam escondidos no interior, rebelados contra o domínio flamengo:

"Pelo que no engenho de Francisco Coelho, aonde estava casado com cinco filhos; e aonde se haviam recolhido os moradores inúteis, por doença, sexo e idade, dando improvisos muitos destes tapuias, que estimam pela fama mais gloriosa, a opinião de cruéis e a jactância de insolentes, além do que podia inventar toda a atrocidade, executaram abomináveis exorbitâncias. Lamentavam-se as esposas forçadas, sobre os corpos ainda palpitando dos maridos defuntos. A alguns, não acabaram tanto as horrendas feridas de que agonizavam, como os nefandos espetáculos do que viam. Donzela houve, que arrojando-se das janelas, se livrou com ruína apetecida, de ser torpemente violentada. Outras que se entranharam nas cavernas dos montes, para as não enterrarem sem honra, sepultaram-se vivas: fugindo das vivas sepulturas, que davam às companheiras, em

os ventres humanos, tão desumanos homicidas; que começando primeiro a tragar as mesmas virgens, que acabavam de ofender; faziam pasto da sua voracidade, o que antes incentivo da sua luxúria (9)".

Duarte de Albuquerque Coelho confirma o relato deixado por Brito Freyre. Segundo aquele autor, enviaram os holandeses dois índios a João Duí, chefe dos tapuias, que moravam a 80 léguas no interior da capitania. Chegou João Duí (Janduí) ao Rio Grande, no dia 8 de março de 1634, já se encontrando a 10 no engenho de Francisco Coelho, "para onde pouco antes se tinham retirado alguns moradores, e o mataram juntamente com sua mulher, cinco filhos, e todos os que ali acharam, excedendo talvez a 60 pessoas, sem que a algum concedesse a vida, propriedade destes bárbaros (10)".

No ano de 1798, era proprietário do Engenho Potengi de São Gonçalo, o capitão Manuel Alves de Morais Navarro, solteiro, falecido a 11 de novembro de 1798, com a idade de 59 anos. O seu testamento encontra-se arquivado no acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Caixa nº 71).

Quanto à localização do tradicional Engenho Potengi, o escritor Manuel Nazareno Nogueira de Araújo informa que o mesmo "ficava a poucos passos da atual cidade de S.Gonçalo do Amarante, em terras, que pertenceram outrora, a Teófilo Alves, já falecido (11)". Continua Nogueira de Araújo:

"Hoje, este engenho, já não existe. Suas ruínas foram vistas até a primeira década deste século. Seus derradeiros donos foram duas donzelas chamadas Fenomila e Esmeraldina Machado, descendentes de Estevão Machado de Miranda, que morreram na primeira década deste século, com mais de cem anos. Porém do engenho, o fim de suas moendas, ninguém tem notícia. Contam os antigos, que as ruínas do engenho Potengi serviram de morada a muitos que vinham em retirada do interior dos sertões na época das grandes secas. Seu último morador, quando as paredes e o teto do velho casarão já cediam ao rigor dos anos, foi um velho chamado Lourenço, (ou Lourenço-que-ronca), como lhe apelidaram os meninos de rua (12)".

O antigo Engenho Potengi correspondia no começo deste século, ao Engenho Santa Luzia da Floresta, pertencente ao cel. João Pinheiro. Dista o mesmo cerca de 800 metros da cidade de S.Gonçalo do Amarante RN, à margem esquerda do rio Potengi. Até o ano de 1960, ainda existiam vestígios do prédio do antigo Engenho Potengi.

(1) LIVRO 2º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, fls.27-A a 28;
(2) TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1614, p.19;
(3) VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande,** p.226;
(4) BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS CAPITANIAS CONQUISTADAS , DE PERNAMBUCO, ITAMARACÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE, &, p. 158;
(5) CARVALHO, Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte 1625-1654,** p.191;
(6) CARVALHO, Alfredo de • **Obra citada,** pp,193-194;
(7) ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de • **Memórias Diárias da Guerra do Brasil,** p.178;
(8) ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de • **Obra citada,** p.178;
(9) BRITO FREYRE, Francisco de • **Nova Lusitânia-História da Guerra Brasílica,** pp.279-280;
(10) ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de • **Obra citada,** p.181;
(11) NOGUEIRA DE ARAÚJO, Manuel Nazareno • **História de São Gonçalo,** p.8;
(12) NOGUEIRA DE ARAÚJO, Manuel Nazareno • **Obra citada,** pp.10-11;

OS TARAIRIÚS, EXTINTOS TAPUIAS DO NORDESTE

Ao travarem seus primeiros contatos com os primitivos habitantes do território nacional, cedo os europeus os identificaram em dois grupos distintos: os TUPIS, que falavam a Língua Geral, a Língua Boa - e os TAPUIAS, com diversos idiomas, os chamados Gentios da Língua Travada. O convívio mais estreito entre europeus e indígenas - até então separados pela vastidão atlântica- verificou-se com a nação tupi, habitante do vasto litoral brasileiro.

Considerando-se apenas a antiga Capitania do Rio Grande, ou dos Potiguares, como mero exemplo, constataremos que os tupis habitavam o litoral do território, achando-se representados pela tribo dos potiguares, do ramo tupinambá. A jurisdição de tais indígenas estendia-se da margem setentrional do rio Paraíba até à serra de Ibiapaba, já em território cearense. Para fins deste estudo, deixaremos de lado o que respeita aos tupis e concentraremos nossas atenções em torno dos tapuias, aqueles silvícolas que povoavam, inclusive, os sertões das capitanias nordestinas.

Em 1618, AMBRÓSIO FERNANDES BRANDÃO, senhor de engenho, capitão de infantaria e um dos primeiros conquistadores da Paraíba, compunha a sua obra **Diálogos das Grandezas do Brasil**, ocupando-se nos trechos finais do seu livro, em descrever os tapuias, denominando-os tapuins. A descrição etnográfica desses silvícolas, apresentada por Fernandes Brandão, coincide com outras narrativas posteriores, da lavra de autores do partido holandês, mencionadas mais adiante deste comentário.

JOANNES DE LAET, autor da **História ou Anais do Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até ao fim do ano de 1636,** inicia o ciclo holandês de informações sobre os tapuias que habitavam o Nordeste.

JACOB RABBI, o famoso aventureiro alemão, delegado flamengo junto aos tapuias do chamado rei Janduí, e que viveu alguns anos entre aqueles silvícolas, deixou uma Crônica oferecida ao conde Maurício de Nassau. A síntese de tal obra foi incluída no livro de GASPAR BARLÉU, a **História dos Feitos Recentemente Praticados durante Oito Anos no Brasil, sob o Governo de João Maurício, Conde de Nassau**, tratando do período em que Nassau esteve no Brasil, de 1637 a 1644.

ZACHARIAS WAGNER, chegado ao Recife em 1634, tendo posteriormente pertencido ao "staff" do conde Maurício, deixou-nos a sua obra **Zoobiblion,** em que retratou a etnografia dos tapuias de Jan de Wy, já então aliados do partido holandês.

ELIAS HERCKMAN, o terceiro governador holandês da Capitania da Paraíba, empossado em 1636, três anos depois escreveu a **Descrição Geral da Capitania da Paraíba,** na qual faz referência a quatro nações tapuias. Cita inicialmente os Carirys, que habitavam transversalmente à Capitania de

Pernambuco, e cujo "rei" chamava-se Kerioukeiou. Um pouco mais para o interior, moravam os Caririwasys, liderados por Karupoto. A terceira nação era chamada de Careryjouvs. Concluindo a sua exposição, Herckman explica que a nação dos tapuias, particularmente conhecida pelos flamengos, era a dos TARAIRYOU, sendo Janduwy o rei de uma parte da nação, e seu irmão Caracara de outra.

JORGE MARCGRAVE é o autor da **História Natural do Brasil**, publicada em 1648, na qual foi incluído um resumo da crônica de Jacob Rabbi, em que figuram dados etnográficos colhidos por aquele delegado dos flamengos, junto aos janduís.

GUILHERMO PISO também nos dá notícia da tribo janduí, em seu livro **História Natural e Médica da Índia Ocidental**, que somente viria a ser publicado em 1658. Piso foi médico pessoal do conde Maurício de Nassau. Nota-se também a influência do relatório de Rabbi, nas observações etnográficas de Piso.

JOAN NIEUHOF, que veio para o Brasil em 1640, aqui permanecendo até 1649, escreveu a **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, que viria a ser impressa em 1682. Nieuhof informava que os tapuias habitavam no interior do território sob o poder dos flamengos, no espaço compreendido entre o rio Ceará e o rio São Francisco. Nieuhof baseando-se em Elias Herckman, descreve a existência dos tapuias Cariris, governados por Ceriou Keiou; vizinhos aos mesmos, havitavam os Caririvasu, cujo "rei" era Carapoto; a seguir, vinham os Caririjou, correspondentes os atuais Fulniôs, que ainda habitam em Pernambuco. A quarta nação descrita era a dos Tararijou, "muito conhecidos nossos", chefiada por Janduí, "não obstante alguns deles viverem sob a autoridade de um tal Karakara".

Em 1647, ROULOX BARO realizou uma viagem ao chamado País dos Tapuias, cruzando o território correspondente à antiga Capitania do Rio Grande. De tal viagem Baro nos legou um minucioso Relato, em que menciona diversos episódios relativos àqueles tapuias, e que se acha incluído no livro **História da Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**, de autoria de PIERRE MOREAU e de ROULOX BARO, respectivamente. A obra conta com comentários explicativos por CLAUDE BARTHOMY MORISOT.

Um relato muito informativo, escrito pelo final do século XVII, ou início do seguinte ,foi-nos legado pela capitão PEDRO CARRILHO DE ANDRADE, participante do Terço dos Paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro. Tal narrativa, escrita por quem participou da chamada Guerra dos Bárbaros, aparece na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Vol. VII, 1909), sob o título de **Memória sobre os Índios no Brasil.**

Tais autores são suficientes para o estudo da etnografia dos tapuias TARAIRIÚS, cujo "rei" mais famoso foi Janduí. Os seus liderados passaram à nossa historiografia sob a denominação de janduís, ou janduins. Os próprios tarairiús se auto-denominavam de OTSHICAYAYNOE.

Através do que se depreende de todos os relatos acima referidos, salienta-se a evidência de que os tapuias tarairiús não eram os mesmos tapuias cariris. Sob o prisma lingüístico e cultural diferenciavam-se perfeitamente. Tais contrastes essenciais passaram despercebidos ao historiador paraibano IRENÊO JOFFILY, autor das **Notas sobre a Paraíba**, publicação de 1892. Joffily, interpretando apressadamente a **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, de Elias Herckman, generalizou como pertencentes à nação cariri, todos aqueles outros tapuias moradores no interior das capitanias outrora ocupadas pelos dominadores flamengos.

Joffily classificou os tarairiús como se fossem uma mera facção do cariris, lapso que recebeu a chancela do historiador CAPISTRANO DE ABREU, autor do prefácio aposto ao livro já citado. Daí por diante até os dias atuais, quase todos os autores que se ocuparam dos tapuias nordestinos, adotaram o termo Cariris para designar, indistintamente, aqueles silvícolas que não falavam a língua geral, inclusive os janduís e seus aparentados. Estudos posteriores de THOMAZ POMPEU SOBRINHO, de PAUL RIVET e de CESTMIR LOUKOTKA, vieram lançar luzes sobre a controvérsia, retificando aquele lamentável engano de interpretação etnográfica cometido anteriormente.

Os mais abalizados estudos apresentam como tendo pertencido ao grupo TARAIRIÚ, as seguintes tribos tapuias, muito citadas em nossa historiografia nordestina do período colonial: JANDUÍS, ARIÚS, ou PEGAS (liderados pelo "rei" Pecca), SUCURUS, CANINDÉS, JENIPAPOS, PAIACUS, PANATIS, JAVÓS, CAMAÇUS, TUCURIJUS, ARARIÚS, COREMAS.

A seguir, condensaremos os dados etnográficos fornecidos pelos velhos cronistas, descrevendo o perfil dos tapuias tarairiús:

- TERRITÓRIO HABITADO PELOS TARAIRIÚS -

Os tarairiús espalhavam-se do Ceará ao rio São Francisco. Segundo Jacob Rabbi, o acampamento principal do rei Janduí ficava localizado no rio Otschunogh (Açu), cujo vale recebia o nome de Kuniangeya. Nas laterais do rio, nas proximidades daquele acampamento ficavam as lagoas Bayatagh (Piató) e Igtug (Itu, ou Ponta Grande). Segundo o relato dos antigos cronistas, os tapuias ocupavam as terras do sertão semi-árido do Nordeste. A Capitania do Rio Grande era o epicentro do domínio dos tarairiús, que ali habitavam nas bacias dos rios Açu, Apodi e respectivos afluentes.

- APARÊNCIA FÍSICA -

Os antigos cronistas ressaltam a elevada estatura dos tarairiús do sexo masculino, em contraste com a baixa estatura das mulheres. Aqueles tapuias eram muito robustos, dotados de incrível força física. Possuiam uma cor atrigueirada, "um espessa pele bruna". As mulheres eram consideradas bonitas

de cara, apresentando-se gordas e grossas. O olhar selvagem dos tapuias impressionava os cronistas. Possuíam as cabeças grandes e largas, detalhe bem exposto nas telas do holandês ALBERT ECKHOUT. Em tais cabeças, encontra-se a origem dos "cabeças chatas" nordestinos...

Os tapuias apresentavam ossos grossos e fortes. Seus cabelos eram pretos, espessos e ásperos. Os penteados que usavam podem ser constatados através das pinturas de Eckhout, pintor que esteve no Brasil, a serviço do conde de Nassau.

Andavam inteiramente nus; apenas os homens atavam um cendal às suas partes genitais, e as mulheres usavam uma espécie de avental em torno dos quadris, confeccionado de folhas frescas. Os tapuias pintavam-se à maneira do demais silvícolas: com tintas extraídas do jenipapo e do urucu. Portavam lindas penas de aves, introduziam ossos, penas, pedras e pedaços de madeira nas orelhas, narizes, bochechas e lábios. Calçavam sandálias, feitas da casca de uma árvore chamada curaguá. Depilavam-se, inclusive as sobrancelhas.

- SAÚDE, DOENÇAS E MORTE -

A longevidade dos tapuias tarairiús impressionou os antigos cronistas. Chegariam à provecta idade de 200 anos! O rei Janduí gozava do conceito de contar 160 anos, ainda lépido e capaz de conduzir um tronco de carnaúba aos ombros, em plena carreira! Pedro Carrilho de Andrade dizia-se serem "homens bem dispostos, sadios, sem achaques e de largas vidas, que bem se podiam comparar com as cobras, de quem dizem os poetas que não morrem nunca de velhas, senão quando as matam"...

Adoecendo um tarairiú, eram empregados alguns recursos "medicinais": escarificações cutâneas, sucções bucais, de encontro à parte ofendida; provocação de vômitos, com a introdução de folhas silvestres enroladas na garganta do paciente. Também defumações com tabaco, e aplicações salivares.

Na hipótese de se convencerem os indígenas da incurabilidade do paciente, simplesmente matavam-no com golpes de clava. Antes do episódio mortal, congratulavam-se os matadores com o doente, e este com eles por lhe caber morrer virilmente, furtando-se assim aos sofrimentos!

Segundo as crônicas, os indígenas eram muito vitimados por acidentes causados por picadas de cobras e mordidas de piranhas, terríveis peixes que, ainda hoje, infestam as águas dos nossos rios e lagoas.

Praticavam os tarairiús o endocanibalismo. Até os próprios ossos dos falecidos tapuias eram consumidos, depois de devidamente secos pelo calor solar, sendo em seguida cremados ao fogo, pisados e pulverizados. Os cabelos também eram ingeridos, depois de reduzidos a particulas diminutas, sendo dissolvidos na água, ou misturados com mel silvestre e comidos com tapiocas!

No local em que morriam pessoas importantes da tribo, colocava-se uma memória, ali se reunindo todos os anos os seus companheiros, "para fazerem

uma oferenda ao Diabo".

Também era praticada a antropofagia contra os inimigos da tribo, os quais eram dilacerados por feroz vingança.

- VIDA AMOROSA -

Aparecidos os sinais de puberdade, a donzela já se achava em condições de casar-se. Tais sinais eram revelados pela mãe aos feiticeiros, que participavam a ocorrência ao rei. Passava então a moça a ser guardada na casa dos pais. Depois da devida permissão para o matrimônio, concedida pelo rei, ocorria a cerimônia de núpcias, ocasião em que o genro agradecia à mãe da noiva os cuidados tidos pela mesma com a preservação da virginidade da filha...

Na época da escolha dos pares ,executavam-se cantos e danças. A moça tarairiú colocava-se, por ocasião de tais danças, por detrás do rapaz por ela escolhido, o que equivalia a um futuro compromisso de casamento. Na fase de noivado, o rapaz presenteava o rei com gados e frutos, e o futuro sogro com caça e mel silvestre. Submetia-se também à prova de correr com um tronco aos ombros.

Na hipótese de não surgir um candidato ao casamento com uma determinada moça, esta era levada à presença do rei, que a desvirginava.

Por ocasião da cerimônia matrimonial, os nubentes masculinos recebiam um buraco em cada uma das faces, em que eram introduzidos pequenos enfeites de paus ou ossos, com 3 a 5 polegadas de comprimento. A festa matrimonial estendia-se por quatro ou cinco dias, quando então a noiva era conduzida ao noivo, à tarde, ocasião em que ocorria uma dança aparelhada, em que se cantava em altíssimas vozes.

Os tarairiús eram polígamos e as festividades matrimoniais eram reservadas apenas para a primeira esposa. O régulo Janduí, nos bons tempos, chegara a possuir cinqüenta mulheres! Segundo os antigos cronistas, Janduí foi pai de sessenta filhos, o que epresentava um número reduzido, em comparação com a grande quantidade de esposas que possuíu.

Sobre o adultério, não era o mesmo suportado pelos tarairiús. Além de ser uma ocorrência rara, tal episódio poderia acarretar a morte dos infratores. Janduí chegou a matar algumas de suas mulheres, em virtude de adultério praticado pelas mesmas...

Quando um tapuia matava, em combate singular, um da própria tribo, passavam a pertencer-lhe a esposa e os filhos do morto.

- GRAVIDEZ, PARTO E INFANTES -

Achando-se a mulher tarairiú grávida, o seu companheiro abstinha-se de relações com a mesma e coabitava com outra. Tal abstenção sexual prolongava-se por todo o período da lactação. Prestes a dar à luz, ou logo após, a tapuia

retirava-se para as matas e esconderijos, se o céu estivesse sereno. Nascido o infante, cortava-lhe o umbigo com um caso afiado ou uma concha ,devorando, a seguir, o umbigo juntamente com a placenta, depois de cozê-los.

Na fase puerperal, a mãe e o filho lavam-se na água corrente duas vezes ao dia, pela manhã e à tardinha. Ocorrendo uma mudança de acampamento, outra mulher cuidava da criança, poupando a mãe de tal tarefa. Os homens tarairiús, à época do parto das esposas, deitavam-se, à maneira de parturientes, comendo então doces e manjares, manifestando de tal maneira a necessidade de "restaurar" as forças perdidas. Tal resguardo masculino estendia-se por oito ou mais semanas...

A respeito dos natimortos, as tarairiús adotavam o costume de devorar tais fetos sob a alegação de que não lhes poderiam proporcionar uma sepultura mais condigna do que o próprio ventre de que tinham provindo.

As crianças começavam a andar na idade de nove ou dez semanas, época em que também eram lançadas na água para aprenderem a nadar. Esse fato insólito, até há pouco tempo desacreditado pelos estudiosos, parece ver-se confirmado na Rússia, onde criancinhas de tenra idade repetem os precoces feitos aquáticos dos infantes tarairiús...

Na hipótese de falecer uma criança tarairiú, era a mesma comida pela própria mãe e suas parentas. Aos sete ou oito anos, os meninos eram submetidos à cerimônia de perfuração do lábio inferior e das orelhas. Na mesma ocasião da cerimônia, também era colocado um nome no infante.

Desde tenra idade, os tapuias exercitavam-se em destrezas e forças, tais como lutar, correr e saltar. Tornavam-se também exímios nadadores, não se encontrando um só deles que não soubesse nadar.

- FEROCIDADE, ARMAS E LUTAS -

Segundo as antigas crônicas, os tarairiús eram temidos de todo o demais gentio. Apresentavam um semblante ameaçador, um olhar feroz. Eram cruéis e nada lhes era vergonhoso, quando pretendiam a vingança e a glória. Em seus combates adotavam a tática da surpresa, tentando pela astúcia o que não tinham condições de proceder pela força, preferindo enganar o inimigo a enfrentá-lo em guerra aberta. Possuíam eles a inclinação natural de guerrear, matar, fazer sangue, acostumados e exercitados nas mortes das caças e feras. Entre os tarairiús, não tinham nome nem fama aqueles que não fizessem "morte em gente humana". Na ocasião da vitória eram propensos a matar os inimigos indistintamente. Acolhiam os amigos com alegria, ocasião em que choravam; deparando-se com um inimigo, simplesmente matavam-no.

Os tarairiús igualavam-se às feras, na velocidade do correr, atividade a que podiam se dedicar um dia inteiro. Às vezes, carregavam sobre os ombros um tronco de carnaúba, correndo com o mesmo três ou quatro léguas sem descansar!

Os tapuias tarairiús não usavam o arco. Seus dardos eram impulsionados através de uma meia-cana côncava, espécie de propulsor. Portavam tal canudo, ou prancheta, no dedo. Também usavam pesados espadões de madeira preta, ou de uma outra também sólida, como o pau-brasil. As pinturas de Albert Eckhout retratam com fidedignidade essas clavas, com as quais os tarairiús eram capazes de partir um homem ao meio de um único golpe. Os tarairiús também portavam pequenos machados de pedra, munidos de longos cabos.

Os tarairiús de Janduí foram preciosos aliados dos dominadores holandeses. Amigos que, quase sempre, deixavam os flamengos temerosos, devido à irreprimível agressividade desses silvícolas.

Por ocasião da chamada Guerra dos Bárbaros, que teve o seu início cerca de trinta anos após a expulsão dos flamengos, os janduís, ainda saudosos dos seus amigos neerlandeses, entraram em luta contra os conquistadores de suas terras, luta que se prolongou por mais de quatro décadas. Os tarairiús, já manuseando armas de fogo, chegavam a fabricar a própria pólvora necessária ao emprego de tais armas. Também já se haviam convertido em ótimos cavaleiros, sendo considerados hábeis "ladrões de cavalos"...

- HABITAÇÕES E ACAMPAMENTOS -

A natureza mutável do sertão, conseqüência da secas da secas e estiagens, obrigava os seus primitivos moradores a um regime nômade de vida. Não tinham aldeias nem casas ordenadas, passando a vida completamente ao ar livre. Mudavam freqüentemente de acampamento, ao sabor das contigências alimentares. Os tapuias evitavam as marchas noturnas, com medo de cobras e serpentes, somente iniciando suas viagens após haver o sol desfeito o orvalho dos campos. Nos meses de novembro, dezembro e janeiro, quando o caju começava a amadurecer, eles vinham para o litoral, pois eram raros os cajueiros no sertão.

Os tarairiús levantavam ramadas, em forma de um V invertido, com a finalidade de servirem de abrigo contra o sol ardente ou a chuva. À noite faziam imensas fogueiras, ao longo das quais estendiam suas redes para se aquecerem. Costumavam passar as noites a cantar, sob intenso contentamento.

Quando acampados, procuravam iniciar o dia com um banho de rio, após o que esfregavam-se com areia grossa, banhando-se novamente em seguida. Aqueciam-se ao fogo e escarificavam a pele com uma espécie de rapador feito de dentes de peixes.

Por ocasião das mudanças de acampamentos, tomavam a medida de atear fogo ao mesmo. Ao partirem dali, transportavam consigo dois troncos de árvores conservados no chão, à distância de um tiro de pedra da tenda do rei. Dois grupos, cujos participantes eram revesados sucessivamente, transportavam tais troncos sobre os ombros, em desabalada carreira, até o novo local escolhido para acampamento. Tal prática era um motivo de intensa diversão e emulação.

BARO dava a tal espécie de esporte praticado pelos tarairiús, a denominação de correr a árvore. As mulheres e crianças transportavam as armas, as bagagens e os trastes.

Chegados ao local destinado ao novo acampamento, iam os tapuias cortar árvores, cravando os galhos e ramagens à beira dos rios para desfrutarem da sombra. Os homens saíam a apanhar os peixes, ou para a caça e recolher ao fabrico da farinha e seus pães. As mulheres dedicavam-se às lides culinárias, preparando as comidas e bebidas.

Realizavam-se certames de lanças, corridas e lutas.

- CAÇA, PESCA E AGRICULTURA -

A alimentação básica dos tarairiús compunha-se de caça, pesca, mel silvestre, frutos e alguns produtos de roça. Apreciavam muito as cobras e lagartos. Viviam gordos e sadios. Não guardavam para o dia seguinte, o alimento que pudessem comer de imediato. Possuiam um apetite impressionante. Segundo os neerlandeses, os tarairiús podiam consumir a alimentação que seria suficiente a cinco ou seis europeus!

Quando acossados pela fome, aqueles tapuias conseguiam passar até cinco dias sem comer, auxiliados por certas cascas de árvores que atavam ao ventre, e que tinham o efeito de fazê-los esquecer a fome.

Quando não encontravam água para beber, contentavam-se então com aquela fornecida pelo orvalho da madrugada e que se acumulava nos cantos e recantos dos lajedos. Tal falta d'água forçava os tarairiús a fazerem uma ou duas incursões anuais ao litoral.

Os tapuias possuiam admirável agudeza de olfato, qualidade utilíssima à vida de caçadores que levavam.

Quando trovejava e soprava fortemente o vento, havia uma abundantíssima pescaria na lagoa Bayatach (Piató, no Açu). Os peixes eram tão gordos que dispensavam o uso de gorduras para prepará-los. Tal lagoa, nos meses de março a abril recebia o transbordamento do rio Otschunogh (Açu), mal conseguindo as mulheres da tribo transportar todo o peixe apanhado, para o acampamento.

Os tarairiús assavam as carnes consumidas. Ao término das refeições, entoavam cantos e dançavam. Fabricavam uma espessa bebida à base de mel de abelhas, a qual tinha a coloração branca como o leite. Suas farinhas e pães eram feitos com a fécula de uma raiz, por eles denominada de attouh (atug), correspondente à mandioca.

Quando o rio Açu voltava ao seu leito, os tarairiús dedicavam-se ao plantio de milho, jerimús, amendoins, etc. Antes do plantio, havia uma cerimônia realizada pelos feiticeiros, destinada a propiciar a fertilidade do terreno. Barléu nos descreve os detalhes dessas cerimônia, algo de realmente belo.

Na descrição da Viagem de Roulox Baro, constata-se que os tarairiús de

Janduí plantavam roças sobre a atual Chapada da Serra Verde, que àquela época recebia a denominação de Moytiapoa, localizada no atual município de João Câmara (RN).

- LINGUAGEM DOS TARAIRIÚS -

O idioma dos tapuias tarairiús, com quem trataram principalmente os cronistas holandeses e os missionários das aldeias, infelizmente não foi preservado. Assim, não dispomos de informações sobre o léxico daqueles tarairiús, do qual muitas palavras ainda perduram, ornando os acidentes geográficos dos nossos sertões.

Através da observação dos textos que nos foram legados pelos cronistas flamengos, poderemos identificar poucos termos tarairiús:

CARFA - Descrito por Herckman, era um peixe". "cujo corpo tem a forma de um porco, exceto a cauda, que é de peixe". Era a piranha, peixe capaz de devorar facilmente qualquer animal.

CORPAMBA - Árvore de cujas sementes os tapuias preparavam um alucinógeno.

CORRAVEARA - Árvore de cujo tronco os tapuias faziam os pesos utilizados nas suas correrias. Tudo indica tratar-se da carnaubeira.

MANUAH - A Cobra de Veado.

OIUGI - A Cobra Cascavel.

UVA - Espécie de beberagem feita de mel silvestre e frutas (abacaxi).

O etnógrafo sueco CURT NIMUENDAJU colheu diversos termos do extinto idioma falado pelos indígenas sucurus, habitantes em Ararobá, como sabemos pertencentes ao mesmo tronco tarairiú.

O pesquisador paraibano JOSÉ ELIAS BARBOSA BORGES, dedicado há muitos anos ao estudo dos tapuias tarairiús, vem desenvolvendo um trabalho de coleta de palavras do extinto idioma. Segundo BARBOSA BORGES, em informações que por eles nos foram prestadas, tem-se observado em muitos termos uma aproximação com o idioma falado pelo grupo Jê:

PORTUGUÊS	Tarairiú	Dialetos Jês	Cariri
Água	*kaité*	*nko*	*dzu*
Cabeça	*kreká*	*krã*	*tçambu*
Cabelo	*unj*	*sun*	*dü*
Casa	*sekri*	*ikré*	*erá*
Comer	*kringó*	*khrem*	*ami*
Dormir	*gon-yá*	*Nogon*	*uni*
Filho	*ako*	*ikra*	*inhurae*
Fogo	*kiró,kia*	*korru,kuwi*	*isu*
Mão	*koreke*	*bkhra*	*müsã*
Mulher	*krippó*	*mprom,piko*	*tidzi*
Nariz	*sikrin*	*khra*	*naembi*
Olho	*aço*	*nto*	*do*
Orelha	*bandulak*	*mpak*	*benhé*
Pé	*poiá*	*par*	*bü*

- DEMÔNIOS E ESPÍRITOS -

Os tapuias tarairiús adoravam a Ursa Maior, ou Setentrião, vulgarmente denominados de Carreta. Ao divisarem, pela manhã, tal constelação, alvoroçavam-se e dirigiam-lhe cantos e danças. Suas lendas descreviam uma raposa que teria suscitado contra eles o ódio do seu deus, que deles afastou a proteção. Conservavam a tradição de que, em tempos remotíssimos, encontravam a alimentação sem necessidade de esforço, gozando ademais de uma ótima vida. Tais facilidades haviam sido perdidas em conseqüência da ofensa feita ao Setentrião, que de tal forma os condenara ao sofrimento.

Os cronistas referem-se ao preponderante papel desempenhado pelos feiticeiros e agoureiros (adivinhos), junto aos tarairiús. No entender dos cronistas de antanho, tais tapuias eram adoradores do Diabo, a quem prestariam culto, servindo-lhes de intermediários aqueles sacerdotes.

Segundo a crença tapuia, após a morte dos silvícolas, estes iriam em sua forma espiritual, à presença do Demônio, que os inquiria sobre a natureza da morte sofrida na terra. Depois das devidas explicações, era-lhes oferecido um local de morada, repleto de delícias, onde abundavam peixe e mel...

Nas planícies sacrificavam às pedras e penedos que topavam, para não serem, conforme acreditavam, por eles mordidos.

Nada do que interessava à comunidade era resolvido sem o conselho dos sacerdotes. Segundo o testemunho pessoal de diversos cronistas, os feiticeiros tapuias conseguiam a materialização de espíritos sob a forma de animais ou de tapuias. Deixavam-se invadir pelos espíritos malignos, e começavam a proferir profecias.

Os feiticeiros costumavam dirigir-se a locais ermos, a fim de manterem contatos pessoais com os chamados demônios. O próprio rei Janduí costumava acompanhar os feiticeiros em tais viagens. Em certas ocasiões - e Baro foi testemunha de uma dessas ocorrências - alguns demônios vinham ao acampamento tarairiú, acompanhados dos feiticeiros, ocasião em que eram alojados em uma cabana especial, ficando então à disposição dos tapuias interessados em consultá-los!

A agressividade dos tarairiús era tamanha, que, às vezes, o próprio demônio era vítima de espancamentos praticados pelos ditos consulentes, na hipótese de não lhes agradarem os vaticínios proferidos!...

Por ocasião da chegada dos demônios, todos os fogos do acampamento eram extintos. Um desses seres misteriosos era conhecido pelo nome de HOUCHA (UXÁ). Em determinado momento, ele desapareceu instantaneamente das vistas dos tapuias, "deixando grande espanto e tristeza".

O uso da fumaça do tabaco era indispensável por ocasião das visitas dos demônios. Havia uma certa planta denominada corpamba, que pilada e reduzida a pó era adicionada à água e ingerida pelos feiticeiros. Imediatamente a beberagem saía-lhes pelo nariz e pela boca, agitando-se os feiticeiros como possessos, pondo-se a correr e a berrar.

Na cabana do rei Janduí encontrava-se uma cabaça ou caixa sagrada, à qual eram presenteados produtos da caça, mel e frutos agrícolas. No interior da cabaça encontravam-se pedras chamadas quenturá, para os tapuias mais preciosas do que o ouro. Tal cabaça servia para fins adivinhatórios, e nela também os tapuias acreditavam transportar o Diabo, por ocasião de suas festas.

Os sacerdotes também cuidavam da medicina tribal. Empregavam defumações de tabaco, além de aplicações salivares.

Jorge Marcgrave, baseado em Rabbi, menciona um certo local distanciado 45 horas de jornada do rio Otschunogh, em cujo sítio os tarairiús iam acampar, à época em que os frutos estavam maduros. Ali realizavam eles cultos em honra do sete-estrelo e de outras estrelas, ocasião em que, como de costume, ocorriam danças e cantos.

- ALDEAMENTO E DESAPARECIMENTO DE UMA ETNIA -

Concedidas as primeiras datas e sesmarias no interior semi-árido do Nordeste, certos grupos tapuias, principalmente aqueles aparentados dos janduís, começaram a sentir os efeitos negativos representados pela desapropriação de suas terras, para eles indispensáveis à obtenção de sua alimentação voltada para a caça, a pesca e a coleta de mel.

Quando já se encontava bem promissora a criação extensiva dos rebanhos bovinos e cavalares, naquele sertão, irrompeu um intenso movimento de reação à presença dos fazendeiros, por parte dos tapuias, fenômeno que é conhecido nas crônicas da época como a GUERRA dos BÁRBAROS, ou LEVANTE DO GENTIO TAPUIA. Tal movimento de auto-preservação dos tapuias recebeu, por parte de escritores mais românticos, a denominação de Confederação dos Cariris, quando sabemos que os cariris, em grande número, foram utilizados como combatentes na repressão àquele levante, em que predominou o elemento tarairiú, cuja tribo mais famosa foi a os janduís. A obra básica que trata da insurreição dos tapuias foi publicada em 1936, sob o título de A GUERRA DOS BÁRBAROS, de autoria do insigne historiador paulista Affonso de E. Taunay. Este recorreu à documentação existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo do Estado da Bahia, no Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa, depois denominado de Arquivo Colonial, compendiando a codificação de todo esse material disperso, impresso e manuscrito.

A Guerra dos Bárbaros teve o seu início no ano de 1683, sendo o seu epicentro a Capitania do Rio Grande. Como conseqüência de tal guerra, milhares de tapuias foram degolados, suas mulheres e crianças tornadas prisioneiras.

Outros milhares abrigaram-se junto às missões religiosas, escapando à morte ou à escravidão. Os que puderam, fugiram para o Piauí e Maranhão.

Por volta do ano de 1749, mais de duas décadas após o desaparecimento dos combates entre o partido português e os tapuias janduís e seus aparentados, os remanescentes tarairiús achavam-se aldeados junto a diversas missões religiosas. A **Informação Geral da Capitania de Pernambuco** (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1906, Vol. XXVIII), datada de 1749, pouco mais ou menos, aponta a presença tarairiú nas seguintes Aldeias, cuidadas por missionários de diversas ordens religiosas. Raramente os tarairiús compartilhavam de uma mesma aldeia, com gentios de outras nações.

ALDEIA DA SERRA DE IBIAPABA, em local hoje correspondente a Viçosa (CE). Tapuias arariús ou irariús, ocupando uma das quatro missões que compunham a Aldeia.

ALDEIA DO PAIACU, existente em território atual de Aquirás, Ceará. Tapuias paiacus, da mesma nação tarairiú.

ALDEIA DA PALMA, localizada no saco da Serra da Palma, ao sul da bacia do Açude do Cedro, próximo a Quixadá-(CE). Habitada por tarairiús canindés e jenipapos.

ALDEIA DO GUAJIRU - onde hoje encontra-se a cidade de Estremoz, no Rio Grande do Norte. Ali moravam tapuias paiacus, da nação tarairiú.

ALDEIA DO APODI - Corresponde ao local em que se encontra a cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte. Também composta de tapuias paiacus.

ALDEIA DA BOA VISTA, localizada na Serra de Bananeiras, na Paraíba. Ali ficaram aldeados tapuias canindés e sucurus, da nação tarairiú.

ALDEIA DA CAMPINA GRANDE, na atual cidade paraibana de Campina Grande. Ali moravam tapuias Cavalcantis (uma facção do ariús), também tarairiús.

ALDEIA DO PANATI, em território paraibano de Piancó. Habitada por tapuias panatis, da nação tarairiú.

ALDEIA DO COREMA, aldeamento dos tapuias coremas, também tarairiús. Corresponde à cidade paraibana de Coremas.

ALDEIA DOS PEGAS - Correspondente ao território ora ocupado por Pombal, na Paraíba. Os pegas eram os mesmos ariús pequenos, também tarairiús.

ALDEIA DO ARAROBÁ, em território de Ararobá, Pernambuco. Ali achavam-se aldeados tapuias da nação tarairiú, pertencentes à tribo do sucurus.

Em 1757, existiam na Serra de João do Vale, no atual município de Belém do Brejo do Cruz-(PB), as chamadas Missões dos Pegas, de que era missionário o pe. Antônio Saraiva da Silva. Tais tapuias foram transferidos, em 1761, para a

Aldeia de Sant'Ana do Mipibu, hoje São José de Mipibu, no Rio Grande do Norte.

Na velha documentação pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal da Capitania do Rio Grande, arquivada no nosso Instituto Histórico e Geográfico, deparamo-nos com assentamentos relacionados com escravos tapuias, a partir do ano de 1727, muitos deles casados pelos seus Senhores com cônjuges da raça negra. Tal ocorrência, que é digna de um melhor estudo, talvez tivesse por finalidade velada a complexa extinção da etnia tarairiú.

Através do Alvará de 3 de maio de 1757, do Marquês de Pombal, os missionários perderam a jurisdição temporal que detinham em todo o Brasil sobre os indígenas. Estabeleceu-se a liberdade das pessoas, bens e comércio dos índios, elevando-se a vilas as aldeias por eles habitadas, cessando assim o governo temporal exercido pelos religiosos.

As aldeias, transformadas em vilas, passaram a ser governadas por seus diretores, do que resultou que as terras dos indígenas fossem, pouco a pouco, alienadas por venda, ou simplesmente desapropriadas. Os índios, privados de sua base econômica, converteram-se em explorados trabalhadores rurais. No Rio Grande do Norte, a noção da identidade indígena perdurou até, mais ou menos, os meados do século passado.

A intensa miscigenação sofrida pelos remanescentes étnicos indígenas, terminou por fazê-los perder a própria noção de suas origens. A pobreza, a ignorância, o atraso social, são companheiros inseparáveis dos descendentes dos antigos donos da terra.

DANÇA DOS TARAIRIÚ, tela do pintor neerlandês ALBERT ECKHOUT, que acompanhou o conde Maurício de Nassau durante a sua permanência em Pernambuco (1637-1644).

JOANNES DE LAET, GASPAR BARLÉU E SUAS DESCRIÇÕES DOS RIOS HABITADOS PELOS TAPUIAS DE JANDUÍ E CARACARÁ

JOANNES DE LAET, escrevendo sobre o período da dominação flamenga, do seu início até o ano de 1636, refere-se ao território habitado pelos tapuias de Janduí e Caracará (1).

Consideravam como sua uma extensão de terras compreendida entre cinco rios. O primeiro, a partir do Rio Grande em direção para o interior, os Tupis chamavam Wararugi e os Tapuias Ociunon.

Tal rio corresponde ao atual rio Açu, cuja distância para o Rio Grande (Potengi) eqüivalia a cinco dias de viagem, indo aqueles tapuias desacompanhados de suas mulheres e crianças. Indo estas, a viagem se prolongava pelo dobro do tempo.

O segundo, ambas as nações de índios chamam Quoaouguh, e está situado um dia de viagem mais adiante.

Estamos convictos de que o Quoaouguh é o mesmo Cuó (dos tapuias) ou Acauã (dos tupis), tão mencionado durante o período da chamada Guerra do Gentio Tapuia. No início do povoamento do nosso sertão, considerava-se o Acauã como sendo um afluente principal do Piranhas, ou Açu, noção que foi depois afastada, passando-se a considerar o Acauã como um mero afluente do Seridó.

O bom senso indica que, na realidade, o Seridó é inferior ao Acauã, tanto em extensão como em volume hídrico. O Acauã era formado pela conjunção dos rios Picuí (antigo Quinturaré) e Totoró. Assim, podemos considerar o Quoaouguh, como correspondente à atual bacia hidrográfica do Seridó.

O terceiro - Ocioro, distando do último mais dous dias de viagem.

Caracará, o informante dessa geografia tapuia, também faz referência a uma montanha elevada, chamada pelos seus de Pookiciabo e pelos tupis de Pepetama, localizada entre os rios Guoacugh (Quoaouguh) e Ocioro. Da leitura dos requerimentos de sesmarias, da Capitania do Rio Grande, encontraremos referências seguras a respeito da serra de Pepetama, ou Patatama.

Ficava a mesma, entre as ribeiras do então chamado Paneminha (hoje Upanema) e Piranhas, e corresponde à atual serra de João do Vale. Assim, deduzimos que o antigo rio Ociojó corresponderia, à época holandesa, ao atual Upanema, ou rio do Carmo, um dos formadores do Mossoró.

Também achamos que o Ocioro, cuja pronúncia seria oxítona (Ocioró), teria algo a ver com a palavra Monxoró (Mossoró).

O quarto - Upanema, mais dous dias de viagem.

Através da análise das datas e sesmarias concedidas no século XVIII, no Rio Grande, facilmente concluímos que o antigo Upanema equivale ao rio Apodi, cujo trecho baixo toma atualmente a designação de Mossoró.

O quinto - Woroiguh, meio dia de viagem acima do último.

Obviamente, trata-se de um afluente do próprio Upanema, localizado mais para o interior, a apenas meio dia de viagem. Representa, talvez, o atual rio Umari, que banha diversos municípios oestanos do Rio Grande do Norte.

GASPAR BARLÉU, que descreveu o período em que o conde Maurício de Nassau governou o Brasil Holandês, de 1637 a 1644, menciona o território habitado pelos tapuias, aliados dos neerlandeses:

Difundem-se por grandes espaços, abrangidos por cinco rios: o Grande, o Quoauguho, o Ocioro, o Upanema e o Woiroguo (2).

O Rio Grande, mencionado por Barléu, deve tratar-se do Açu, confundido pelo autor com o outro Rio Grande, o Potengi, pois naquele primeiro rio moravam, na realidade, os tapuias.

---

(1) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, & p.461.

(2) BARLÉU, Gaspar • **História dos Feitos recentemente praticados**, &, p.260.

OS TREMORES DE TERRA NA CHAPADA DA SERRA VERDE

No ano de 1634, logo após a conquista da Capitania do Rio Grande pelos flamengos, estes tornaram-se aliados dos temíveis indígenas tapuias, os tarairiús, mais conhecidos nas antigas crônicas como os janduís. Uma facção desses silvícolas obedecia à chefia de Caracará, irmão do famoso "rei" Janduí, que foi o mais valioso colaborador do invasores flamengos.

Os holandeses trataram imediatamente de conseguir minuciosas informações a respeito da geografia da capitania conquistada, tendo aquele chefe Caracará dado notícia de uma montanha elevada, chamada pelos tapuias de COWOYRY, e pelos potiguares de MOYTYAPOA. Ficava a montanha localizada no trecho do território da Capitania, compreendido entre os rios Potengi e Ociunon, denominação esta emprestada por aqueles janduís ao rio Açu, ou Piranhas (1).

Ainda, segundo Caracará, os janduís somente realizavam as viagens entre o Ociunon e o Potengi, nos meses de inverno ou num verão chuvoso, devido ao problema de abastecimento d'água. A viagem do Ociunon a Moytyapoa era realizada em três dias. No verão ficava armazenado algum resto d'água em certos poços, nos rochedos. Nos lugares baixos, a água era salobra (2).

Treze anos depois, precisamente no dia 25 de junho de 1647, o famoso aventureiro holandês ROULOX BARO, ao realizar uma grande viagem pelo interior da Capitania do Rio Grande, chegava em companhia do "rei" Janduí, ao morro Matiapoa. Ficava este ao ocidente do rio Vvuvvug, que corresponde ao rio que banha a presente cidade de Touros, neste Estado.

Na ocasião, Janduí dirigiu-se às roças cultivadas pelos potiguares, em Matiapoa, roubando-lhes toda a produção de cabaças, abóboras (jerimuns), ervilhas (feijão) e favas. No dias seguinte, os tapuias se transportaram às roças de Janduí, onde colheram grande quantidade de milho (3).

Matiapoa também era um local onde os tapuias realizavam os seus cultos religiosos, e onde recebiam a visita do "diabo" Houcha (Uxá). Ali também eram realizadas cerimônias de cunho social, como a perfuração de lábios e orelhas dos jovens tapuias, danças e comedorias(4).

Matiapoa, ou Moytyapoa corresponde à Chapada da Serra Verde, localizada na microrregião do Mato Grande, neste Estado. Como sabemos, aquela chapada é muito fértil, nela produzindo-se grande quantidade de produtos agrícolas.

Recentemente (1986), região foi castigada por uma série de tremores de terra, dos quais nos têm dado notícia os meios de comunicação, quase que diariamente. Será que naqueles idos tempos dos tapuias, já ocorriam tais tremores na região de Matiapoa?

Se analisarmos o significado na linguagem dos tupis, do topônimo Moytyapoa, iremos encontrar o termo MOTEAPY, cujo significado corresponde a FAZER ESTRONDO!

Assim, podemos deduzir ser antiquíssima a ocorrência de tremores na microrregião do Mato Grande, abrangida pela Chapada da Serra Verde, pois, indiretamente, a tais tremores já faziam menção os indígenas potiguares, ao darem à região a designação de "aquela que produz estrondos"...

E muitos séculos depois, a mesma região continua fazendo jús ao bem aplicado topônimo tupi, pois as convulsões geológicas ainda ali se fazem presentes.

(1) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, II, p. 461.
(2) LAET, Joannes de • **Obra citada**, p.462.
(3) MOREAU, Pierre & BARO, Roulox • **História das Últimas Lutas no Brasil**, &, p.104.
(4) MOREAU, Pierre & BARO, Roulox • **Obra citada**, pp. 104-107.

O FORTIM DA BARRA DO RIO CUNHAÚ

Provavelmente em 1634, certo navio tripulado por marinheiros de Dunquerque, abarrotado de mercadorias, ao perlustrar pelo litoral potiguar foi atacado por navios flamengos, o que levou aquela embarcação a dar à costa na Baía Formosa. Perdeu-se o navio, porém a mercadoria conduzida salvou-se em sua maior parte. O comandante e um seu companheiro, também de Dunquerque, tendo chegado à barra do rio Cunhaú, resolveram construir ou outro navio, de cem lastos ou mais.

Preocupados com algum embaraço a ser-lhes causado pelos holandeses, os homens de Dunquerque, auxiliados pelos moradores do campo, resolveram edificar um fortim para a defesa do local onde se encontravam. No 2º semestre de 1634, tal fortim ainda se encontrava em obras, pois no dia 13 de outubro, dois holandeses prisioneiros dos portugueses, que haviam trabalhado forçadamente nas obras do fortim, ao serem colocados em uma caravela carregada com 220 caixas de açúcar , produzidas no Engenho Cunhaú, lograram escapar, lançando-se ao mar. Nadando, chegaram à praia ao norte.

No dia 15 de outubro, os dois fugitivos alcançaram o Castelo Keulen, vindos pelo litoral. Informaram então aos seus compatriotas a respeito daquele fortim em construção, na barra do Cunhaú. Segundo eles, aquela fortificação era "um grande reduto quadrangular e duplo, as muralhas da altura de dois homens, sem pontos ou flancos, o alto dominava o baixo, e estavam juntos na encosta de um monte, que dominava ambos, e era difícil ir-se ao monte sem ser visto do forte; o fosso tinha a profundidade de um homem e era todo cercado de paliçadas".

Guarneciam o fortim cerca de 10 homens auxiliados por 20 mosqueteiros, além de outros indivíduos que moravam no próprio fortim e nas proximidades dali. O armamento da fortificação compreendia 10 peças e 2 arcabuzes de forquilha.

O cel. Artichofski partiu na noite de 18 de outubro de 1634, para atacar aquele fortim do Cunhaú, conduzindo consigo a companhia do capitão Bauts, composta de 90 homens; o tenente do comandante Gardtzman com mais 30 homens; 50 soldados de cavalaria desmontados; 46 tapuias, e mais 12 marinheiros que conduziam machados, pás e munições. No meio do caminho para Cunhaú, as tropas receberam um reforço: 12 indígenas chefiados pelo capitão Francisco Vaibitary, da aldeia do Mipibu (Papari).

Ao meio-dia de 21 de outubro,o coronel já se encontrava à distância de 3 léguas da barra do Cunhaú. Após 9 horas de lenta marcha, chegou a cerca de meia légua do fortim. Marchando ao longo da praia, aproximou-se da barra do rio obra de dois tiros de canhão, em um certo ponto correspondente ao final das dunas de areia que acompanhavam o litoral.

Então, o próprio coronel e um dos marinheiros dirigiram-se às paliçadas do fortim, tendo o primeiro feito o reconhecimento do fosso e examinado a solidez

das paliçadas. Vizinho ao fortim, havia uma casinha pertencente a um português, cujos cães ladraram insistentemente, dando sinal da presença dos estranhos; porém a sentinela do fortim não deu o alarme, por não divisar os intrusos, que se encontravam protegidos pela escuridão da noite. "Era lua nova e a noite tão escura que se não podia ver a tropa".

Quando finalmente pressentiram o inimigo, os defensores do fortim passaram a defender-se com tiros de mosquetes e canhões, enquanto os atacantes procuravam arrancar a paliçada a mãos, cortando com os facões que conduziam, as cordas que prendiam a paliçada em cima. Foi muito difícil a escalada do fosso, pois após a fuga dos dois marinheiros holandeses, os portugueses haviam reforçado a sua segurança.

O fosso tinha a altura de um pique (cerca de 3,5m), a muralha mais ainda, "e o reduto elevado que dominava o baixo, estava em cima como um castelo, tendo a muralha mais alta que um pique e meio".

Acordadas com o tiroteio cerrado, as guarnições das barcas e navios surtos no rio atiraram, porém tardiamente. Tomado o fortim, constataram os flamengos terem perdido três combatentes, mortos, havendo mais quatro feridos. Do partido português, os holandeses encontraram onze mortos, havendo mais dois outros, abatidos ao intentarem a fuga. Foram aprisionados quatorze combatentes do lado português, inclusive o próprio capitão de Cunhaú, Álvaro Fragoso de Albuquerque, e quatro marinheiros de Dunquerque.

O espólio do fortim compreendeu dez canhões de ferro, todos iguais, que atiravam 6 libras de ferro. Também dois arcabuzes de forquilha, onze barris de pólvora e grande quantidade de munições de guerra. Abaixo, nos casebres existentes foram encontradas nove caixas de açúcar. Nos galpões de vinho ,36 pipas e outras mercadorias. Verificaram os vencedores que, depois da fuga dos dois marinheiros holandeses, os portugueses prevendo a vinda do inimigo, haviam alteado a muralha e aprofundado o fosso.

No dia 22 de outubro, as tropas dominadoras viram, admiradas, uma caravela portuguesa carregada de açúcar, que saíra na véspera e fundeara na Baía Formosa, passar ao largo da costa, rumando ao reino de Portugal. Também no mesmo dia, os portugueses retiraram as cargas das suas barcas e navios, surtos no rio, levando-as para o mato. Os flamengos apossaram-se apenas de uma caravela espanhola e de um bote.

À noite, os portugueses atearam fogo a uma barca e a um navio, já vazios. No dia 24 de outubro "o navio novo dos dunquerqueses, estando ainda no estaleiro, foi incendiado e resolveram depois arrazar o forte como inútil". Esse segundo incêndio foi obra dos flamengos, que já tinham recebido reforços vindos por mar.

No dia 26, os flamengos rebocaram aquela caravela espanhola para fora, nela conduzindo os canhões e tudo o mais que haviam tomado nos dias anteriores. Não conhecendo o canal da barra, encalharam a embarcação nos rochedos, tendo então ateado fogo à caravela, perdendo-se toda a carga

transportada (1)

Estivemos na praia de Barra do Cunhaú, a fim de tentar localizar o que ainda restasse daquele fortim construído pelo dunquerqueses. Tal como os cronistas descreveram, o fortim ficava na encosta de um monte, próximo à praia. Na localidade, o terreno outrora ocupado pelo fortim é conhecido como **O Forte**. Ainda encontram-se algumas pedras esparças que pertenceram ao fortim.

O terreno correspondente ao alto do monte, por detrás do antigo reduto, foi recentemente "atacado" por um trator, com a finalidade de ali ser feito mais um loteamento imobiliário. É bem possível que aquelas ruínas, já velhas de 352 anos (em 1986), venham brevemente a desaparecer ante a escalada do "desenvolvimento"...

Margeando o terreno outrora ocupado pelo fortim, encontramos ainda os vestígios da antiga barra do Cunhaú, que não correspondia à barra atual. Velhos pescadores ainda dão notícia daquela primitiva barra, situada mais ao norte do que a atual.

(10) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada da Índias Ocidentais**, II, pp.464-467.

O antigo fortim ficava localizado na encosta de um monte, próximo à antiga barra do rio Cunhaú. Foi arrazado pelos flamengos, no dia 24 de outubro de 1634.

OS DOIS ALDEAMENTOS INDÍGENAS DO RIO MIPIBU

ADRIANO VERDONCK, espião a serviço dos holandeses, em 1630 descreveu a ALDEIA DO MIPIBU, existente na Capitania do Rio Grande:

> *"Nesta jurisdição do Rio Grande pode haver ao todo 5 ou 6 aldeias de brasilienses, que juntos devem contar 750 a 800 frecheiros, e a principal destas Aldeias é chamada **Moppobú** e está situada a 7 milhas ao sul do Rio Grande e a 4 ou 5 milhas para o interior" (1).*

O padre MANUEL DE MORAIS, em 1635, informava da existência da Aldeia de **Mopebi**, cujo capitão era Antônio de Ataíde, ficando a aldeia situada entre o Rio Grande e Cunhaú (2).

Em 1638, Relatório do Conde MAURÍCIO DE NASSAU mencionava a presença, na Capitania do Rio Grande, de quatro freguesias (3); esclarecendo o Relatório DUSSEN que uma dessas era a de **Mopebu** (4). O livro de GASPAR BARLÉU, de 1647, também confirma a presença daquelas quatro freguesias (5).

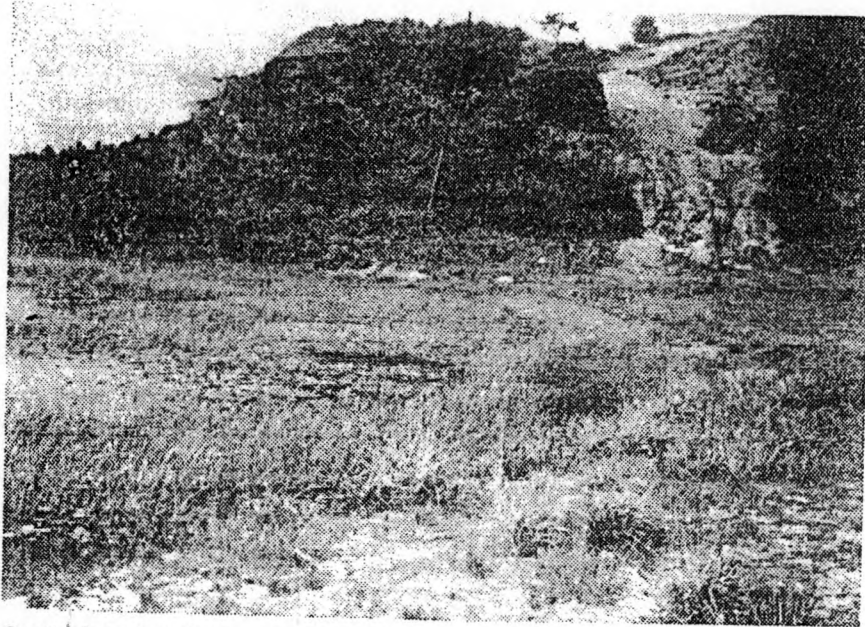
O Relatório DUSSEN, de 1639, esclarece que a Aldeia **Monpabu**, naquele ano era administrada pelo capitão Davidt Loeman, e contava com a presença de 56 homens d'armas (6).

A vetusta documentação que outrora pertenceu à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande (Natal), a qual se acha conservada a partir do ano de 1726, refere-se à Capela de Nossa Senhora do Ó da Aldeia, ou da Missão do Papari, também denominada do Papari e da Ribeira do Mipibu. Até o ano de 1740, a referida Aldeia funcionava em Papari, hoje correspondente à cidade de Nísia Floresta.

A partir de 1740, aquela documentação cita a nova Capela de Nossa Senhora Sant'Ana da Missão, ou da Aldeia do Mipibu, que ficava localizada na atual cidade de São José de Mipibu.

Em 1749, a INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, ao relacionar as Aldeias existentes na Capitania do Rio Grande, sujeitas à Junta das Missões do Bispado de Pernambuco, inclui a Aldeia do Mipibu, cujo orago era Sant'Ana, sendo o local habitado por caboclos da língua geral (tupis), sob a doutrinação de um missionário religioso capuchinho (7). Como se observa, o Aldeamento do Mipibu fora transferido do Papari para o local onde havia sido edificada a Capela de Sant'Ana.

Com a transferência do aldeamento para o novo local, Papari passou à condição de povoação, somente vindo a atingir o **status** de vila em 18 de fevereiro de 1852, quando passou a ostentar a denominação de VILA IMPERIAL DE PAPARY.

A segunda Missão do Mipibu foi convertida em vila, sob o nome de VILA

DE SÃO JOSÉ DO RIO GRANDE, aos 22 de fevereiro de 1762.

Atualmente aqueles primitivos aldeamentos indígenas da Ribeira do Mipibu correspondem às cidade de Nísia Floresta e São José de Mipibu.

(1) VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande**, p. 226;

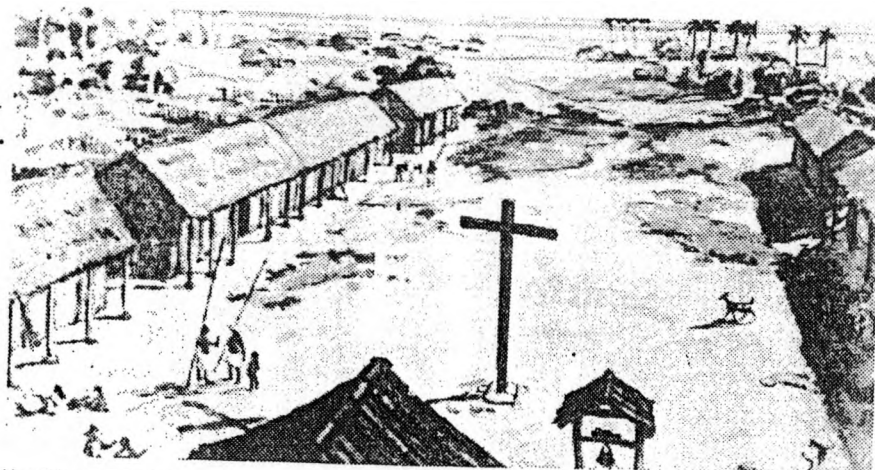
(2) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, etc., Vol. II, p. 515;

(3) BREVE ESTUDO SOBRE O ESTADO DAS CAPITANIAS CONQUISTADAS DE PERNAMBUCO, ITAMARACÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE, etc., pp. 139 e segs.;

(4) DUSSEN, Adriaen van der • **Relatório sobre as Capitanias conquistadas pelos Holandeses (1639)**, etc., p.78;

(5) BARLÉU, Gaspar • **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, etc., p.128;

(6) DUSSEN, Adriaen van der • **Obra citada**, p.91;

(7) INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, p. 420;

Um aldeamento Indígena, tela baseada em desenho de autoria de Zacharias Wagner (artista do período holandês).

OUTROS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

ALDEIA DE PARAGUAÇU - A carta do Pe. PERO RODRIGUES, de 19 de dezembro de 1599, descreve um episódio relacionado com o maioral potiguar Paraguaçu (Mar Grande), aprisionado pelos portugueses por ocasião de um combate travado na praia vizinha ao forte em construção (dos Reis Magos). Posteriormente Paraguaçu tornou-se amigo dos portugueses (1).

Segundo o Pe. MANUEL DE MORAIS, em 1635 a aldeia de **Parawassu** achava-se reunida à de **Mopebi**, e tinha por capitão Francisco Vaibitary. A aldeia ficava localizada entre o Rio Grande e Cunhaú (2).

No mapa de JORGE MARCGRAVE (1643), constante do livro de GASPAR BARLÉU e relativo à Capitania do Rio Grande, figura o rio Paraguaçu despejando para a Lagoa de Papari. Hoje aquele rio recebe a denominação de Arari.

Na documentação pertencente ao acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, deparamo-nos com o documento que dá conta de uma doação feita por João Lostão Navarro, em 1626, à sua filha Maria Lostão Casa Mayor, noiva de Manuel Rodrigues Pimentel:

> *"... e meia légua de terra em quadra na tapera de Paraguaçu, na conformidade da data que da dita terra tem" (3).*

Um outro documento, também arquivado no Instituto, refere-se a uma data e sesmaria concedida ao sargento-mor Francisco Lopes. Tal concessão, feita na Bahia aos 19 de julho de 1670, foi registrada na Capitania do Rio Grande aos 11 de fevereiro de 1676. Da leitura do texto do documento, encontramos referência à localização daquela Aldeia de Paraguaçu:

> *"... e outra meia légua de terra, na própria várzea, a qual deram em data a seu sogro Manuel Rodrigues Pimentel, que está junto à Aldeia de Paraguaçu, correndo pela (ilegível) junto do Araraí, correndo para o Papari" (4).*

O rio Arari, outrora também denominado Paraguaçu, corre ao sul das atuais cidade de São José de Mipibu e Nísia Floresta.

O mapa de Marcgrave assinala a existência de uma aldeia indígena, considerada despovoada em 1643, no rio Paraguaçu, no ponto onde hoje existe a localidade de Curral Novo, em S.José de Mipibu.

ALDEIA DE IGAPERA - Era capitaneada por Feliciano, ficando localizada do outro lado do Rio Grande (Potengi), cerca de 7 lé-

guas ao norte da fortaleza (2). Cremos que Igapera ficava no antigo rio Conapotu-mirim, àquela época já assoreado (Igapera= rio extinto), que fazia barra na atual praia do PORTO MIRIM, no litoral do município de Ceará-Mirim (RN).

ALDEIA DE PIRARI - Informa o Pe. MANUEL DE MORAIS que Pirari tinha por capitão, em 1635, Andreas Caruware (2). A Aldeia era situada à distância de duas léguas do Engenho Cunhaú. Hoje existe a povoação de Pirari, três quilômetros ao leste da cidade de Montanhas. Pirari, à margem do rio do mesmo nome, pertence ao município de Pedro Velho-(RN).

Segundo DUSSEN, que denominava aquela aldeia de **Parary**, ali encontravam-se 30 homens d'armas, capitaneados por Willem Jansz. (5) Pirari também figura no mapa de MARCGRAVE, de 1643.

Aos 3 de abril de 1645, a Aldeia de Pirari passou à jurisdição da Aldeia Orange (6).

ALDEIA DE TAPUPE - Denominada pelo Pe. MANUEL DE MORAIS de **Itaipi.** Tinha por capitão Itaischama, e ficava distante 7 léguas do forte do Rio Grande, para o oeste. Ali morava o capitão Francisco, aliado dos holandeses (2).

Segundo DUSSEN, **Tapupe** era capitaneada por Dirckmulder (Dirck Muller), e ali havia 40 homens d'armas (5). O mapa de GOLIJATH refere-se à Aldeia de **Taptupe,** no rio Potengi, situada ao que nos parece, no mesmo local também denominado de Aldeia de Jaraguá, que hoje corresponde geograficamente à localidade de Santo Antônio do Potengi (7). **Itaype** é a denominação da aldeia, figurando em documento de 3 de abril de 1645 (8).

ALDEIA DE TAPERA POAPE - A data nº 104 do Rio Grande, concedida aos 12 de maio de 1607 e cujo favorecido foi Francisco Coelho, fazia referência a "mea leguoa de terra em quadra em tapera poape, nella teue roça e caza, averá quatro annos que ha deixou, he terra boa para mantimentos" (9).

ADRIANO VAN DER DUSSEN faz menção à aldeia de **Tapiop,** onde havia 51 homens d'armas, capitaneados por Jan Alders (5). No chamado mapa de GOLIJATH, aparece a aldeia de **Tappewappe,** cuja localização parece coincidir com a localidade de Massangana, no rio Ceará-Mirim (7). O já mencionado mapa de MARCGRAVE faz referência à aldeia de **Apuá,** sob o símbolo de "domicilia deserta"... Apuá tinha a sua localização coincidindo também com a atual Massangana.

O autor alemão JOAN NIEUHOF menciona a vila **Atape Wappe,** situada junto à desembocadura do rio **Guasiavi,** que era o desaguadouro da atual Lagoa

de Estremoz (10).

ALDEIA DE ARANUM - O mapa de JORGE MARCGRAVE, de 1643, incluído no livro de BARLÉU e que representa a Capitania do Rio Grande, fixa a Lagoa de **Araunu,** junto à qual havia uma aldeia indígena. O mapa de GOLIJATH assinala a aldeia de **Oriaranum.** Em 1645, eram capitães da aldeia de **Aurunum** Diogo Paes Buto e Jerônimo Coelho (11). Aranum fica na margem ocidental da Lagoa de Guaraíras, no município de Arez-(RN).

ALDEIA DE JARAGUÁ - Parece-nos ser a mesma Aldeia de Tatupe, já referida. Segundo informa o mapa de MARCGRAVE, **Iaraguá** era uma aldeia indígena localizada à beira da Lagoa Upabuna, que despejava para o Potengi. A lagoa de Jacaremirim ficava ao poente da Aldeia. Parece-nos que a Aldeia de Jaraguá corresponde geograficamente à atual localidade de Santo Antônio do Potengi. Em 1645, Jaraguá tinha por capitães Francisco Pelpy e Antônio Pacheco (11).

ALDEIA ORANGE - É possível que a vila denominada **Keysers Croon,** que figura no mapa de MARCGRAVE, tenha sido a mesma Aldeia Orange, governada por Antônio Paraupaba (6). Keysers Croon era localizada à margem de uma pequena lagoa, próxima do rio Potengi. Pela Aldeia passava um caminho, que provindo de Natal dirigia-se à ribeira de Cajupiranga. Keysers Croon ficava localizada nas proximidades do atual Curtume J. Motta, na estrada que demanda a vizinha cidade de Macaíba.

---

(1) LEITE, Pe. Serafim • **História da Compahia de Jesus no Brasil,** vol. V, p. 507;
(2) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até ao ano de 1636,** vol. II, p. 515;
(3) LIVRO 3º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1681-1706): Data nº 58;
(4) LIVRO 2º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1674-1680): Data nº29;
(5) DUSSEN, Adriaen van der • **Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses - Suas Condições Econômicas e Sociais,** p.91;
(6) SOUTO MAIOR, Pedro • **Uma Assembléia de Índios em Pernambuco no Ano de 1645,** p.71;
(7) WIEDER, F.C. • **Monumenta Cartographica,** vol II, Mapa 45;
(8) SOUTO MAIOR, Pedro • **obra citada,** p. 75;
(9) TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1614, pág. 51;
(10) NIEUHOF, Joan • **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil,** p. 88;
(11) SOUTO MAIOR, Pedro • **obra citada,** p.66;

NOVA AMSTERDAM, OU CIDADE NOVA, A SUBSTITUTA DE NATAL ...

Conquistada pelos holandeses a Capitania do Rio Grande, em 1633, poucos anos depois foi concedida uma licença aos moradores de Natal, para a edificação de "uma nova cidade, em lugar mais feraz e em sítio mais vantajoso, na freguesia de Potengi (1)".

No **Relatório do Príncipe Maurício de Nassau ao Conselho dos XIX a 14 de janeiro de 1638**, dá-se conta do propósito de formar-se uma outra cidade, em substituição a Natal: "Tem somente uma cidade denominada Natal, sita a légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, a qual agora se acha mui decaída. A Câmara desta Capitania está em Potingi com licença de S.Exc. e dos Supremos Conselheiros, trabalhando por agregar aí uma população que dê começo a uma cidade; dará aí suas audiências, e para esse fim levantará uma casa pública, contribuindo os moradores cada um conforme suas posses (2)".

O chamado **Relatório DUSSEN**, de 10 de dezembro de 1639, refere-se novamente ao assunto da criação de uma nova cidade: "Já teve uma cidadezinha chamada Cidade do Natal, situada a uma légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, mas está totalmente arruinada, pelo que foi consentido aos escabinos e moradores levantar uma nova cidade em Potigi, pois é lugar fértil e melhor situado para os seus habitantes. Deverão construir de início um Paço da Câmara para aí terem o seu tribunal de justiça (3)".

NIEUHOF, escrevendo sobre fatos ocorridos entre 1646 e 1649, assinala que "acima do rio, há uma cidade de pequena importância, denominada Amsterdam. Seus habitantes vivem da pesca, da produção de farinha e do plantio de fumo (4)".

No **Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H.Hamel, Adriano van Bullestrate e P. Jansen Bas, &"**, divulgado por José Antonio Gonsalves de Mello, temos nova notícia de Amsterdam:

"No Rio Grande nunca houve cidade ou aglomeração de habitantes que morassem juntos. Apenas começaram, há poucos anos, a construir casebres a quatro léguas de distância do castelo Ceulen, perto de certa igreja, lugar que nós chamamos de Nova Amsterdam, para a qual os portugueses vinham do interior para a missa, mas que ainda não tem adiantamento (5)". Tal Relatório é datado de 1646.

A cartografia contemporânea do período holandês, também faz referência à existência da CIDADE NOVA, OU AMSTERDAM. O mapa de Andrea Antonio ORAZI focaliza uma localidade, no vértice formado por um rio (o Jundiaí) e um seu afluente. No mapa de CORNELIS BASTIAANZ GOLIJATH (1638), apresentado no Atlas de Vingbooons (c. 1665), figura o NIEU STADT, sob o símbolo convencionado para cidade, situado à margem direita do Jundiaí. De

todos esses mapas, o mais detalhado é o de GEORGE MARCGRAVE, elaborado em 1643.

No mesmo vê-se a referência à CIDADE NOVA, edificada entre os cursos dos riachos Cotingiba e Itâguaçutioba, ambos afluentes, pela margem direita, do Nhundiaí (Jundiaí). Atualmente o Cotingiba corresponde ao riacho do Coité. O rio denominado por Marcgrave de Itâguaçutioba, hoje é considerado como sendo o próprio Jundiaí, que banha os terrenos do Colégio Agrícola de Jundiaí, proveniente do município norte-rio-grandense de Bom Jesus.

O Nhundiaí referido por Macgrave, corresponde ao atual riacho do Sangue, que corre ao sudoeste da cidade de Macaíba. A localização da CIDADE NOVA, OU AMSTERDAM, apontada por Marcgrave, fica precisamente em terras hoje ocupadas pelo Colégio Agrícola de Jundiaí, a apenas 2 km de Macaíba, na direção sul.

Da antiga Natal (praça André de Albuquerque) à Cidade Nova distam cerca de 22,3 km. Estivemos no local onde, segundo o mapa de Marcgrave, existiu a Cidade Nova, ou Amsterdam. Já tivéramos notícias de umas misteriosas ruínas, que ainda podem ser contempladas pelos curiosos, à margem direita da Estrada RN-160, em um ponto distanciado 1,7 km da BR-30, e localizado um pouco antes de chegar-se ao prédio onde funciona o Colégio Agrícola de Jundiaí.

Segundo a tradição oral, um resto de parede ainda hoje existente no local, pertenceu a uma antiquísima capela, cuja origem se perdeu na voragem do tempo... Vêem-se ali também, restos de um cemitério. Informam ainda os moradores locais, de profusas ocorrências de outras ruínas, nos arredores daquela capela, as quais vêm à luz quando se intenta escavar os terrenos adjacentes.

Será que as ruínas, hoje encontradas em Jundiaí, são os últimos vestígios da desaparecida Amsterdam? Ou seriam restos da antiga capela do Engenho Jundiaí, cuja padroeira era Nossa Senhora da Conceição, e que já existia no ano de 1726, tendo funcionado até 1854? ... Somente um trabalho de prospecção arqueológica poderá esclarecer o enigma ...

(1) BARLÉU, Gaspar • **História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, &, p.128.

(2) BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS QUATRO CAPITANIAS CONQUISTADAS, &, p. 157.

(3) DUSSEN, Adriaen van der • **Relatório sobre as Capitanias Conquistada no Brasil pelos Holandeses (1639)**, pp. 78,79.

(4) NIEUHOF, Joan • **Memorável viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, p. 87.

(5) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Fontes para a História do Brasil Holandês** (Relatório sobre a Conquista do Brasil por Hamel, Bullestrate e Bas - 1646), p. 211.

Flagrante dos restos de uma parede pertencente à Capela do Engenho Jundiaí, outrora existente no mesmo local onde havia a CIDADE NOVA, ou NOVA AMSTERDAM. Teria sido tal capela levantada para os serviços religiosos dos portugueses da cidade?

A DESCRIÇÃO DO LITORAL POTIGUAR, SEGUNDO JACOB RABBI

Em 1648 foi publicada a obra do sábio alemão JORGE MARCGRAVE, **História Natural do Brasil**, na cidade de Amsterdam. No capítulo IV da obra, o autor incluiu um resumo da descrição do litoral da Capitania do Rio Grande, trabalho do seu compatriota JACOB RABBI, que morou durante alguns anos entre os tapuias do "rei" Janduí. O relatório de Rabbi foi dedicado ao conde João Maurício de Nassau, servindo de roteiro informativo a diversos autores.

Teceremos, a seguir comentários sobre aquela descrição litorânea de Jacob Rabbi (1):

(...) o Rio Grande em cuja entrada, se encontra a cidadela Colônia, a uma distância de seis horas, penetra no continente, em direção do ocaso;

Tratava-se do rio Potengi, ou Rio Grande, em cuja barra existia o Fort Keulen, anteriormente denominado de Forte Três Reis.

(...) em seguida o rio Mupeo a nove horas de viagem do Rio Grande, em direção do Sul;

O antigo Mupeo corresponde ao rio Mipibu, hoje mais conhecido por Trairi.

(...) enfim, Syrag minor a três horas de viagem do Rio Grande, em direção do norte; desce do continente, num caminho de quase cinquenta horas.

O antigo Syrag Minor de Jacob Rabbi, é o mesmo rio Ceará-Mirim, da atualidade.

Do Rio Grande, em direção do Norte, corre o mar o notável Mapreucauch, descendo do continente de uma longa viagem, repleto de porcos aquáticos; em suas margens vagam cabras e avestruzes.

O Mapreucauch correspondia ao atual rio Maxaranguape, situado ao norte do rio Ceará-Mirim.

O terceiro rio a doze milhas do Rio Grande chama-se Ypotinge

Tratava-se do antigo Pititinga, rio que faz barra próximo à ponta do mesmo nome. Hoje, corresponde ao rio Punaú.

(...) o quarto, chamado Uguasu, dista do Rio Grande uma extensão de dezessete horas.

O antigo rio Uguaçu, hoje denominado de rio de Touros, e que banha a cidade do mesmo nome, neste Estado.

A um dia de viagem do Uguasu acha-se o Yponi, onde se encontram muitas salinas; destas até outras salinas a distância é de quinze milhas; novamente destas até Aritawa, é de nove milhas; até as máximas salinas (chamam-se salinas por excelência) há uma distância de três milhas;

O Yponi, ao que tudo indica, é a atual Lagoa do Sal, cerca de uma légua ao oeste da ponta do Calcanhar. As "outras salinas" referidas por Rabbi, seriam

o local "Salinas", existente ao leste de Caiçara. Aritawa é o Aratuá que banha a cidade de Guamaré, fazendo barra ao poente do rio Guamaré. As "Máximas Salinas", aquelas do rio Carauratama, hoje conhecido por Barra do Fernandes, cuja foz dista 6,5 milhas marítimas da Ponta do Tubarão, ao nascente.

(...) até Unapatubam é idêntica a distância; até Marytupa, são duas milhas (...)

O topônimo Unapatuban, distanciado 3 milhas (léguas) de Carauratama, corresponderia a atual Ponta do Tubarão, onde corre o riacho Tubarão. Marytupa parece ser o rio Madeira, ou Arrombado, um dos cinco braços que formavam o Rio Açu.

(...) até Warerug uma. Este rio, também chamado de Otschunog, penetra, no continente,em direção ao Austro numa distância de mais de cem milhas. A uma distância de mais de vinte e cinco milhas do litoral marítimo, acha-se o grande lago Bajatagh com grande abundância de peixes. À esquerda deste, em direção ao nascente, acha-se outro chamado Igtug, pelos indígenas, mas ninguém penetra nele, por causa de peixes, que mordem, e são muito inimigos do homem. A este fica adjacente o Vale Kuniangeya, tendo o comprimento de vinte milhas e a largura de duas. Atravessa-o o rio Otschunog, abundante de peixes; aí se encontra grande abundância de animais silvestres e frutas.

O Otschunogh, ou Warerugh, correspondia ao atual rio Açu. O lago Bajatagh era a mesma lagoa do Piató, próxima à atual cidade do Açu. Igtug, ou Itu, hoje é denominada de lagoa de Ponta Grande, encravada na antiga sesmaria, do Itu, ora pertencente à família Montenegro. Os temidos peixes mencionados por Rabbi são as perigosíssimas piranhas.

De Otschunogh até Opponne, há um espaço de dez milhas (este último rio vem do Austro, a uma distância de cem milhas).

O Opponne compreendia os atuais rios Mossoró e Apodi, e era o mesmo Upanema, também já chamado de rio São Miguel.

Deste até o Iauarug, a distância é de duas milhas; em seguida até o Berywere o espaço é de uma milha; de duas milhas, enfim até o Vatepug.

O **Iauarug** talvez corresponda ao atual córrego do Arriba, cuja nascente é localizada na Lagoa de Dentro e que deságua no oceano após um percurso de três léguas. O **Berywere** seria o córrego do Gado Bravo, nascido no interior da mata. Alimentado pelas águas de diversas lagoas, tem um curso de duas léguas, fazendo barra no local Gado Bravo. O **Vatepug** é provavelmente o atual córrego da Gangorra, que vem dos contrafortes da Serra do Apodi, tomando o rumo de Tibáu. de onde se encaminha para ao chamado morro da Gangorra. Depois de oito léguas de curso, o córrego lança-se no oceano, no lugar Gangorra.

---

(1) MARCGRAVE, Jorge • **História Natural do Brasil**, p.268.

A MARCHA DE LUÍS BARBALHO BEZERRA E A CAPITANIA DO RIO GRANDE

Um dos episódios mais impressionantes da historiografia que trata do período da ocupação flamenga no Nordeste, é aquele que descreve a marcha do mestre de campo Luís Barbalho Bezerra, ocorrida no ano de 1640.

Trataram do tema os antigos autores Gaspar Barléu (1), frei Manoel Calado (2), frei Rafael de Jesus (3), Diogo Lopes Santiago (4) e Pedro Taques de Almeida Paes Leme (5). Nos dias atuais, o historiador pernambucano José Antonio Gonsalves de Mello publicou duas cartas do Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil, Henrique Dias, dirigidas: a primeira ao conde da Torre e a segunda, ao conde de Bagnuolo, ambas datadas provavelmente de março de 1640 (6). Gonsalves de Mello também divulgou outras cartas: de Luís Barbalho Bezerra ao Governador da Bahia, Alagoas 26 e 29 de março de 1640; e uma de André Vidal de Negreiros, Alagoa do Sul 27 de marco de 1640 (7).

No dia 7 de setembro de 1638, partiu de Lisboa uma poderosa armada, composta de 33 navios, cujo comando foi entregue a dom Fernando Mascarenhas, conde da Torre. A armada partiu para o Brasil, a fim de promover a restauração do Nordeste, então sob o domínio holandês.

Chegada finalmente a armada à Bahia em 16 de janeiro de 1639, somente a 19 de novembro daquele ano navegou em demanda do Nordeste, desta feita contando com 86 navios, 2.400 canhões e cerca de 11 a 12.000 homens. A 10 de janeiro de 1640, desembarcaram no Porto de Pipa, 7 léguas ao sul do Rio Grande, dom Francisco de Souza e Henrique Dias, com 300 homens, com a finalidade de hostilizar as forças holandesas após o desembarque previsto em Pau Amarelo, litoral pernambucano. Em 12,13, 14 e 17 de janeiro de 1640, foram travados memoráveis combates navais envolvendo as armadas flamenga e luso-espanhola. Tais combates iniciaram-se entre o litoral de Goiana e a ilha de Itamaracá, terminando em local defronte à barra do rio Potengi.

Destroçada a poderosa esquadra luso-espanhola, teve ela a sua última reunião nos baixios de São Roque, litoral da capitania do Rio Grande. Em seguida dirigiu-se às Índias de Castela, conforme fora previamente determinado desde a sua partida da Europa. O conde da Torre regressou à Bahia, em um bergantim, a fim de reassumir o seu cargo de governador e capitão-general do Brasil.

Luís Barbalho Bezerra, mestre de campo que vinha também a bordo dos navios, solicitou permissão para desembarcar os seus 1.430 homens, dentre os quais havia 340 soldados recrutados nos Açores e muitos paulistas.

O desembarque de Luís Barbalho Bezerra ocorreu no porto de Aguaçu (Uguaçu), "junto ao do Touro", em uma região considerada "parte de um deserto". Valendo-se apenas dos seus próprios meios, os homens desembarcados procurariam chegar à Cidade da Bahia, distante cerca de 300 léguas. Os únicos víveres distribuidos com a tropa, limitaram-se à quantidade que comportava a

mochila de cada combatente. Desembarcados a 7 de fevereiro de 1640, somente partiram de Uguaçu no dia 15 com destino ao Rio Grande, 14 léguas ao sul.

Após pronunciar palavras de estímulo aos seus comandados, Barbalho iniciou a marcha rumo à Bahia, "levando diante de seu esquadrão descobridores para as ciladas, e guias para as veredas, com ordem que todos os cavalos e bois que descobrissem os recolhessem para o sustento e para o serviço. Prosseguiu sua marcha buscando sempre as povoações; nas que eram amigas achava bom acolhimento, o seus moradores davam voluntariamente aos soldados o sustento necessário; nas inimigas entrava com violência, tomava o preciso e queimava o resto".

Segundo Barléu, "Barbalho, encetando a jornada, mandou trucidar, por dura necessidade militar, os enfermos e os incapazes de acompanhá-lo para evitar que, aprisionados pelos nossos, dessem notícia dele e de sua marcha por terra, o que receiava ansiosamente, conforme viemos a saber dos que se haviam escondido nos matos e foram por nós capturados".

Chegando ao distrito do Rio Grande, as tropas de Luís Barbalho foram enfrentadas por 60 soldados flamengos e 200 tapuias comandados pelo sargento-mor Joris Gardtzman, comandante do Castelo Keulen (ex-Fortaleza dos Santos Reis Magos). O combate ocorreu na proximidades de uma casa-forte, em Potengi. Naquela oportunidade foram aprisionados o próprio Gardtzman e muitos flamengos e indígenas, todos eles conduzidos para a Bahia.

Na madrugada de 28 de fevereiro de 1640, Luís Barbalho Bezerra, tendo feito junção com as tropas de Henrique dias, chegou a Goiana, onde o inimigo mantinha um quartel com 530 soldados, cujo comandante era o sargento-mor Picard. No combate travado morreram 503 inimigos, inclusive o comandante Picard, o capitão Lochman e muitos "framengos sargentos mores governadores tenentes todos da guarda do conde de nazau".

O conde Maurício e o Supremo Conselho ficaram muito chocados com os acontecimentos de Goiana. Foram então enviados 1.200 homens (Barléu) ou 3.000 (frei Rafael e Diogo Lopes Santiago), para perseguirem e dasbaratarem as forças de Luís Barbalho Bezerra. Segundo Lopes Santiago, foram despedidos contra Barbalho três esquadrões: um de 1.000 soldados, sob o comando de Carlos de Tourlon; um segundo, comandado pelo sargento-mor Martim Daey; e um terceiro, de que era comandante Mansfelt, composto de 1.200 homens (Barléu). Mansfelt perseguiu Barbalho até à margem setentrional do rio São Francisco.

Sob uma intensa perseguição, Luís Barbalho penetrou pelo mais espesso do mato, alimentando-se a tropa de milho zaburro, carne de alguns cavalos que ainda conduziam,além de couros, raízes de bananeiras e "outras imundícies".

Muitos portugueses acompanharam as tropas de Barbalho Bezerra, assim fugindo ao domínio flamengo. Transposto o São Francisco, todos puderam descansar alguns dias das canseiras da marcha. Em seguida dirigiram-se à Cidade da Bahia, onde chegaram quatro meses depois de saídos do Porto de Uguaçu.

As tropas holandesas perseguidoras regressaram a Pernambuco, aproveitando a ocasião para se vingarem da frustração, tendo roubado e matado muitos portugueses durante a viagem de retorno.

Tratando da biografia do Mestre de Campos Luís Barbalho Bezerra, Sérgio Higino assim escreveu:

> *"Luís Barbalho Bezerra nasceu em 1601, na 'Casa do Monteiro', a uma légua do Recife. Foram seus pais Antônio Barbalho Felpa de Barbuda e Camila Barbalho; avós paternos, Antônio Bezerra Felpa de Barbuda (natural do Minho) e Maria Ângela, vindos em 1535 para Pernambuco, com Duarte Coelho. Seus avós maternos, Braz Barbalho Feio e a primogênita de João Pais Barreto. Luís Barbalho casou-se com Dona Maria Furtado de Mendonça, natural de Olinda, e teve 10 filhos, dentro os quais: Fernão Barbalho, fidalgo da Casa Real, vedor da Índia e capitão da Fortaleza de N. Senhora do Populo; Francisco Monteiro Barbalho Bezerra, que sentou praça aos 8 anos, foi capitão da mesma fortaleza e fidalgo da Casa Real; Guilherme Barbalho, fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de São Cristovão de Sergipe, capitão durante a guerra holandesa e cavaleiro da Real Ordem de Cristo; e Agostinho Barbalho Bezerra que, por serviços na mesma guerra, teve mercê do hábito da Ordem de Cristo (19-7-1645) e, na mesma data, do hábito da Ordem de São Tiago, além de inúmeras outras distinções. Luís Barbalho assentou praça nas milícias de Pernambuco, em 1614 e em 1630 atendeu sem demora o chamado de Matias de Albuquerque, 'correndo às linhas de combate com os seus filhos, criados, escravos e fortuna'. Durante a guerra foi capitão de infantaria, cabo de companhias, governador do Arraial e do Cabo de Santo Agostinho, mestre de campo de infantaria (31-1-1637), fez parte da Junta de governo que, na Bahia, administrou o Brasil (de 27-6-1643 a 15-4-1644), recebeu o título de fidalgo da Casa Real (8-5-1637), de comendador da Ordem de Cristo (15-02-1640), e a mercê da Capitania do Rio de Janeiro por três anos (21-2-1642). Morreu a 15-4-1644, sendo sepultado na capela-mor da igreja do Colégio da Companhia de Jesus no morro do Castelo, Rio de Janeiro (8)".*

(1) BARLÉU, Gaspar • **História dos feitos recentemente praticados no Brasil**, pp.159, 164-181, 190-191, 194, 199;
(2) CALADO, Fr. Manoel • **O Valeroso Lucideno**, I, pp.139-147;
(3) JESUS, Fr Raphael de • **Castrioto Lusitano**, pp.138-146;
(4) LOPES SANTIAGO, Diogo • **História da Guerra de Pernambuco**, pp. 129-135;
(5) PAES LEME, Pedro Taques de Almeida • **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**, II, pp. 276-282;
(6) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Henrique Dias, Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil**, pp. 25-28;
(7) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**, pp.9-10;
(8) MELO, Francisco Manoel de • **Restauração de Pernambuco, pp. 24-25:**

O CLIMA DA CIDADE DO RIO GRANDE (NATAL), NOS ANOS DE 1640 A 1642

No livro **História Natural do Brasil**, de JORGE MARCGRAVE, figura um capítulo que trata "Da temperatura do ar e das estações do ano"(1). Aquele autor alemão deixou de informar em qual parte da região nordestina haviam sido colhidas as suas indicações. A comentarista ELOÍSA TORRES foi levada a considerar tais pesquisas climatológicas de Marcgrave, como tendo ocorrido em território pernambucano (2).

CLAUDE BARTHOMY MORISOT, em suas notas sobre a viagem de Roulox Baro ao País dos Tapuias, vem lançar uma luz sobre a dúvida: "As chuvas são tão comuns neste país, que George Marcgrave no liv. 8. da História Natural do Brasil, dedicou-lhes um capítulo especial, onde anota todos os dias em que choveu nesta província, no governo do Rio Grande, nos anos de 1640, 1641, 1642, de onde se vê que três quartos dos dias foram chuvosos (3)".

Segundo Marcgrave, no ano de 1640 houve a ocorrência de 202 dias chuvosos,o que corresponde a uma percentagem de 55,19% do total anual de dias. No ano seguinte houve apenas 166 dias com precipitação pluviométrica, ou sejam, 45,48% dos dias que compõem o dito ano. Finalmente, em 1642, 164 dias chuvosos, correspondentes a 44,93% do cômputo anual.

Nos três analisados, ou 1.096 dias, houve 532 dias chuvosos (média de 48,54%). Um dado interessante fornecido por Marcgrave, é aquele que revela não ter ocorrido um único mês, dos trinta e seis estudados, em que não houvesse, pelo menos, quatro precipitações pluviométricas.

No ano de 1640 verificou-se um período chuvoso de 23 dias consecutivos, de 24 de junho à 16 de julho. No ano seguinte, dezesseis dias sucessivos, de 26 de abril a 11 de maio. Em 1642, dezoito dias, no período de 17 de junho a 4 de julho.

Quanto às estiagens: em 1640, o maior período carente de chuva foi de apenas dez dias, de 17 a 26 de setembro. Em 1641, tal período máximo de estiagem foi de doze dias, ocorrendo entre 19 de dezembro e 30 do mesmo mês. No ano de 1642, uma estiagem de dezoito dias, de 25 de novembro a 12 de dezembro.

Os meses mais escassos de chuvas eram outubro, novembro e dezembro. A maior parte da precipitação pluviométrica ocorria durante os meses de março a agosto, tal como sucede atualmente.

Marcgrave também menciona outros fenômenos climatológicos, como as trovoadas, os relâmpagos, os nevoeiros e os ventos predominantes na região natalense. Segundo aquele cientista Marcgrave, predominavam os ventos leste e boreal, este também chamado de Aquilão. Tal estudo das correntes aéreas era essencial à navegação marítima da época.

Somos da opinião de que Marcgrave, obviamente, não se dedicou pessoalmente, à coleta diária das informações por ele divulgadas, sobre a

climatologia natalense. Suas diversas ocupações, como zoólogo, botânico, astrônomo, escritor, explorador e desenhista, não lhe permitiriam aquele trabalho rotineiro. Certamente, no Castelo Keulen (Fortaleza dos Reis Magos, em Natal) ficou alguém encarregado de observar e anotar as variações climatológicas ocorridas, fazendo entregas periódicas de tais dados colhidos, cabendo a Marcgrave a supervisão e a responsabilidade científica do projeto em execução.

Informa Marcgrave que, no dia 2 de julho de 1641, pelo meio-dia, encontrando-se aquele cientista no topo de "um altíssimo monte" chamado Itapuamuru, o frio ali reinante era tão intenso, que os cabelos e a barba do alemão cobriram-se de gotas d'água, enregelando-se-lhes as mãos!

A dra. ELOÍSA TORRES, comentarista do livro de Marcgrave, considerou o monte Itapuamuru como sendo, presumivelmente, a região de Garanhuns, em Pernambuco, hipótese que foge à indicação fornecida por Morisot, que assevera terem sido colhidos aqueles dados científicos de Marcgrave, na região correspondente ao **governo do Rio Grande.**

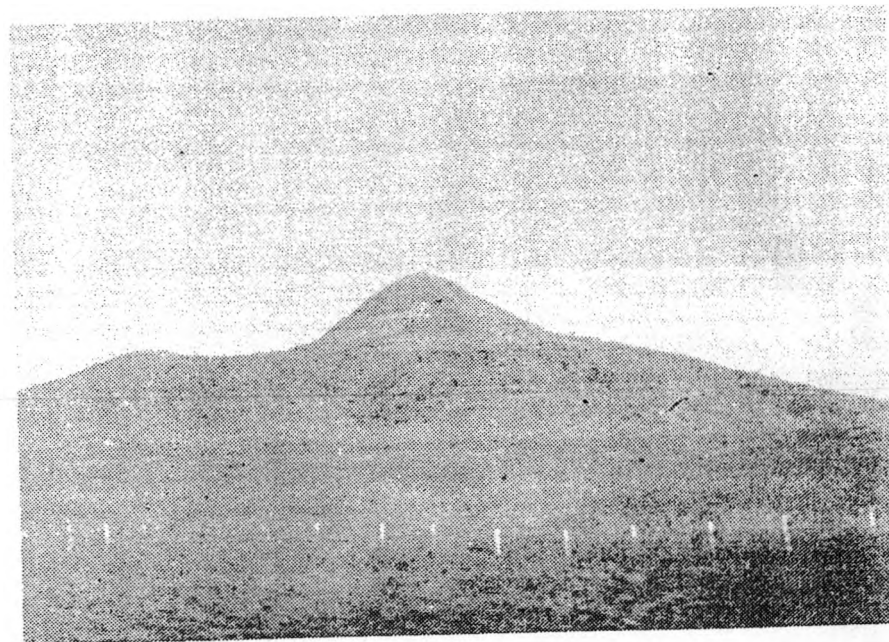
Nos "Comentários sobre o Livro VIII", de responsabilidade de PLÍNIO AYROSA, o mesmo explica o significado do termo túpico Itapuamuru:

"ITAPUAMURU - (Itá-puã-murú). Tanto se traduz por pedras redondas soltas, como por pedras erguidas, ou do alto, soltas, revolvidas (4)".

Tal descrição se ajusta muito bem ao nosso conhecido PICO DO CABUGI, que corresponde a um dos pontos mais elevados do Estado. Trata-se de uma avultada massa de gnaisse, em cujo bojo existe um olho d'água, que no período da grande seca de 1791-1793, forneceu água às grandes manadas de caprinos. O Cabugi, um vulcão extinto, apresenta uma forma cônica, sendo de basalto o seu pico, que atinge a altitude de 590 metros. Nas encostas do extinto vulcão, vêem-se milhares de pedras basálticas, também chamadas de pedra-ferro.

Fica o Cabugi localizado no município de Angicos, e com muita probabilidade de acerto, seria aquele mesmo Itapuamuru referido por Jorge Marcgrave.

O pico do Cabugi ficava incluído na rota adotada pelos tapuias janduís, quando os mesmos realizavam as suas viagens do Açu ao Rio Grande. Sendo aquele gentio aliado dos neerlandeses, como se sabe, teria sido fácil a Marcgrave atingir aquele ponto geográfico, em cujo pico altaneiro teria desejado realizar algumas observações climatológicas.

(1) MARCGRAVE, Jorge • **História Natural do Brasil**, pp. 264-267.
(2) MARCGRAVE, Jorge • **Obra citada**, p. CI.
(3) MOREAU, Pierre & BARO, Roulox • **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**, p.112.
(4) MARCGRAVE, Jorge • **Obra citada**, p. XCIV.

Segundo o Autor, o Pico do Cabugi corresponde ao antigo Itapuamuru, visitado por Jorge Marcgrave em 2 de julho de 1641.

KEYSERS CROON, UMA VILA HOLANDESA NO BAIRRO DO BOM PASTOR

George MARCGRAVE, notável cientista alemão que esteve no Nordeste, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, realizou um estudo cartográfico focalizando a Capitania do Rio Grande. Tal trabalho, elaborado no ano de 1643 e incluído no livro de BARLÉU, menciona o topônimo KEYSERS CROON, indicado sob o símbolo de vila. A tradução portuguesa de Keysers Croon corresponde a COROA IMPERIAL.

Lamentavelmente os diversos cronistas, tanto holandeses como portugueses que trataram daquele período da dominação flamenga na Capitania, não deixaram qualquer notícia sobre aquela desaparecida vila, da qual somente restou o belo topônimo indicado por Marcgrave.

É bem possível que tão pomposo nome - Coroa Imperial - indicasse apenas uma aldeia indígena, mantida sob a supervisão direta das autoridades holandesas ...

Naquele mapa de Marcgrave, deparamo-nos com o riacho Cunhaçima, afluente do Potengi pela sua margem direita. Tal riacho corresponde ao nosso conhecido riacho da Quintas, cuja nascente fica localizada nas vizinhanças da rua dos Paiatís, no bairro da Quintas.

No estudo holandês figura um monte sob a designação de ROODE BERG (Monte Vermelho), o mesmo monte dos Barreiros da atualidade, já muito desbatado por anos de extração de barro, ali desenvolvida.

Acompanhando o Potengi pela sua margem direita, o mapa de Marcgrave indica um certo caminho proveniente da Cidade do Natal, o qual demandava as ribeiras do Jundiaí e Pitimbu. Tal caminho cruzava o Cunhaçima, relativamente próximo à sua nascente; em seguida, passava por dentro de Keysers Croon, prosseguindo em direção a Roode Berg.

Através da análise procedida no mapa flamengo, verificamos que aquele caminho, de 1643, coincide com a atual rodovia que une Natal a Macaíba. O trecho entre Cunhaçima e Roode Berg eqüivale à atual rua Napoleão Laureano. Tais pontos mencionados distanciam-se apenas 1,8 km entre si.

Na metade de tal distância achava-se a vila da Coroa Imperial, segundo informa o mapa de Marcgrave. Nos dias atuais, podemos considerar a localização de Keysers Croon, como correspondendo aos terrenos existentes na rua dr. Napoleão Laureano, no trecho limitado pelas ruas Castelo Branco e Poeta Camões, estendendo-se em direção ao rio Potengi. A antiga Keysers Croon ficava em um ponto, quase vizinho ao terreno ocupado pelo curtume da firma J. Motta, no bairro do Bom Pastor.

Seria Keysers Croon a mesma Aldeia Orange, de que restam informações datadas de 1645? (1).

---

(1) SOUTO MAIOR, Pedro • **Uma Assembléia de Índios em Pernambuco no Ano de 1645**, p. 71.

O antigo CUNHAÇIMA, hoje chamado de Riacho das Quintas, em Natal, cortava o caminho já existente à época do domínio holandês. Tal caminho corresponde ao trecho ocupado pela atual rua Dr. Napoleão Laureano.

Vista parcial do que ainda resta do antigo ROODE BERG (Monte Vermelho), hoje conhecido por BARREIRO. Fica em local vizinho ao trecho final da av. Capitão-Mor Gouveia, em Natal.

OS HOLANDESES E A ABERTURA DO CANAL DE TIBAU DO SUL

No mapa de JOÃO TEIXEIRA, de 1626, incluído no livro de DIOGO DE CAMPOS MORENO (1), figura a lagoa de Gurayra, cuja saída para o mar aparece sob a denominação de Paranapuc, ou seja o rio Pernambuco. Um outro mapa do mesmo cartógrafo, de 1640, já ignorava aquele escoadouro, provavelmente assoreado pelo incessante movimento das dunas de areia.

No mapa de Jorge MARCGRAVE, de 1643, aquela lagoa de Guaraíras recebia a denominação de Guiraraíra, não se fazendo menção à sua ligação direta com o oceano. Em Guaraíras, ou Goraíres, como a denominava Joan NIEUHOF, havia uma "quantidade incrível de peixes"e a região "produzia farinha em grande escala (2)".

Naquele mapa,a lagoa desaguava através de um canal para a vizinha lagoa de Papeba, cujo despejo por sua vez formava um riacho identificado como o Tarairi (Trairi). Este desaguava para o oceano na atual praia de Barra do Camurupim, localizada no município de Nísia Floresta - (RN).

Os autores contemporâneos do período da dominação flamenga, não mencionam qualquer tentativa por parte dos neerlandeses, no sentido de abrir-se uma saída, entre Guaraíra e o mar, que viesse a restabelecer o curso do antigo rio Pernambuco. Tal providência seria de muito proveito para a navegação.

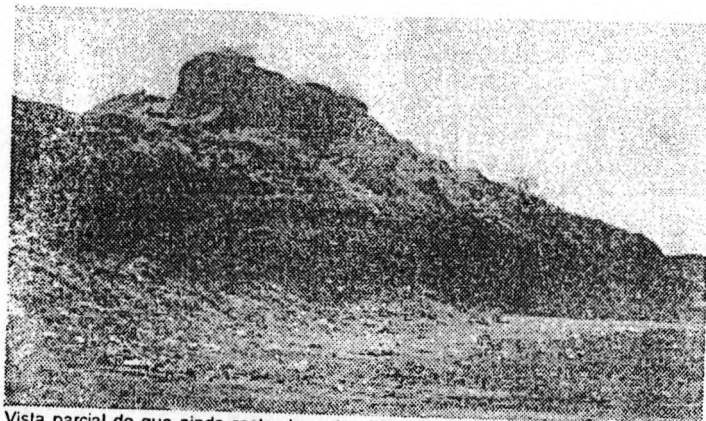
Através do **Diário de Viagem** do governador JOÃO DA MAIA DA GAMA, de 1728, tomamos conhecimento de ter havido, na realidade, uma tentativa flamenga com vistas à reabertura do canal de escoamento das águas da lagoa de Guaraíras.

João da Maia da Gama informa que os flamengos, à época em que estiveram alojados em uma casa-forte, por eles edificada numa ilha existente no meio da lagoa de Guaraíras, realizaram uma obra de engenharia, visando "abrir melhor saída a dita lagoa, e eu vi ainda a baixa que tinham feito para isso que se acha hoje tapada e vinha sair à enseada que fica antes da ponta da Pipa (3)".

O Pe. MANUEL AIRES DE CASAL, em seu livro de 1817, também se refere àquela tentativa dos holandeses, de rasgar um canal direto ente o mar e a lagoa de Guaraíras:

"O canal, que os holandeses projetavam abrir deste lago para a Praia de Tibau, da qual dista obra de meia légua, para encurtar a navegação pelo Tereiri quatro ou cinco léguas, com facilidade pode ser executado (4)".

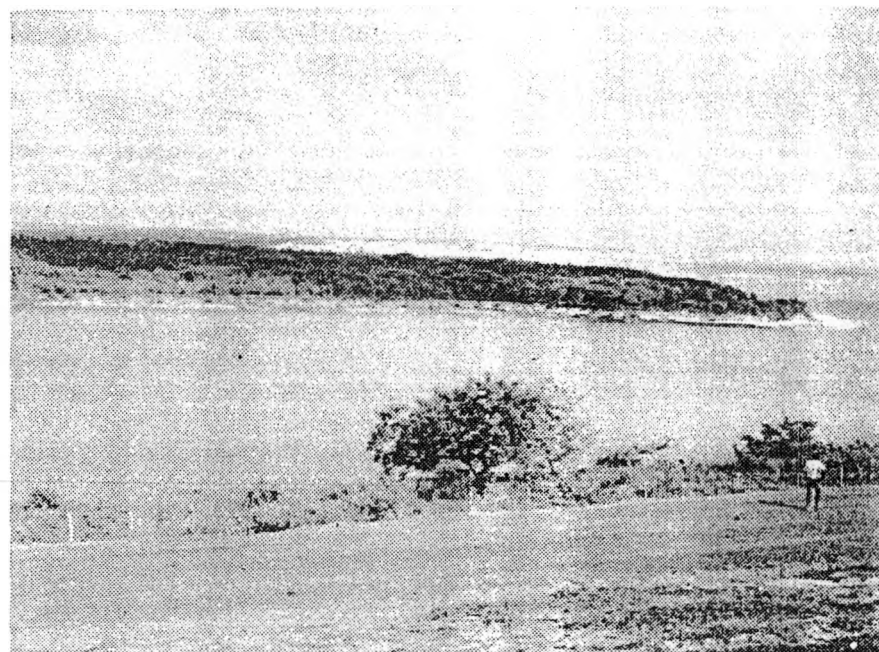
O mesmo Pe. MANUEL AIRES DE CASAL, também dá notícia do rio Trairi: "O Rio Tareiri, aliás Garatuni, e que é o desaguadouro do Lago Groaíras, sai seis léguas ao sul do Rio Grande. Este lago, que tem dez milhas de comprimento, e comunica com dois menores, é abundante de pescado, e em certa paragem só dista do mar obra de uma milha (5)".

Informação fornecida pela Câmara Municipal da Vila de Arez, de 31 de

maio de 1881, descreve aquela Lagoa de Guaraíras:

"O mar que confina com este município do mesmo lado fica muito contíguo a lagoa Guarahira da qual está separada por uma ponta de terra de extensão em duzentas e oitenta e seis braças de largura em terreno arenoso e coberto de árvores por onde se oferece um esgoto para as enchentes que tanto dano causão não só os habitantes deste Municipio como aos dos municipios limitrophes; o que já projectou levar a effeito um particular, tendo dado principio em mil setecentos e setenta e cinco em que houve uma enchente que appeledou-se deluvial; o que não realisou-se por falta de auxílio não só dos proprietários como do governo (6)".

No ano de 1890 foi novamente escavado aquele mesmo canal, idealizado pelos holandeses; desta vez, obedecendo a um plano elaborado pelo engº Thompson Viegas. O referido canal ficou parcialmente reaberto, naquele ano.

Em 1923 realizou-se uma nova escavação do canal, tornando-o concluído. A obra apresentava uma largura de cerca de 10 metros. No ano seguinte, ante a violência das cheias provocadas pelo rigoroso inverno, aquele canal sofreu um avultado alargamento, no decurso de uma única noite, tendo a sua largura chegado a atingir 200 metros! Desde então, a lagoa de Guaraíras ficou definitivamente ligada ao Atlântico, restabelecendo-se o leito do antigo rio Pernambuco.

Tudo, porém teve o seu início naquele mesmo canal, cuja abertura fora tentada pelos engenheiros flamengos, à época em que senhorearam a Capitania do Rio Grande ...

Os holandeses, à época em senhorearam o Rio Grande, tentaram abrir um canal ligando a lagoa de Guaraíras ao oceano. O projeto flamengo acha-se concretizado através do canal de Tibau do Sul, concluído em 1923.

(1) CAMPOS MORENO, Diogo de - **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, p81.
(2) NIEUHOF, Joan - **Memorável viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, p. 87.
(3) OLIVEIRA MARTINS, F.A. - **Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama)** - 2º vol.
(4) AIRES DE CASAL, Pe Manuel - **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfico do Reino do Brasil**, p. 280.
(5) AIRES DE CASAL, Pe Manuel - **Obra citada**, p.279
(6) PROJETO DE UM DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO BRASIL (Descrição do Município de Arez), p. 237;

UMA OBRA DE ENGENHARIA HOLANDESA NA LAGOA DE ESTREMOZ

O trabalho cartográfico de George MARCGRAVE, de 1643, incluído no livro de BARLÉU, menciona a lagoa de Itijuru, correspondente à atual lagoa de Estremoz, em cuja margem setentrional situa-se a cidade do mesmo nome. Segundo o citado mapa, Itijuru recebia as águas do rio Caraguatá, atualmente denominado de Caratã, Mudo, ou do Jorge. O desaguadouro da lagoa verificava-se através do rio Guajaí, que fazia barra no Potengi, nas proximidades da Camboa do Manimbu, exatamente ao oeste da Fortaleza dos Reis magos. Também chamado de Rio da Redinha, o mesmo teve o seu curso desviado, desaparecendo a antiga barra.

O mapa de Cornelis Bastiaanz GOLIJATH, incluído no Atlas de Vingboons (c. 1665), focaliza também aquela lagoa, muito embora sem citar-lhe a designação. Aquele rio denominado por Marcgrave de Caraguatá, aparece no mapa de Golijath sob o nome de rio Caraetaos. No mesmo estudo cartográfico, o Guajaí recebe a denominação de Guasjao.

Alguns autores fazem referência a uma obra de engenharia, realizada pelos flamengos na antiga Lagoa de Itijuru. A primeira dessas descrições é feita por mons. José de Souza Azevedo PIZARRO E ARAÚJO, em 1822: "No meio da lagoa, há uma península, fronteira à vila, para onde pretenderam os Holandeses fazer passagem por um ístmo que tentaram construir a maneira de molhe de pedra, com o projeto de encontrar, a melhorar a estrada pelo interior com a capital, e mais facilmente surtir de víveres a vila, mas obstando-lhes a notável altura da lagoa a construção dessa obra, desistiram de prosseguí-la, deixando contudo vestígios de trabalho em grande extensão de caminho, que permanentes ainda, parece haver aí uma rocha continuada (1)".

José Saturnino da COSTA PEREIRA, em 1834, também se refere àquele trabalho de construção, intentado pelos holandeses: "Há uma península, fronteira à Vila, com a qual os Holandeses tentaram comunicá-la, de cuja obra ainda existem vestígios (2)".

Outro autor, MILLIET DE SAINT ADOLPHE, em 1845, confirma os relatórios anteriores: "Uma língua de terra se adianta pela lagoa na vizinhança desta aldeia: dela se serviram os Holandeses para fazerem uma estrada por cima dela, e transportarem o que lhes era mister para a cidade do Natal de que estavam senhores: porém, partindo o príncipe Maurício de Nassau, foi esta obra de tanta utilidade posta em abandono: ainda existem as ruínas dela que ocupam grande extensão (3)".

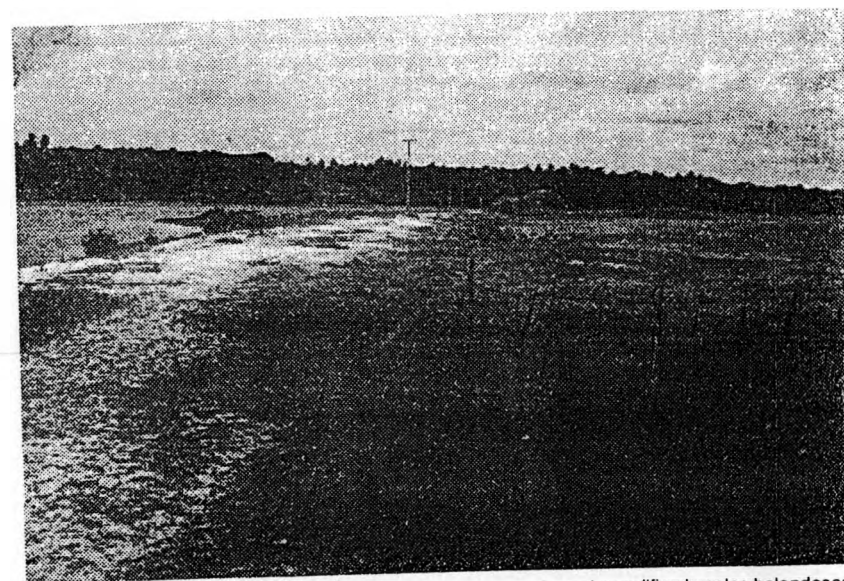
À margem setentrional da Lagoa de Estremoz, na fazenda São Francisco encontra-se a chamada PONTA FRANCESA, que é a mesma península ou língua de terra descrita pelos antigos cronistas. A construção corresponde a um molhe, em que foi utilizado material chamado piçarra, apresentando o ístmo uma extensão

aproximada de 400 metros. Sua largura chega a cerca de 30 metros. Foi construída com a intenção de atingir-se, através dela, o outro lado da lagoa, tendo faltado cerca de 150 metros para a sua conclusão.

O projeto holandês que visava à travessia da lagoa por terra firme era uma ótima solução encontrada, pois abreviaria e melhoraria o trânsito entre a Aldeia de Guajiru (Estremoz) e a Cidade contornar os rios a montante e a jusante da lagoa de Itijuru, por ocasião da cheias invernosas.

Guajiru era um centro de grande produção de peixes, de plantio de roças e de criação de gado, necessários à sobrevivência da tropas flamengas.

Quanto à interrupção verificada nos serviços de construção do ístmo, certamente se deveu à irrupção da Insurreição Pernambucana, em 1645, logo após a partida do conde Maurício. A dita rebelião pôs término aos vários projetos holandeses em execução.

Fica ainda uma dúvida: se o projeto foi executado pelos holandeses, por que a denominação de PONTA FRANCESA? ...

Flagrante da PONTA FRANCESA, correspondente ao molhe de pedras edificado pelos holandeses, com a finalidade de possibilitar a travessia da lagoa de Itijuru (hoje, de Estremoz). A península artificial mede cerca de 400m de extensão, com a largura de 30.

---

(1) PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza • **Memória Histórica do Rio de Janeiro**, livro VII, pp.156-157.
(2) COSTA PEREIRA, José Saturnino da • **Dicionário Topográfico do Império do Brasil.**
(3) SAINT ADOLPHE, J.C.R. Milliet de • **Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil.**

OS HOLANDESES E A SERRA DE JOÃO DO VALE (*PEPETAMA*)

No dia 2 de outubro de 1631, compareceu perante o Conselho de Guerra Holandês, no Recife, o indígena tapuia Marciliano (Marcilliaen), que submetido a interrogatório, "declarou ser natural do Rio Grande, criado nas montanhas de Pepetama, onde residira até cinco anos antes e estivera novamente havia apenas alguns meses; que as referidas montanhas demoravam a um mês de viagem do Rio Grande, sendo toda a região intermédia habitada por tapuios".

Ainda no seu depoimento, Marciliano declarou ter sido enviado por Janduí e Oquenaçu, reis da sua nação, a fim de propor aos flamengos uma aliança contra o portugueses. Bem aceita a inesperada e oportuna proposta, firam enviados um iate e uma grande chalupa, conduzindo aquele Marciliano juntamente com outros indígenas simpatizantes do partido holandês.

A expedição partiu do Recife, aos 13 de outubro, tocando no lugar Ubranduba, distante 21 léguas do Rio Grande (Natal), e que nos parece corresponder à atual ponta dos Marcos, no litoral norte da então capitanias. Ali desembarcaram os indígenas, inclusive Marciliano, que se dirigiram para o interior a fim de tratar com os tapuias (1).

Em 1634, logo após a conquista da Capitania do Rio Grande pelas forças flamengas, foram mantidos contatos com os tapuias do Caracará, com vistas a serem colhidas informações daqueles silvícola sobre a geografia da capitania. O "rei" Caracará deu notícia de uma montanha elevada chamada pelos seus de POOKICIABO e pelos indígenas potiguares de PEPETAMA. Tal montanha , aquela mesmo de onde era natural Marciliano, localizava-se entre os rios Guoacugh (ou Cuoauguho) e Ocioro (2 e 3).

Em termos atuais, o Cuoauguho é o mesmo rio Acauã, afluente do Seridó; o Ocioro, o rio Upanema, tributário do Mossoró; Pepetama, os Pookiciabo, a presente serra de João do Vale.

Os tapuias que habitavam a serra de João do Vale, pertenciam à nação tarairiú (janduís e aparentados), sendo conhecidos também como os **ariús pequenos ou pegas**. Em 1697, por ocasião das pazes celebradas com o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, aqueles tapuias eram chefiados pelo "rei"Peca. Por ocasião do acordo de paz celebrado, aqueles tapuias se fizeram acompanhar do capitão Antônio Álvares Corrêa, "por ter terras adonde hé sua habitação, e aver nellas tido gados que com o levante da guerra do dito gentio se destruirão"(Arq. Histórico Ultramarino, Lisboa. Caixa nº 1 - Rio Grande do Norte. Capilha 60).

Aos 17 de junho de 1691, pelo governo da Capitania do Rio Grande foram concedidas quatro léguas de terra "adiante do Rio do Assu", cujo favorecido foi o capitão Manuel Vieira de Melo. No histórico do seu requerimento, aquele sesmeiro informava que as ditas terras ficavam localizadas, por donde se encontrão os ditos Rios para o Certão de huma parte e da outra a picada por onde deceu o Coronel Antônio de Albuquerque da Camara com a sua tropa a dar nos tapuias

e buscando as serras Patû e Patatama ate entestar com os providos das Piranhas (4)".

No ano de 1706, aos 26 de abril, foi concedida pelo governo do Rio Grande a data e sesmaria nº 52, cujos contemplados foram o sargento-mor Antônio Álvares Corrêa e Domingos Dias de Barros. O primeiro beneficiário era aquele mesmo, já referido em tópico anterior. Na sua petição original, os requerentes informavam: "Moradores nesta Capitania ha mais de vinte e sinquo annos (...) elles supp. tes. desde o principio do alevante do gentio Barbaro assistirão na guerra de oposição que se lhes fez fazendo entradas aos Certões (...) e porque nas testadas e ilhargas das terras delle dito Sargtº mor que tem no rio Paneminha e entre os providos do Assû há algumas sobras de terras correndo pª. as piranhas athe os providos della da juridição da Parahiba ficando dentro destas confrontaçõis a Serra Pequechequ e o Riacho do Bajão qe. desagoa nas Piranhas e a Serra Patatama (5)".

Aos 20 de maio de 1750, o pe.Antônio Saraiva da Silva, missionário da aldeia do gentio Pega, estabelecida ao sul da atual serra de João do Vale, na Capitania da paraíba, obteve a data e sesmaria nº 378, concedida pelo governo paraibano. No requerimento formulado, o padre referia-se à serra chamada pela língua do gentio Pequixacó, na qual "antigamente esteve uma situação de flamengos(6)".

Na Capitania do Rio Grande, aos 26 de agosto de 1750, foi concedida a data e sesmaria nº 380, cujo beneficiário foi João do Vale Bezerra, o qual, no seu requerimento informava ter descoberto "hum poso de agoa ao pê de huma pedra gr. de. dentro de um reacho que desagoa no Rio das Piranhas cujo Posso se chama agoa fria, e pelo mesmo nome do gentio Tapuyo se chama Cucuraí aonde se achão alguns vestigios de qe. foi cituação do mesmo Gentio, ou do framengo no tempo qe. senhoriavão esta Cap.nia. Em sima de huma serra gr. de. a que chama o mesmo Gentio Serra Paxicú (7)".

A denominação do Poço d'Àgua Fria ainda perdura até os dias atuais, ficando o mesmo localizado no riacho do João grande, Afluente do rio Piranhas, pela sua margem esquerda. O referido riacho corre na vertente oriental da serra de João do Vale, em terras da fazenda Água Fria, no município de Jucurutu-(RN), propriedade do sr. Pacífico Medeiros Neto.

Segundo informações de moradores locais, antigamente o Poço d'Água Fria apresentava dimensões muito maiores do que na atualidade. À margem esquerda do riacho do João Grande, à distância de uns. 1.500 metros da pedra grande que assinalava o poço, ainda nos deparamos com vestígios de um antiquíssimo alicerce feito de pedras, talvez ainda remanescente da chamada "situação do flamengo".

Parece-nos que um único motivo teria levado aqueles neerlandeses ao Poço d'Água Fria, um recanto de tão difícil acesso: a pesquisa de ouro, minério que tanto seduziu aqueles conquistadores...

(1) CARVALHO, Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte-1625-1654**, pp.123-126.

(2) LAET, Joannes • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, &, p. 461.

(3) BARLÉU, Gaspar • **História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, p. 260.

(4) LIVRO 3º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1681-1706).

(5) IDEM, IDEM.

(6) LYRA TAVARES, João de • **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba**, p.211.

(7) LIVRO 10º do REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1749 -).

16 DE JULHO DE 1645: O MASSACRE DO ENGENHO CUNHAÚ

O chamado Massacre do Engenho Cunhaú, ocorrido à época do domínio flamengo na Capitania do Rio Grande, representa uma das mais trágicas páginas da nossa história. Para fins deste estudo, apelaremos para os relatos deixados por seis fontes históricas coevas. Foram elas: André Vidal de Negreiros (1), frei Manuel Calado (2), Diogo Lopes Santiago (3), frei Raphael de Jesus(4), o alemão Joan Nieuhof (5), Pierre Moreau (6) e o trio Hamel, Bullestrate e Bas (7).

Com o início da Insurreição Pernambucana contra o domínio flamengo, chegaram ao Engenho Cunhaú, situado no distrito do mesmo nome, Jacob Rabbi e uma tropa por ele comandada, composta de tapuias, potiguares e holandeses. Frei Raphael de Jesus, Joan Nieuhof, Pierre Moreau, Hamel, Bullestrate e Bas, não mencionam a presença de flamengos naquela tropa chegada a Cunhaú.

O que teria levado aquela força a dirigir-se a Cunhaú? Segundo Diogo Lopes Santiago e frei Raphael de Jesus, teriam chegado ordens do Recife, para que fossem mortos os moradores do engenho. De acordo com Nieuhof, informados os tapuias de que os portugueses de Pernambuco estavam revoltados, tomaram a iniciativa de atacar Cunhaú. O relatório de Hamel, Bullestrate e Bas informa que os tapuias "informados, segundo parece, por seus feiticeiros ou adivinhos da revolta dos portugueses e do fato de que estes tentaram expulsar-nos do Brasil, com Jacob Rabbi invadiram o Cunhaú".

Os comandados de Rabbi chegaram ao engenho, então pertencente a Gonçalo de Oliveira, em uma tarde de sábado, 15 de julho de 1645. Frei Manuel Calado indica uma outra data: o dia de São Pedro e São Paulo (29 de junho), enquanto Fr. Raphael de Jesus aponta a data de 16 de junho. Jacob Rabbi, reunindo os moradores do distrito, comunicou-lhes ter vindo em missão pacífica, convocando a todos para no dia seguinte comparecerem ao local, a fim de tratarem de um importante assunto. Rabbi pregou na porta da capela um bando, ou edital assinado pelos membros do Conselho Supremo Holandês do Recife.

Segundo frei Manuel Calado, "permitiu Deus que chovesse naquela noite tanta água, que não se podia andar por os caminhos e esta foi a causa de se não ajuntar muita gente", Frei Rafael de Jesus esclarece que a maior parte dos moradores entrou para a capela do engenho; "outra menos confiada se deixou ficar nas casas do engenho". Ainda, segundo Manuel Calado, compareceram ao encontro com Jacob Rabbi 39 homens, moradores naquele distrito de Cunhaú.

Pelo relato de Diogo Lopes Santiago, Rabbi então lhes disse que ouvissem missa, que ao final da mesma lhes comunicaria o negócio a que tinha vindo. "Não faltou da companhia quem dissesse aos moradores que fugissem enquanto tinham tempo, porque os vinham matar, e eles por verem que em nenhuma causa estavam culpados, não fizeram caso do aviso por seu mal".

Os episódios sangrentos são diferentemente narrados pelos antigos

cronistas. Segundo frei Manuel Calado, chegados os 39 católicos junto à porta da capela, os holandeses dispuseram os seus soldados e indígenas formando uma ala, tendo então determinado aos portugueses que se metessem no meio da mesma para lhes fazerem uma prática. Arrancando de suas espadas, os soldados e índios mataram todos os portugueses, inclusive o capelão, "executando em seus corpos nunca vistas crueldades".

Frei Raphael nos dá uma outra versão: segundo ele, os que entraram no templo encostaram às paredes do pórtico os bordões que lhes serviam de armas (as únicas que lhes eram permitidas pelos holandeses). Logo em seguida vestiu-se o sacerdote, pôs-se no altar, principiou a celebração da missa e chegada a hora da elevação da hóstia, "se fizeram os índios senhores da porta do templo". Reconhecendo os portugueses que haviam caído em uma cilada, trataram de pedir perdão de seus pecados ao céu, tendo sido todos eles mortos. Alguns portugueses que se achavam nas casas do engenho, saíram à luta com os assassinos, valendo-se de punhadas e dentadas , vendendo caro suas vidas!

Diogo Lopes Santiago descreve que estando os portugueses reunidos, uns dentro da capela e outros na casa do senhor do engenho, mandou Rabbi cercar aqueles imóveis. Compreenderam então os portugueses a cilada que lhes fora armada, contra a qual não teriam meios de se defender, pois o inimigo lhes havia tomado os bastões. "Entre mortais ânsias se confessaram ao sumo sacerdote Jesus Cristo Nosso Senhor, pedindo-lhes cada qual, com grande contrição perdão de suas culpas". Ainda, segundo Santiago, na ocasião Rabbi deu o sinal convencionado aos seus comandados, passando estes a matar cruel e atrozmente os que se encontravam na capela.

Ainda, segundo a narrativa de Diogo Lopes Santiago, os assassinos subiram pela escada da casa-grande de Gonçalo de Oliveira, " e fizeram pedaços os que na casa acharam, escapando somente três por cima dos telhados, ficando mortos alguns sessenta e nove".

Informa Nieuhof, terem sido mortas em Cunhaú 36 pessoas. Esse autor também faz menção a uma carta do Sr. de Linge, datada de 19 de julho de 1645, dando notícia de que os tapuias do Rio Grande haviam massacrado em 16 do mesmo mês 35 portugueses, nos engenhos de Cunhaú. Na carta, Linge solicitava reforços para controlar os tapuias, tentando assim afastá-los da população portuguesa. Mais adiante, no dito relato, Nieuhof aponta como vitimados pelos tapuias 37 portugueses desarmados, "sem que os holandeses das redondezas conseguissem impedí-lo".

Moreau, ao descrever a chacina do Engenho Cunhaú, esclarece que os tapuias vindos com Rabbi atingiam o número de 500 indivíduos. Na ocasião teriam sido mortas entre 60 a 80 pessoas, cujos cadáveres foram devorados pelos tapuias! "Assim que os senhores do Conselho tiveram conhecimento desta incursão fizeram embarcar prontamente oitenta soldados para pôr termo a essa situação; aqueles, porém, obrigaram-nos a retirar para a Paraíba".

André Vidal de Negreiros enviou ao Supremo Conselho Holandês do Recife,

uma carta escrita no dia 19 de agosto de 1645 no Engenho São João Batista de Varge, protestando contra o massacre ocorrido no Engenho Cunhaú: "já na lamentação dos moradores do rio Grande, cujos quarenta do mais nobres um simulado chamamento a uma igreja despedaçou a sangue frio, com um clérigo sacerdote de missa (1)".

Trataremos agora de alguns episódios relacionados com o trucidamento do capelão de Cunhaú, padre André de Soveral, baseando-nos nos relatos de Fr. Raphael de Jesus e de Diogo Lopes Santiago. Ambos afirmam que o padre Soveral contava 90 anos de idade, por ocasião de sua morte. Informações prestadas pelo padre Serafim Leite, ao historiador Hélio Galvão, indicam que aquele mártir de Cunhaú, ex-integrante da Companhia de Jesus, nascera por volta de 1572, tendo 73 anos à época do seu martírio.

Segundo Lopes Santiago, um principal dos tapuias chamado Jererera, filho do "rei"Janduí, foi o primeiro a iniciar o massacre, e também a ferir o padre André de Soveral com um golpe de adaga. Por ocasião da chacina, o padre exortava os fiéis a **bem morrer**, "rezando apresadamente o ofício da agonia".

Na ânsia da morte, o padre ameaçou os tapuias, asseverando-lhes que aquele que o matasse, haveria de secar e morrer. Frei Raphael dá uma versão semelhante: o padre ameaçou os indígenas, afirmando-lhes que aquele que o tocasse, ou às imagens e paramentos do altar, "lhe ficaria tolhida a parte com que o fizesse".

Ante a ameaça, os tapuias se afastaram reverentes; porém os potiguares acabaram de tirar a vida ao sacerdote. Segundo os referidos relatos, os indígenas participantes da chacina do padre Soveral tiveram os seus braços pasmados e insensíveis, tendo-lhes secado os membros. Os indígenas terminaram suas vidas vitimados pela raiva, despedaçando os membros atrofiados com os próprios dentes!

Lopes Santiago também dá conta de que o Pe. Soveral ao cambalear, depois de ferido, encostou-se à porta da capela, onde colocou uma das mãos. Dois ou três meses depois do episódio, via-se "na porta da igreja uma estampa de mão, que afirmaram ser do padre Soveral, que indo para cair, encostando-se, pôs na porta da igreja, que naquele tempo estava o sangue fresco, e vivo".

Frei Raphael de Jesus dá a sua versão: segundo ele, "permitiu Deus, que na dureza das portas da igreja, como em branda cera, ficassem impressas as mãos do sacerdote, buscando com elas arrimo nos últimos alentos da vida".

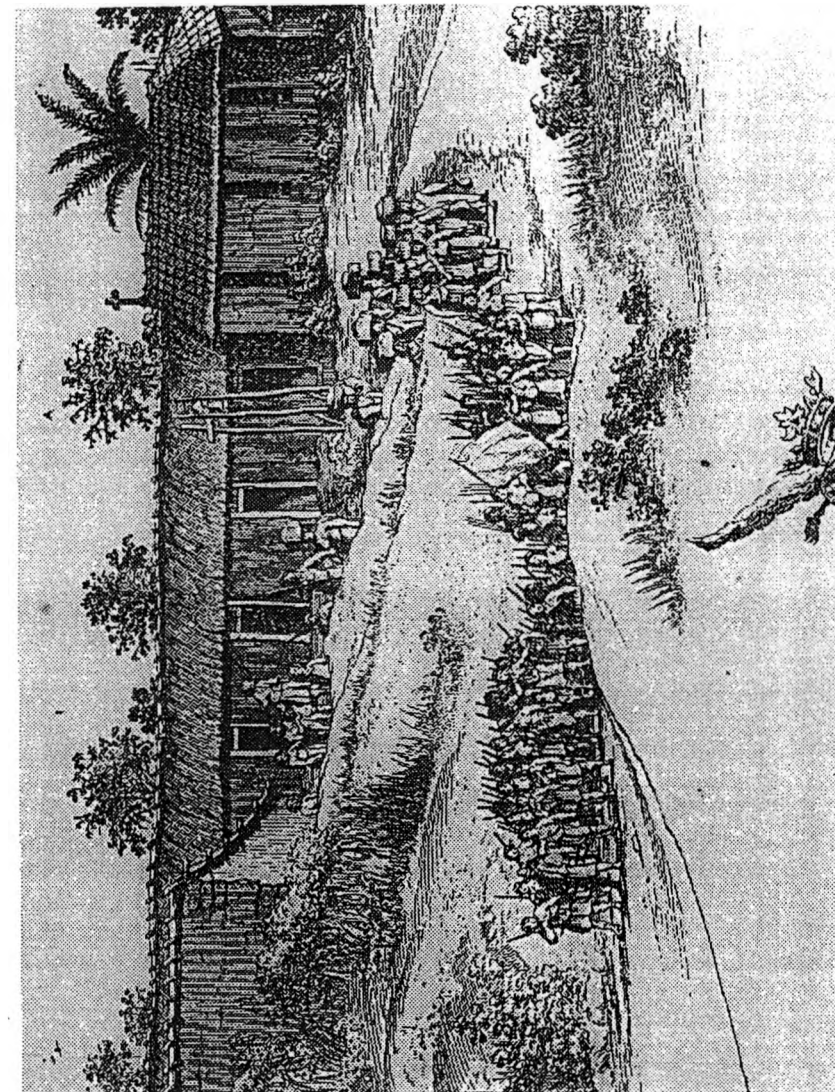
Os dois cronistas fazem também menção ao fato de que, dois ou três meses depois da chacina, o sangue derramado pelas vítimas, na capela e seu adro, estava "tão vivo e fresco como se naquela hora fora derramado"...

Além do padre Soveral, um único nome ficou registrado dentre as vítimas de Cunhaú: o de Domingos Carvalho, sobre cujo cadáver os bárbaros repartiram entre si uma cadeia e algumas moedas de ouro retiradas do defunto.

Em represália ao massacre ocorrido em Cunhaú, o governador João Fernandes Vieira determinou uma exemplar vingança, tendo enviado tropas a

Cunhaú e ao Rio Grande, "a fazer dano aos flamengos e índios pela campanha".

A chacina do Engenho Cunhaú promoveu uma tomada de consciência, por parte da população portuguesa, fazendo-a empenhar-se, com redobrado vigor, à tarefa de combater e expulsar os dominadores flamengos.

(1) DOCUMENTOS PELA MAIOR PARTE EM PORTUGUÊS-ARQUIVO VAN HILTEN. Carta ao Supremo Conselho, assinada por André Vidal de Negreiros (p. 48).
(2) CALADO, Frei Manoel • O Valeroso Lucideno, I, p. 36.
(3) LOPES SANTIAGO, Diogo • **História da Guerra de Pernambuco**, pp. 235-238.
(4) JESUS, Frei Raphael de • Castrioto Lusitano, pp. 162-165, 363.
(5) NIEUHOF, Joan • **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, pp.89, 190-191, 256, 262-263.
(6) MOREAU, Pierre • **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holan-deses e Portugueses**, p. 44.
(7) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Fontes para a História do Brasil Holandês**, 2-A Administração da Conquista, pp. 212-213.

Gravura de autoria de Frans Post, incluída no livro de Barléu, representando o Engenho Cunhaú.

3 DE OUTUBRO DE 1645: O MASSACRE DO PORTO DE URUAÇU

Depois dos trágicos morticínios ocorridos no Engenho Cunhaú e na Casa Forte de João Lostão Navarro, em que pereceram dezenas de luso-brasileiros, os moradores do Rio Grande resolveram se recolher a um sítio localizado à beira da Lagoa de Uruaçu, local onde construíram um cerco de pau-a-pique, com a finalidade de se protegerem de possíveis ataques desfechados pelos holandeses e indígenas. Ficaram eles na casa pertencente a Fernando Mendes, distanciada meia légua do antigo Porto de Uruaçu (atual Porto do Flamengo), no local hoje correspondente à povoação de Uruaçu, no município norte-rio-grandense de São Gonçalo do Amarante.

Dos fatos ocorridos em Uruaçu, que culminaram com o massacre do dia 3 de outubro de 1645, dão notícia diversas crônicas e relatórios elaborados pelos dois partidos conflitantes. Para proceder a um resumo dos acontecimentos ocorridos em Uruaçu, apelaremos para os escritos de FREI MANOEL CALADO (1), DIOGO LOPES SANTIAGO (2), FREI RAFAEL DE JESUS (3), ADRIAEN VAN BULLESTRATE (4), H.HAMEL, ADRIAEN VAN BULLESTRATE e P.JANSEN BAS (5), JOAN NIEUHOF (6) e PIERRE MOREAU (7).

No tocante ao número de moradores refugiados na cerca, Frei Manoel Calado transcreve a "Breve, Verdadeira e Autêntica Relação", do Capitão Lopo Curado Garro, de 23 de outubro de 1645, que informa terem se refugiado em Uruaçu, setenta portugueses. Lopes Santiago esclarece que faziam companhia àqueles setenta refugiados, suas mulheres, filhos e escravos. Frei Rafael de Jesus repete aquela estatística de Curado Garro. Van Bullestrate, Conselheiro holandês encarregado de solucionar o caso dos rebeldes de Uruaçu, informa que ali se encontravam 232 portugueses, entre homens, mulheres e crianças, além de 100 negros escravos.

Descrevendo aquela fortificação, Lopes Santiago refere-se a uma "cerca ou paliçada que fizeram com seus escravos, e forneceram de mantimentos para muitos dias, em um sítio acomodado para sua defensa chamado Potogi". Segundo aquele autor, no local foram feitas "paliçadas semelhantes a palanques". Bullestrate refere-se a "uma casa bem fortificada e cercada de estacas, na qual os portugueses se tinham feito fortes".

No tocante ao armamento portado pelos portugueses, Calado menciona apenas 15 armas de fogo, e paus tostados; Santiago descreve 17 armas de fogo, "dardos, zagunchos, paus tostados, e outras armas semelhantes, "com tão pouca pólvora que veio a faltar". Frei Rafael de Jesus é mais minucioso: em poder dos portugueses havia "dezessete espingardas, algumas espadas, poucos chuços, e cópia grande de paus tostados; pólvora, murrão e pelouro, em tão pequena quantidade que servia mais à opinião que à defensa". Segundo o mesmo Frei Rafael de Jesus, os portugueses se abasteceram de mantimentos,

principalmente de farinha e água.

Jacob Rabbi, à frente de alguns holandeses trazidos da fortaleza (Castelo Keulen), chegou um dia à paliçada, tentando convencer os sitiados a se transferirem para aquela fortaleza, onde estariam seguros contra um possível ataque dos tapuias, os mesmos que haviam anteriormente atacado o pessoal do Engenho Cunhaú. Regressando ele ao Castelo Keulen, ficaram divididas as opiniões dos portugueses, no tocante à proposta feita por Jacob Rabbi. Um certo católico francês, pertencente ao partido holandês, chegou a alertar os portugueses da paliçada das verdadeiras intenções de Rabbi, que eram a de matá-los e lhes roubar as fazendas.

Quatro dias depois, chegou 0 Jacob Rabbi à paliçada, com muitos holandeses e indígenas Tapuias e Potiguares, pondo cerco aos portugueses durante 16 dias e noites. Não dando resultado o ataque desferido com mosquetes e flechas, resolveram os holandeses fabricar sobre alguns carros castelos de madeira, levando-os diante de si para tentarem chegar à cerca. Pretendiam os flamengos "abarbarem" com a paliçada, permitindo assim que os mosqueteiros atirassem "com seguro e pontaria certa"contra os sitiados. Simultaneamente ao ataque a ser desferido pelos mosqueteiros, seriam rompidas as estacadas a golpes de machado.

Os portugueses quebraram os carros e colocaram os atacantes em fuga, tendo sido mortos vinte holandeses, sem nenhuma perda por parte dos sitiados.

No dia imediato, tornou Rabbi à paliçada, tentando então convencer os sitiados a se entregarem, ficando-lhes assim asseguradas as vidas e fazendas. Ante a recusa dos portugueses, Jacob ordenou dar um novo ataque à cerca, seguindo-se um tiroteio de quatro horas. Novamente tentou Rabbi induzir os portugueses à capitulação, não tendo logrado êxito. Então, ele mandou reiniciar o ataque contra os moradores de Uruaçu.

No dia seguinte chegaram ao local duas peças de artilharia, que haviam sido requisitadas por Rabbi, as quais foram assestadas contra a paliçada. Mais uma vez Jacob propôs aos sitiados a rendição. Os portugueses, ante a ameaça dos canhões e achando-se ademais sem pólvora, capitularam. Exigiram então os holandeses levar consigo para a fortaleza como reféns, cinco dos mais destacados moradores da região de Uruaçu: Estêvão Machado de Miranda, Francisco Mendes Pereira, Simão Correia, João da Silveira e Vicente de Souza Pereira. Ficariam estes como penhor da palavra assumida pelos portugueses.

Os demais portugueses ficaram na paliçada, sob a guarda de dez soldados holandeses. Foram tomadas todas as armas de fogo, dardos e paus tostados encontrados em poder do partido português.

Ao chegarem os cinco reféns ao Castelo Keulen, ali já se encontravam "recolhidos para segurarem suas vidas", o vigário Pe. Ambrósio Francisco Ferro, Antônio Vilela, o moço, José do Porto, Francisco de Bastos e Diogo Pereira. Encontravam-se também na fortaleza, presos, João Lostão Navarro (sogro do holandês Joris Gardtzman) e Antônio Vilela Cid. Segundo Joan Nieuhof, "por

sugestão do chefe Janduí, tinham posto sob custódia certo português chamado Antônio Vilela juntamente com seu filho, acusado por aquele chefe indígena de conivência no assassínio de um holandês no Ceará, bem como de estarem envolvidos na conspiração". João Lostão também havia sido preso, por determinação do conselho supremo, sob acusação de participar da conspiração contra o domínio holandês.

Enquanto permaneceram na cerca, os sitiados praticaram todos os dias penitências, "faziam procissões, com um Santo Cristo crucificado e cantavam suas ladainhas, e faziam outras pias e devotas obras".

No dia 2 de outubro de 1645, jejuaram todos a pão e água, "servindo-lhes de pão a farinha da terra". Por coincidência, tal jejum foi praticado também pelos portugueses que se encontravam na fortaleza, "não sabendo uns dos outros".

Por penitência, os portugueses colocaram cilícios em seus corpos, e os que não os tinham cingiram-se com cordas, "algumas tão metidas por a carne que mal apareciam".

Naquele dia 2 de outubro chegou ao Rio Grande uma lancha, proveniente do Recife. Segundo os cronistas portugueses, na mesma veio o conselheiro João Bolestrate (Adriaen Bullestrate) a fim de cumprir as ordens emanadas do supremo conselho, para que fossem mortos os portugueses do Rio Grande, considerados em estado de levante contra o domínio flamengo. Pelo que consta de um relatório do próprio Bullestrate, em que ele descreve a sua viagem ao Rio Grande, somente chegou ele aqui aos 11 de outubro. Saira do Recife no dia 4, o que contradiz os relatos portugueses.

No dia 3 de outubro, os flamengos comunicaram aos doze indivíduos que se encontravam na fortaleza, pertencentes ao partido português, que ele iriam para a região da paliçada, pois os tapuias já haviam se retirado para o sertão, não oferecendo mais perigo às suas vidas. Ademais, em Uruaçu encontrariam eles mantimentos, que faltavam àquela fortaleza. Uma guarda holandesa daria proteção aos portugueses, até que eles chegassem àquela paliçada, onde teriam a segurança proporcionada pelos dez soldados flamengos, lá deixados.

Foram então os prisioneiros levados em batéis pelo rio acima, acompanhados dos soldados, chegando ao então chamado Porto de Uruaçu (Uruauassu, Hioruvassu ou Hiomeraçu, grafias adulteradas, utilizadas por Calado, Santiago e Fr. Rafael de Jesus), distanciado três léguas da fortaleza, e a meia légua da cerca. Ao desembarcarem naquele porto, os recém-chegados se depararam com mais de duzentos indígenas, Tapuias e Potiguares, comandados pelo regedor Antônio Paraupaba, que já participara dos combates ocorridos na cerca. Na ocasião, Paraupaba achava-se "escaramuçando em um cavalo". Segundo Frei Rafael de Jesus, os indígenas ali se encontravam por ordem dos holandeses.

Desembarcados os portugueses e os guardas holandeses, foram os primeiros obrigados a se despirem e mandados pôr de joelhos. Em seguida foram

cercados pelos indígenas, que se aproximaram com gestos e gritos hediondos. Um predicante trazido pelos holandeses tentou convencer os prisioneiros, de que os mesmos poderiam ser poupados se abjurassem a fé católica, aderindo à igreja reformada. Recusando o que lhes era proposto, trataram os portugueses de se despedirem uns dos outros, "animando-se com notável admiração daqueles bárbaros".

Segundo os relatos dos três autores do partido português, os prisioneiros foram cruelmente atacados pelos holandeses e indígenas, que não se limitaram apenas em matá-los. Muitos, ainda vivos, forma feitos em pedaços; foram arrancados olhos, línguas, narizes e orelhas; órgãos sexuais cortados e metidos nas bocas; cabeças, pernas e braços cortados; entranhas retiradas; "e porque tivesse a crueldade de todos parte no todo, não ficou gentio que não cortasse a sua parte"! Segundo Lopes Santiago, "Ao padre vigário Ambrósio Francisco Ferro fizeram tais anatomias e cousas, estando ainda vivo, que tenho pejo de escrevê-las, e bem se pode coligir que fariam hereges a um sacerdote tão honrado e virtuoso,em ódio e opróbio da religião católica romana".

O macabro espetáculo foi presenciado por dois homens moradores na paliçada, que se encontravam por acaso nas imediações do local do morticínio e que trataram logo de se esconder no mato.

Enquanto os indígenas executavam suas crueldades com os prisioneiros, os holandeses trataram de se dirigir à paliçada, a fim de praticarem uma segunda chacina. Ali chegados, eles comunicaram que os adultos do sexo masculino seriam conduzidos à fortaleza, declarando-lhes que os barcos já os aguardavam no porto de Uruaçu. Na fortaleza seriam assinados certos papéis, vindos do Recife. Segundo os três cronistas portugueses, os moradores da paliçada pressentiram imediatamente a sorte que os aguardava, similar àquela sofrida pelos doze primeiros portugueses no Porto de Uruaçu...

Despediram-se então os homens de suas mulheres e filhos, entregando-se às mãos dos verdugos. Protestavam os infelizes fidelidade à pátria e à religião católica! Antes mesmo de terem chegado ao Porto de Uruaçu, os moradores da paliçada foram cercados pelos indígenas. Segundo Lopes Santiago, "e em chegando viram os cadáveres de seus companheiros e vizinhos que ainda palpitavam com as feridas".

Seguiu-se então um segundo morticínio, semelhante ao anterior. O relato de Lopo Curado Garro, transcrito por Fr. Manoel Calado, acrescenta tétricos pormenores: "E acabante as ditas mortes deixaram os corpos postos ao sol, e sobre a terra, e sem sepultura nenhuma, e os membros tão divididos em partes, que não se conhecia quais eram os de cada um dos ditos mártires".

Os relatos dos autores portugueses fornecem indicações sobre as mortes de alguns moradores da estacada: Antônio Baracho, homem casado, foi amarrado a uma árvore e estando vivo teve a língua arrancada, "pondo-lhe na boca em lugar dela as partes pudentes que lhe cortaram". Foi também açoitado e queimado todo o corpo com ferro em brasa. Finalmente arrancaram-lhe o coração pelas

costas!

A Mateus Moreira, os verdugos também extraíram pelas costas o coração. Suas últimas palavras foram: "Louvado seja o Santíssimo Sacramento". Em seguida à extração do coração, foi este pendurado a uma estaca, a exemplo dos demais corações arrancados!

A um mancebo chamado João Martins, prometeram os holandeses poupar-lhe a vida, se o mesmo aderisse ao partido flamengo. Mesmo tendo o mancebo se recusado a tal atitude, os holandeses o quiseram conservar vivo, no que a vítima não concordou. Pediu João Martins aos verdugos que não o poupassem, no que foi finalmente atendido!

Manuel Álvares Ilha e Antônio Fernandes, ambos mancebos e casados, já feridos e caídos ao chão, e nus da cinta para cima, ainda tiveram a iniciativa de sacar de suas facas, com as quais mataram três brasilianos, ferindo quatro ou cinco. Já nas ânsias da morte, caíram os dois jovens finalmente por terra.

Outros seis mancebos, companheiros de João Martins, caindo nas graças dos algozes, foram também instados a se passarem para o partido holandês. Recusando tal convite, tiveram eles os corpos despedaçados.

A mulher de Manuel Rodrigues Moura acompanhou o marido, desde a paliçada até o Porto de Uruaçu. Ante o intenso pranto da mesma, com a morte do marido, os algozes deceparam-lhe os pés e as mãos, ficando ela por terra, falecendo dos seus ferimentos após três dias de abandono.

A uma filha de Antônio Vilela, o moço, de dois anos, segurou-a um Tapuia por uma perna, batendo-lhe então a cabeça em um pau, do que resultou fazer-se a dita cabeça em duas partes!

Uma filha de Francisco Dias, o moço, teve o seu corpo partido em duas partes de alto a baixo com um golpe de alfange!

A mulher de Estêvão Machado de Miranda também se transportou da paliçada ao Porto de Uruaçu, acompanhando os homens que para lá foram levados pelos holandeses. Levou ela em sua companhia três filhas. Duas delas foram mortas, uma das quais com a tenra idade de dois meses. A terceira filha, "uma galharda donzela", também descrita como "uma donzela de gentil forma", foi vendida aos índios por um cão de caça!

Uma outra filha de Estevão Machado de Miranda encontrava-se em companhia do pai, na fortaleza. Ao ser Estêvão transportado em um batel, ao Porto de Uruaçu, a filha de sete anos o acompanhou. Quando a criança percebeu que queriam matar o seu pai, abraçou-se com ele, pedindo pela sua vida. Morto Estêvão Machado, a menina tirando a saia, cobriu-lhe o rosto com ela, implorando aos algozes que também a matassem. Depois do massacre, a criança foi conduzida à sua mãe.

Informa Frei Rafael de Jesus que perpetrado o segundo massacre, dirigiram-se os algozes à paliçada, tendo submetido as mulheres lá encontradas a violações. Foram elas também roubadas em suas fazendas. "Com lágrimas inúteis choravam o desamparo e a desonra; e corridas de si mesmas invejavam

o estado dos mortos"...

Subseqüentes ao trágicos acontecimentos do Porto de Uruaçu, ocorreram fatos sobrenaturais, narrados pelos cronistas portugueses. "Quis Deus mostrar por alguns milagres patentes e vistos, que estes inocentes iam gozar da bem-aventurança, pois sem culpa padeceram tantos tormentos, com tanta paciência e constância", nas palavras de Lopes Santiago.

Assim, depois de terem os portugueses saído da cerca, dirigindo-se ao local do martírio, a criança Adriana, de oito anos, filha de Diogo Pinheiro, acometida de choro recolheu-se a uma camarinha para não ser vista, deparando-se com a presença de uma mulher com um azorrague na mão, que lhe disse: "Cala-te filha, que com este azorrague que aqui vês, hão de ser castigados estes que fazem estas crueldades, como logo saberás". Atribulada, a menina saíu para fora, e constatando as mulheres o seu estado peculiar, perguntaram-lhe o que havia acontecido. Contado o ocorrido, logo depois chegou à cerca a notícia do morticínio.

Segundo os cronistas, na noite do massacre foi sentido pelos moradores da paliçada um forte aroma de incenso, procedente do céu, cheiro que perdurou por muito tempo.

Na mesma noite, encontrando-se na fortaleza do Rio Grande dona Beatriz Lostão Casa Mayor, filha de João Lostão Navarro (um dos mártires de Uruaçu), casada com o governador das armas no Recife, Joris Gardtzman, ouviu ela uma suavíssima música provinda do céu, a qual foi também ouvida pelas escravas presentes e por diversas mulheres portuguesas, que tinham sido trazidas da cerca graças às instâncias de Beatriz. Segundo Lopes Santiago, vários holandeses que ali se encontravam, ouviram a melodia celestial, que perdurou por algum tempo.

Na manhã seguinte ao morticínio, as mulheres solicitaram licença para sepultar seus mortos, o que não lhes foi consentido. Segundo Manoel Calado, os escravos fizeram tal enterro às escondidas. Lopes Santiago e Frei Rafael de Jesus informam que a licença para o sepultamento, somente ocorreu após 15 dias do massacre. Chegadas as mulheres ao local das mortes, depararam-se com os corpos "intactos de bichos e aves que lhes não tocaram, sendo que ali não faltavam". Sobre o terreno onde foi sepultado o vigário Pe. Ambrósio Francisco Ferro, encontrou-se quinze dias depois da sua morte uma "posta de sangue fresca sem corrução", "como se naquele instante fora derramada".

Por mandato de Adriaen Bullestrate, vinte e cinco mulheres, remanescentes da paliçada, com suas famílias foram conduzidas à Cidade da Paraíba. "As ditas chegaram de maneira, e tão transfiguradas, que mais parecem pessoas ressuscitadas que viventes corpos", na descrição de Lopo Curado Garro. Os depoimentos dessas sobreviventes motivaram a dramática missiva do referido capitão, dirigida em 23.10.1645 aos governadores da liberdade de Pernambuco, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Chegadas as mulheres à Cidade da Paraíba, foram elas recolhidas às casas dos moradores, "com muita caridade, e lhes deram vestidos para remediarem sua necessidade, e a de seus filhos que consigo traziam, e assim elas, como alguns moradores que escaparam, do distrito do mesmo Rio Grande, neste naufrágio, estiveram na Paraíba até que com os moradores dela se retiraram para as capitanias de Pernambuco, quando veio Sigismundo Vandescop com sua armada, de Holanda".

Voltemo-nos agora para os relatos e documentos pertencentes ao partido holandês, contendo informações sobre os trágicos episódios, a que acima nos referimos.

O "Diário de Viagem ao Rio Grande do Alto e Secreto Conselheiro Adriaen van Bullestrate", ocorrida no período de 4 a 24 de outubro de 1645, documento ainda inédito, traduzido pelo Prof. J.A.Gonsalves de Mello, fornece informações de primeira mão:

> *"Por ordem dos Nobres e Secretos Conselheiros transportei-me à Paraíba e dali ao Rio Grande e segue-se o que ocorreu: ... Soube que os portugueses haviam sido mortos pelos Brasilianos por toda a Capitania, inclusive alguns que eles haviam assediado e se haviam entregado por acordo; justificaram-se do que fizeram dizendo que os principais, em contrário do que haviam prometido, haviam fugido para a Paraíba. Soube mais que os portugueses que se haviam assentado no Castelo haviam sido também todos mortos; dizem os oficiais que isso aconteceu porque eles haviam descoberto que eles projetavam alguma traição: sobre isso é conveniente um entendimento com o Capitão Prevo, que se encontra no Recife".*

> *"Parti para Potengi, situado a cerca de 5 milhas do Castelo, tendo ali encontrado uma casa bem fortificada e cercada de estacas, na qual os portugueses se tinham feito fortes; nela encontravam-se 232 pessoas, compreendendo mulheres e crianças portuguesas e mais 100 negros dos portugueses que permaneceram. Algumas dessas pessoas pediram para poder ir de barco para Igaraçu, outras para ir para o cercado ao pé do forte e todas para que as suas vidas e das crianças lhes fossem poupadas. Permiti que aqueles que quisessem viajar para o forte pudessem fazê-lo e às outras foi concedida a segurança. Acordou-se com o Comandante Blaeubeeck, seu tenente e porta-bandeira, o escolteto Schout, Antônio Paraupaba e Jacob Rabbi o que será mais conveniente para segurança desta Capitania. Resolveu-se em primeiro lugar que as cercas que os portugueses haviam feito nestas terras, tanto em Potengi quanto em outros lugares, principalmente as próximas das casas de Francisco Mendes, de Estevão Machado e de Jan Jacobsen, inclusive as feitas de madeiras de*

carnaúbas, seriam todas demolidas , para impedir a existência de fortificações nesta terra e o Regedor Antônio Paraupaba encarregou-se de fazer executar o trabalho com sua gente".

O Relatório de H.Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, de 1646, dirigido aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, refere-se aos acontecimentos de Uruaçu:

"Do Cunhaú foram depois aos outros distritos do Rio Grande, continuando a matar os portugueses que podiam surpreender até que, com a ajuda dos brasilianos e alguns civis holandeses, tomaram certo reduto (no qual os portugueses se tinham retirado e fortalecido) e mataram todos, dizendo os brasilianos de Antônio Paraupaba que isto acontecera em vingança do que André Vidal tinha feito em Serinhaém, em contrário da promessa de quartel aos de suas nação".

"Dali prosseguiu essa nação (os tapuias) para Mompobou, Goiana e Potigi (são todos lugares situados no Rio Grande) onde sitiaram os portuguêses, que se tinham fortificado com uma cerca de paliçadas, juntamente com brasilianos, da qual se apoderaram mediante acordo, pelo qual, entre outras cousas, receberam a garantia de que não seriam mortos, se ficassem tranqülos e desarmados. Alguns destes não cumpriram a palavra e passaram-se para o inimigo na Paraíba, o que irritou os tapuias, afirmando que os referidos portugueses violaram sua promessa de ficar tranqüilamente com os nossos no Rio Grande. Por isso resolveram com os brasilianos que os acompanhavam, não manter o acordo anterior, mas massacrar os outros portugueses que haviam ficado. Isso foi feito, dizendo os brasilianos que eles tinham agido assim também em vingança dos 30 ou 40 da sua nação que, contra o acordo, tiranicamente, foram estrangulados nas paliçadas , por André Vidal, em Serinhaém. Desse modo ficou a capitania do Rio Grande de todo limpa da nação portuguesa, com exceção de alguns poucos que escaparam. Os bens dos portugueses que, na maioria, consistia de gado, foram em parte recolhidos pela Companhia, e em parte pelos credores dos portugueses, o que aliviou muito nossos armazéns, pois que, sem a carne e a farinha vindas do Rio Grande não saberíamos como manter durante tanto tempo as guarnições".

Joan Nieuhof descreve a chegada dos flamengos à cerca do Uruaçu, tempo depois do morticínio ocorrido em Cunhaú: "Daí dirigiram-se para o lugar onde os lusos haviam construído sua linha de defesa, tomaram-na de assalto e passaram a fio de espada os seus defensores. Disseram-nos os brasileiros que haviam assim procedido em represália ao que lhes fizera André Vidal em Serinhaém, depois de já terem sido indultados". "Desde então os portugueses mantiveram

deserta a zona; os batavos pretenderam povoá-la novamente e reconduzí-la à situação que desfruta sob o domínio holandês, mas foram forçados a desistir da empresa, por falta de gente".

O mesmo Nieuhof, referindo-se a certas cartas dirigidas ao Supremo Conselho Holandês, datadas de 6 de outubro, menciona o cerco efetuado pelos flamengos à paliçada de Uruaçu, episódio que se seguiu ao ataque desfechado contra a casa forte de João Lostão Navarro, situada no pontal de Tabatinga. Tendo sido aquele ataque à casa do sogro de Joris Gardtzman, comandado por Jacob Rabbi e o pregador Astetten, é bem possível ter sido este último, o mesmo indivíduo que tentou obter a adesão para a religião reformada, daqueles infelizes moradores de Uruaçu. Segundo Nieuhof, os flamengos "não foram, porém, tão bem sucedidos em casa de Fernandes Mendes, em Potigi, onde os rechaçaram, com algumas perdas, os 50 portugueses que a defendiam".

Joan Nieuhof fornece mais detalhes sobre os fatos sucedidos na paliçada:

"Daí os tapuias marcharam para Monpebu, Goiana e Potosi, localidades essa também pertencentes ao Rio-Grande, onde, encontrando uma força portuguesa entricheirada em paliçadas semelhantes a palanques, forçaram-na juntamente com alguns brasileiros a capitular sob condições de serem poupadas as suas vidas caso não provocassem mais distúrbios. Todavia, logo depois, alguns portugueses fugiram para Paraíba e os tapuias tomando esse ato como quebra do tratado que acabavam de fazer, combinaram com os demais brasileiros executar os portugueses remanescentes onde quer que os encontrassem, o que logo fizeram, pois os brasileiros clamavam vingança pelo estrangulamento de 30 ou 40 de seus camaradas, amarrados às paliçadas de Serinhaém por ordem de André Vidal.

O resultado de tudo isso foi que o Rio Grande ficou inteiramente expurgado de rebeldes, a exceção de uns poucos sobre os quais os tapuias não puderam lançar mão. Suas propriedades, inclusive gado, foram depois vendidas, em benefício da Companhia e de seus credores e os armazéns públicos foram supridos com boas reservas de carne em boa hora recebidos".

Pierre Moreau, outro autor pertencente ao partido holandês, dá a sua versão sobre o episódio de Uruaçu:

"Os Portugueses eram geralmente odiados e aconteceu que o comandante do forte e castelo do Rio Grande, despeitado pelo fato de terem os tapuias adversos massacrado todos os holandeses do Ceará e do sertão, resolveu expulsar cerca de duzentos portugueses que tinha sob sua proteção, resguardados pela anistia, e que habitavam em volta dos fortes; dizendo-lhes que não podia mais confiar neles, obrigou-os a desalojarem-se de um

dia para outro; logo que saíram, os tapuias e brasilianos de Janduí massacraram adultos e crianças sem perdoar ninguém".

Da leitura dos documentos e relatos holandês, nada transpira a respeito de ter sido o conselheiro Van Bullestrate, autor das ordens para trucidamento dos colonos alojados na cerca de Uruaçu. A impressão que colhemos, foi a de que teriam planejado tal morticínio os próprios oficiais da fortaleza do Rio Grande, cujo comando pertencia a Joahannes Blaenbeeck. Quando da chegada de Van Bullestrate à fortaleza do Rio Grande, em 11 de outubro de 1645, oito dias depois daquele morticínio, os oficiais forneceram ao recém-chegado a versão de que "eles haviam descoberto que eles (os portugueses) projetavam alguma traição", na tentativa de justificar a chacina.

Os relatos portugueses também fazem menção ao fato de que diversos combatentes, alojados na cerca, haviam fugido para a Paraíba, para se juntar aos rebeldes, rompendo assim os termos firmados com os flamengos. Lopes Santiago afirma que, realmente, "muitos puderam fugir enquanto ficaram na cerca com os dez soldados de salvaguarda".

Através do livro "Nobiliarquia Pernambucana", de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, temos conhecimento do nome de um desses fugitivos da paliçada: Pedro Vilela Cid, casado com dona Joana de Góis, filha do casal Agostinho de Holanda e Vasconcelos e Maria de Paiva. Segundo Borges da Fonseca, "escapou ele com vida por ter naquele tempo ido a Paraíba e com ele se continua a sucessão desta família".

Segundo aquele autor Borges da Fonseca, Pedro era filho de Antônio Vilela Cid, o velho: "Veio este Antônio Vilela Cid, o velho, ao Brasil, por Capitão-mor, Governador da Capitania do Rio Grande, no tempo do Sr. Rei D. Filipe 3º em Portugal, e consta que era também Fidalgo, oriundo de Castela e ainda há memórias de que sua mãe que residia em Lisboa, onde ele nasceu, se chamava D. Bárbara Marxão e que era irmã de Diogo Marxão Themudo, Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade e seu Desembargador do Paço".

"Casou este Antônio Vilela Cid, o velho, com Inês Duarte, natural das Ilhas e irmã do padre Ambrósio Francisco Ferro, que foi Vigário da cidade do Rio Grande, como se vê no Castrioto, livro 6º, nº 133(8)".

No que tange à matança dos brasilanos em Serinhaém, ocorrência que tanto exasperou os indígenas autores do massacre de Uruaçu, o número de vítimas segundo Frei Manoel Calado, atingiu o total de 56 indivíduos. Lopes Santiago aponta um outro total: 49. O relatório de H. Hamel, A.van Bullestrate e P. Jansen Bas não menciona a quantidade de indígenas justiçados pelos portugueses. O referido episódio ocorreu na primeira quinzena de agosto, depois que as tropas portuguesas sob o comando de Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros tomaram o pequeno forte de Serinhaém.

Quanto à alegação do comandante da fortaleza do Rio Grande, referida

por Pierre Moreau, de ter sido o massacre sofrido pelos holandeses no Ceará e no sertão, a causa de ter ele expulsado cerca de duzentos portugueses que tinha sob a sua proteção, não nos parece aceitável. O massacre sucedido nas salinas do rio Upanema ocorrera em janeiro de 1644, e nada teve a ver com os moradores do Rio Grande, conforme se verifica no relato insuspeito de Joan Nieuhof:

"... em 1644, vários dos nossos foram massacrados pelos nativos em Camocim, a cerca de 20 ou 30 milhas do Ceará, como mais adiante veremos".

"... os brasileiros de Ceará se rebelaram contra os holandeses, em 1644, atacaram de surpresa a guarnição do forte, a qual foi inteiramente trucidada em companhia de seu comandante, Gideon Morris, arrasaram as fortificações e assassinaram os operários das salinas próximas do rio Upanema que foram igualmente depredadas, pelos bárbaros. O comandante de um navio, seu capitão, tenente e alguns soldados, que ignorando a traição, desembarcaram em busca de provisões, foram igualmente assassinados, salvando-se apenas alguns marinheiros que tiveram a boa sorte de conseguir se homiziar nas matas. Alguns atribuem a causa dessa revolta aos portugueses e brasileiros do Maranhão, instalados na região limítrofe, entre ambas as Capitanias. Entretanto, se buscarmos a verdadeira explicação desse desastre, encontrá-la-emos nos desmandos dos nossos oficiais que , por seus abusos e arbitrariedade, forçaram os moradores da região a reagir contra as injúrias recebidas".

As explicações dadas pelo partido holandês, para justificar o morticínio dos mártires de Uruaçu, não convencem.

Ao que nos parece, tudo foi uma mera repetição do episódio do LOBO e do CORDEIRO, narrado na fábula de Esopo ...

---

(1) CALADO, Fr. Manoel • **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade,** 2º vol., pp.77, 149-155;
(2) LOPES SANTIAGO, Diogo de • **História da Guerra de Pernambuco**, pp.265, 337-353;
(3) JESUS, Fr. Rafael de • **Castrioto Lusitano**, pp. 363-375;
(4) BULLESTRATE, Adriaen van • **Diário de Viagem ao Rio Grande;**
(5) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Fontes para a História do Brasil Holandês. 2. A Administração da Conquista** (Relatório sobre a conquista do Brasil, por H.Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas), pp.212, 213, 253. 354, 263, 264;
(6) MOREAU, Pierre & BARO, Roulox • **História das últimas lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da viagem ao País dos Tapuias**, p.71;
(8) BORGES DA FONSECA, Antônio Vitoriano • **Nobiliarquia Pernambucana**, I vol., p.347

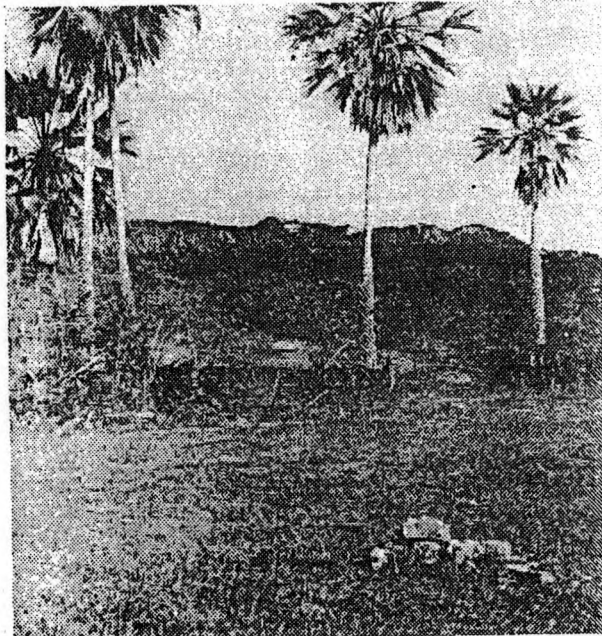
O amontoado de pedras indica o local onde foi sepultado o Padre Ambrósio Francisco Ferro, no antigo Porto do Uruaçu.

A CASA-FORTE DA ILHA DO FLAMENGO, NA LAGOA DE GUARAÍRAS

Joan NIEUHOF, um dos cronistas do período holandês no Brasil, assim descreveu a lagoa de Guaraíras: "No lago de Groaíras, há uma quantidade incrível de peixes e a região produz farinha em grande escala. Daí vieram os fartos abastecimentos de carne e peixe para as nossas guarnições da Paraíba e outras partes, durante a rebelião dos Portugueses (1)".

Na Lagoa de Guaraíras existe uma ilha denominada ILHA DO FLAMENGO, à pequena distância da cidade de Arez. O mapa de C.B. GOLIJATH (c. 1638), incluído no Atlas de Vingboons (1665), apresenta uma ilha na margem setentrional da Lagoa de Goroyra, correspondente àquela Ilha do Flamengo.

À época em que senhorearam a capitania, os flamengos edificaram uma casa-forte na parte mais elevada da ilha. Frei RAFAEL DE JESUS deixou um relato descrevendo um ataque sofrido pela casa-forte, por parte da tropas luso-brasileiras, a cuja frente se encontrava Henrique Dias, o governador dos Pretos:

> *"Avistou um sítio, que chamam as Guaraíras, onde o inimigo sustentava uma casa forte, no centro duma lagoa larga e funda, dentro da qual, como em ilha, se alojavam todos os índios e escravos que o holandês ocupava nas roças e lavouras daquele terreno, e se recolhiam os frutos e os roubos de que se sustentavam, guardados e defendidos de quarenta holandeses, que com outros soldados índios guarneciam a fortificação: constava esta da casa forte cercada de duas trincheiras bem obradas.*
>
> *Depois de exortar seus soldados com palavras de confiança e rosto sossegado, disse-lhes o caminho e o modo como haviam de avançar e ganhar a fortificação; e não lhes interpondo dúvidas entre o investir e vencer, os meteu no assalto. Lançaram-se à água e com ela pela cinta acometeram à escala. Defenderam-se os holandeses com ardor favorecidos da vantagem do sítio; mas não puderam impedir que os nossos tomassem terra, e ganhassem a primeira trincheira. Entre esta e a segunda se travou renhido combate; mas o furor dos nossos levou o inimigo de vencida, e bem depressa caiu a segunda trincheira em suas mãos.*
>
> *O cabo holandês, vendo perdida toda a esperança, meteu-se com cinco companheiros numa canoa, furtada aos olhos dos seus, para salvar as vidas. Escalaram os nossos a casa forte, com tíbia resistência, e levaram tudo a ponta de espada, não perdoando o sexo nem a idade. Durou o conflito des da prima da noite até pela manhã; e foi com a claridade do dia que se pôde conhecer o estrago. Morreram nesta ocasião todos quantos*

holandeses, índios e negros havia na fortificação, exceto os cinco que fugiram.

Dos nossos perderam a vida três soldados, e ficaram muitos feridos. Gastou-se o dia, que foi o de 6 de janeiro de 1648, em recolher os despojos, curar os feridos, enterrar os mortos, e tomar refeição do trabalho entre as congratulações da vitória (2)".

DIOGO LOPES SANTIAGO também descreveu o episódio do combate verificado na Ilha do Flamengo:

"Sendo informado Henrique Dias que em um sítio que chamam as Guaraíras, que dista 6 léguas de Cunhaú para o Rio Grande, tinha o inimigo um meio reduto ou casa-forte em uma ilha cercada com uma lagoa grande e funda e larga, donde tinham soldados de guarnição e havia muitos índios e negros de Angola com que faziam suas lavouras, determinou de investir esta casa-forte e degolar os que dentro estavam e aproveitar-se da presa que havia.

Tanto que chegaram à alagoa, viram que estava o meio reduto cercado com duas trincheiras bem fortes e tiveram por informações que estavam em sua defensa 40 flamengos, exceto os índios, e com ver Henrique Dias que estava tão fortificada e cercada com aquela lagoa, determinou de tomar por armas a casa-forte e ordenando as cousas necessárias e posta em ordem sua gente, foram seus soldados passando com água pela cintura e sendo sentidos dos flamengos se prepararam para a defesa. Cometeu a gente com grande valor e ânimo, dando muitas surriadas de mosquetaria, mas com muito risco e trabalho, porque disparavam as armas uns sobre os ombros dos outros, por causa da água e houve de parte a parte uma travada pendência, que durou do princípio até a meia-noite, defendendo-se o inimigo com muito valor, dando muitas surriadas de mosquetaria e os índios disparando muitas flechas nos nossos, aos quais animando grandemente seu Governador Henrique Dias, chegando à primeira trincheira a foram desfazendo com facões e traçados e ao fim a ganharam, e querendo também apoderar-se da segunda, se começou de novo a travar uma renhida e arriscada peleja, porém, apesar do inimigo que bravamente repugnava pela defender, a romperam e entraram, e o primeiro que nela entrou foi o Capitão André Alves, preto, com outros capitães e soldados que nela foram entrando.

Tanto que o capitão dos flamengos viu entrada a segunda trincheira e quase ganhada a casa-forte, por não experimentar o rigor dos nossos que estavam iracundos pela muita e grande resistência que houve e gente que lhes mataram e feriram, se acolheu com cinco ou seis flamengos em uma canoa pela lagoa. Os nossos apertando mais com o inimigo, lhes ganharam o meio reduto ou casa-forte, sem darem quartel a ninguém. Puseram à espada todos os flamengos e índios e como era de noite, com a fúria com que iam, sem advertirem, mataram alguns escravos e escravas que nela havia, tomando muita pilhagem e não de pouca consideração.

Nesta pendência nos mataram três soldados e um pardo e feriram muitos. Do inimigo só escaparam cinco ou seis, como dissemos, na canoa, os outros foram mortos com os índios que puderam colher (3)".

A 16 de julho de 1651, saíu do Arraial do Bom Jesus o capitão João Barbosa Pinto, à frente de 300 soldados ,atacando as Guaraíras. Os flamengos recolheram-se a "uma força"(seria a casa-forte da Ilha dos Flamengos ?), sendo presos juntamente com todos os que ali se encontravam. Foram arrancados os mantimentos que tinham plantado, tendo o capitão regressado ao arraial com 83 pessoas presas, entre negros e índios da terra (4).

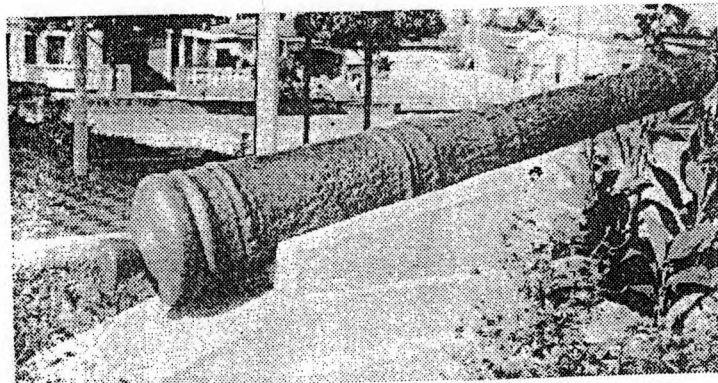
JOÃO DA MAIA DA GAMA, em seu **Diário da Viagem** de 1728, ainda fazia referência à Ilha do Flamengo: "(...) grande lagoa chamada das Guaraíras dentro da qual a lagoa e no meio dela tem um alto aonde os holandeses tiveram uma casa forte que em lanchas navegavam por este rio acima (5)".

Estivemos em visita à Ilha do Flamengo, que fica próximo à localidade de Patané, no município de Arez. A viagem da margem norte da lagoa à ilha, foi feita em canoa. Desembarcados, nos dirigimos à parte mais elevada da ilha, onde foi erigido um cruzeiro. Vêem-se ali os restos da antiga construção holandesa, representados por muitas pedras, outrora pertencentes às muralhas da casa-forte.

Do local descortina-se um panorama belíssimo, oferecido pela vastidão das águas da lagoa.

Na cidade de Arez, na praça da matriz ainda existe um velho canhão de ferro, remanescente da artilharia outrora pertencente àquela casa-forte dos flamengos. A ilha já sofreu a investida de "caçadores de tesouros ocultos", que deixaram profundas cicatrizes na superfície da mesma. Um desse buracos ali cavados mede, talvez, uns 10 metros de profundidade! Correm versões populares de que alguns indivíduos mais afortunados teriam encontrado ouro, enterrado pelos flamengos à época em que se fixaram naquela ilha ... Dizem também que a ilha é "mal-assombrada", em conseqüência dos flamengos, indígenas e negros, ali mortos e sepultados por ocasião do massacre de 5 para 6 de janeiro de 1648 ...

(1) NIEUHOF, Joan • **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, p.87.
(2) JESUS, Fr. Rafael de • **Castrioto Lusitano ou História da Guerra entre o Brasil e a Holanda**, pp.473-475.
(3) LOPES SANTIAGO, Diogo • **História da Guerra de Pernambuco**, pp. 457-458.
(4) LOPES SANTIAGO, Diogo • **Obra citada**, pp. 569-570.
(5) OLIVEIRA MARTINS, F.A. • **Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama)**, 2º vol.

Cruzeiro edificado na Ilha do flamengo, no local em que existia a casa-forte dos holandeses.

Canhão remanescente da artilharia instalada pelos flamengos na Ilha.

FONTES CONSULTADAS

MANUSCRITOS

1 - BULLESTRATE, Adriaen. **Diário de Viagem ao Rio Grande do Conselheiro Adriaen van Bullestrate** - Brieven en Papieren uit Brazilie-Coleção José Higino. Acervo de documentos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Maço 60.

2 - LIVRO 2º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1674-1680) Acervo de documentos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 64.

3 - LIVRO 3º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1681-1706). Acervo de documentos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 64.

4 - LIVRO 10º do REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1749 -). Acervo de documentos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº

PERIÓDICOS

5 - BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS CAPITANIAS CONQUISTADAS, DE PERNAMBUCO, ITAMARACÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE, SITUADAS NA PARTE MERIDIONAL DO BRASIL-Relatório do Príncipe Maurício de Nassau ao Conselho dos XIX a 14 de janeiro de 1638, **in** Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, vol. 6, nº 34, 1887.

6 - CARRILHO DE ANDRADE, Pedro • **Memória sobre os Índios no Brasil, in** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. VII, 1909.

7 - CARVALHO,Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte 1625-1654 (em face de documentos inéditos), in** Revista do Instituto

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. IV, nº 2, julho 1906.

8 - DOCUMENTOS PELA MAIOR PARTE EM PORTUGUÊS - Arquivo Van Hilten, in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Abril 1888, nº 35.

9- GERRITSZ, Hessel • **Jornaux et Nouvelles tirées de la bouche de Marins Hollandais et Portugais de la Navigation aux Antilles et sur les Côtes du Brésil** (Declaration de Caspar Paraupaba, etc.), in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIX, 1907. Rio de Janeiro, Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1909.

10 - HERCKMAN, Elias • **Descrição Geral da Capitania da Paraíba, in** Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tomo V, 1886.

11 - INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII, 1906.

12 - PROJETO DE UM DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO BRASIL (Descrição do Município de Arez), in Anais da Biblioteca Nacional, vol. 111, 1991.

13 - SOARES DE SOUZA, Gabriel • **Tratado Descritivo do Brasil em 1587,** in Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo XIV, 1851.

14 - SOUTO MAIOR, Pedro • **Uma Assembléia de Índios em Pernambuco no Ano de 1645, in** Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. XV, nº 79, 1910.

15 - TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1614, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. VII, nºs. 1 e 2, 1909.

16 - VEIGA - Domingos da • **Descrição do Rio Grande, in** Revista Trimestral do Instituto do Ceará, tomo XXXIV, 1920.

17 - VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil em 20 de maio de 1630, in** Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. IX, nº 55,1905.

18 - WAGNER Zacharias • **O Zoobiblion de Zacharias Wagner, in** Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tomo XI, nº 64, 1904.

<u>LIVROS</u>

19 - AIRES DE CASAL, Pe.Manuel • **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil.** Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo; Livraria Itatiaia Editora Ltda., Belo Horizonte, 1976.

20 - ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de • **Memórias Diárias da Guerra do Brasil.** Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

21 - BARLAEI, Casparis • **Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper Gestarum, sub Praefectura Illustrissimi Comitis. I Mauritii Nassoviae &.** Amsterdam , Tipografia Joannis Blaev, 1647.

22 - BARLÉU, Gaspar • **História dos Feitos recentemente praticados durante Oito Anos no Brasil, sob o Governo de João Maurício, Conde de Nassau.** Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

23 - BORGES DA FONSECA, Antônio Victoriano • **Nobiliarchia Pernambucana**, 2 vols. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935.

24 - BRITO FREYRE, Francisco de • **História da Guerra Brasílica.** Recife, Governo de Pernambuco-Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

25 - CALADO, Frei Manoel • **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**, 2 vols. Recife, Cooperativa Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, 1942.

26 - CAMPOS MORENO, Diogo de • **Livro que dá Razão do Estado do Bra-**

sil. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968.

27 - COSTA PEREIRA, José Saturnino da • **Dicionário Topográfico do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, Tipografia Comercial de P. Gueffier, 1834.

28 - DUSSEN Adrian van der • **Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses-Suas Condições Econômicas e Sociais.** Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947.

29 FERNANDES BRANDÃO, Ambrósio • **Diálogos das Grandezas do Brasil.** Recife, Imprensa Universitária, 1966.

30 - GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Henrique Dias, Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil.** Recife, Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1988.

31 - ____________ • **Fontes para a História do Brasil Holandês. 2. A Administração da Conquista** (Relatório sobre a Conquista do Brasil, por Hamel, Bullestrate e Bas - 1646) - Recife, Minc-Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória.

32 - ____________ • **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes.** Recife, Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1976.

33 - JESUS, Fr. Raphael de • **Castrioto Lusitano ou História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654.** Paris. J.P. Aillaud, 1844.

34 - LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu Começo até ao fim do Ano de 1636.** Volume I (Livros I-VII): Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1916; Volume II (Livros VIII-XIII): Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1925;

35 - LEITE, Pe. Serafim • **História da Companhia de Jesus no Brasil,** tomo V. Lisboa, Livraria Portugalia; Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1945.

36 - LOPES SANTIAGO, Diogo de • **História da Guerra de Pernambuco.** Recife, FUNDARPE-Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

37 - LORETO COUTO, Dom Domingos de • **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.** Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

38 - LYRA TAVARES, João de • **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba,** vol. I, Paraíba, Imprensa Oficial, 1909.

39 - MARCGRAVE, Jorge • **História Natural do Brasil.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1942.

40 - MELO, D. Francisco Manoel de • **Restauração de Pernambuco - Epanáfora Triunfante e outros escritos.** Recife, Secretaria do Interior, 1944.

41 - MOREAU, Pierre & BARO, Roulox • **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses - e - Relação da Viagem ao País dos Tapuias.** Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

42 - NIEUHOF, Joan • **Memorável Viagem Marítima ao Brasil.** Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

43 - NOGUEIRA DE ARAÚJO, Manuel Nazareno • **História de São Gonçalo.** Natal, Nordeste Gráfica,Ltda., 1982.

44 - OLIVEIRA MARTINS, F.A. • **Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama),** 2º vol. Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca-Agência Geral das Colônias, 1944.

45 - PAES LEME, Pedro Taques de Almeida • **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica,** 3 vols. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo,

Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

PISO, Guilhermo • **História Natural e Médica da Índia Ocidental.** Rio de Janeiro, MEC/INL, 1957.

PIZARRO E ARAÚJO,José de S.A. • **Memórias Históricas do Rio de Janeiro,** 8º vol. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

SANT'ADOLPHE. J.C.R. Milliet de • **Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brsil.** Paris, 1845.

SALVADOR, Frei Vicente do • **História do Brasil 1500-1627.** Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

WIEDER, F.C. • **Monumenta Cartographica,** vol. II. Haia, published by Martinus Nijhoff, 1926.

Editoração eletrônica, impressão e acabamento gráfico:
Departamento Estadual de Imprensa - DEI
Av. Junqueira Ayres, 355
Ribeira - Natal - RN